



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 91

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 20 de Janeiro de 2000

Presidente: *Deputado Humberto Melo*

Secretários: *Deputados José Ramos Aguiar e Natividade Luz*

Sumário

Os trabalhos tiveram início pelas 10,00 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia

Feita a leitura da correspondência e expediente entrados na Mesa da ALRA, passou-se de imediato às **intervenções de interesse político relevante para a Região**, tendo usado da palavra, a diverso título, os seguintes Srs. Deputados: Dionísio Sousa (*PS*), Jorge Valadão (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), Victor Cruz (*PSD*), Sandra Bessa (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), Luis Resendes (*PS*), Manuel Serpa (*PS*), António Almeida (*PSD*), Élio Valadão (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho* e da Agricultura, Pescas e Ambiente, *Fernando Lopes*.

Período da Ordem do Dia

1º- Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Planeamento Familiar e Educação Sexual nas Escolas".

Tendo sido feita a apresentação escrita do diploma em apreço pela Deputada Fernanda Mendes (*PS*), registou-se um debate subsequente, em que intervieram as Sras. Deputadas Ana Carolina (*PSD*) e Fernanda Mendes (*PS*).

2º- Proposta de Resolução nº19/99 - "Recomenda ao Governo Regional que permita aos agricultores dos Açores a apresentação das suas candidaturas, ao abrigo dos novos programas de apoio aos investimentos na agricultura para os anos de 2000 a 2006, sem a obrigação de o fazerem em períodos determinados de candidatura, mas sim durante todo o ano".

Sobre este diploma, usaram da palavra os Srs. Deputados António Almeida (*PSD*), Élio Valadão (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, *Fernando Lopes*, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

3º- Proposta de Resolução nº 8/99 - "Recomendação ao Governo Regional para atribuir apoios à transformação e comercialização de leite às indústrias de lacticínios da Ilha de S. Jorge e a implementação de condições técnicas que o tornem extensivo às demais ilhas dos Açores onde o mesmo não existe".

Sobre o documento em apreço, intervieram os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Mark Marques (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Élio Valadão (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, *Fernando Lopes*. O diploma em causa foi aprovado por maioria, tendo registado a seguinte votação: 23 votos favoráveis do PS; 3 votos favoráveis do PP; 1 voto favorável do PCP; 23 votos contra do PSD.

4º- Ante-Proposta de Lei nº1/99 - "Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores", tendo a mesma recebido a unanimidade da Câmara, quer na generalidade, quer na especialidade.

Sobre a mesma fizeram uso da palavra os Srs. Deputados António Menezes (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Herberto Rosa (*PS*), bem assim o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*. Foi votado por unanimidade um requerimento para o diploma em causa ser acompanhado de Pedido de Urgência, a fim de ser submetido à Assembleia da República com a maior celeridade possível.

5º- Projecto de Decreto Legislativo Regional nº10/99 - "Orgânica dos Serviços da ALRA", em que intervieram os Srs. Deputados António Menezes (*PSD*), Guilherme Pinto (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Herberto Rosa (*PS*). O diploma em apreço foi aprovado por unanimidade, na generalidade e na especialidade.

6º- Pedido de Urgência e/ou Dispensa de Exame em Comissão sobre "Captura de Tunídeos".

Sobre este assunto, intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Duarte Freitas (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*) e Manuel Serpa (*PS*), tendo o mesmo recebido a unanimidade da Câmara.

7º- Proposta de Resolução sobre "Captura de Tunídeos".

Para participar no debate, intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão(*PCP*), Duarte Freitas (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Manuel Serpa (*PS*) e ainda o Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, *Fernando Lopes*. O supra-referido diploma foi aprovado por unanimidade.

8º- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da responsabilidade do Partido Popular que "Resolve encarregar a Comissão de Economia da ALRA da apresentação de um relatório sobre as condições técnicas de segurança do espaço aéreo e as condições de operacionalidade", em que intervieram apenas os Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*) e Dionísio Sousa (*PS*), tendo sido o mesmo aprovado por maioria, com 23 votos a favor do PS, 3 a favor do PP, 1 a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD.

9º- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional - "Sistema de Incentivos ao Turismo na RAA", tendo baixado à Comissão para parecer. Intervieram os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*) e Augusto Élavai (*PS*).

10º- Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que "Recomenda ao Governo que promova diligências para a desratização", tendo usado da palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*) que procedeu à apresentação do diploma, tendo o referido Pedido de Urgência sido

aprovado com 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Na apreciação da Proposta do mesmo teor, intervieram os seguintes Srs. Deputados: Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Augusto Élavai (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), e ainda o Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, *Fernando Lopes*.

A Proposta em apreço foi aprovada por maioria, tendo-se registado a mesma votação para o respectivo Pedido de Urgência.

11º- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº11/99 - "Cria a Sociedade de Desenvolvimento dos Açores, SGPS, SA".

Feita a apresentação da mesma pelo Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, iniciou-se o debate, em que intervieram os seguintes Srs. Deputados:

Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Augusto Élavai (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), bem como o Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, *Fernando Lopes*, na prestação de vários esclarecimentos.

O referido diploma foi rejeitado por maioria.

Antes da conclusão dos trabalhos, tempo ainda para a aprovação por unanimidade da **Proposta de Resolução da Mesa da ALRA "Declarando findo o Período Legislativo de Janeiro"**.

(Os trabalhos terminaram às 21 horas e 15 minutos)

Presidente: Srs. Deputados bom dia. Vamos proceder à chamada, pelo que peço a vossa atenção.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

António Manuel da **Silva Melo**

Augusto António Rua **Elavai**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Francisco Couto de **Sousa**

Guilherme Marinho **Pinto** de Sousa

João Carlos do Couto **Macedo**

João Manuel Pereira **Forjaz de Sampaio**

José do **Nascimento Ávila**

Luis Machado **Resendes**

Manuel Goulart **Serpa**

Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Romão **Madruga da Costa**

Aurélio Henrique Silva Franco **da Fonseca**

Berta Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

Eugénio Manuel Pereira **Leal**

Francisco Xavier Araújo Rodrigues

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

José Francisco Salvador **Fernandes**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

José Ramos **Aguiar**

Jorge Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**

Mark Silveira **Marques**

Partido Popular (PP)

João Maria Fraga **Greves**

Nuno Barata Almeida e Sousa

Partido Comunista Português (PCP)

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 36 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão, podendo o público entrar.

Vamos dar início ao anúncio da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular, um requerimento através do qual se pergunta: "Em que razões se fundamenta o Governo Regional para atribuir o índice remuneratório 80 aos professores que, sendo licenciados, estão a fazer o estágio pedagógico para adquirirem a habilitação profissional".

Secretária (*Natividade Luz*): Do Gabinete do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, um ofício que refere o seguinte:

"Ao abrigo das normas estatutárias e regimentais aplicáveis, mormente o Artº 139º, nº 1 do Regimento, vem o Governo Regional requerer a V. Exª. se digne retirar as Propostas de DLR nºs 12/98 e 14/98".

Secretário (*José Ramos Aguiar*): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Projecto de DLR - "Planeamento Familiar e Educação Sexual", que baixa à Comissão de Assuntos Sociais para parecer.

Secretária (*Natividade Luz*): Do Grupo Parlamentar do PSD, e subscrito pelos Srs. Deputados Victor Cruz, Ana Gomes Silva e Sidónio Bettencourt, um requerimento a solicitar ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

"1º- Por que se extinguem as escolas de educação especial?

2º- Que soluções tem o Governo Regional para os deficientes profundos?

3º- Que modelos de integração têm sido praticados?

4º- Que soluções existem para os jovens com deficiências a partir dos 16 anos?

5º- Que medidas foram tomadas para levar a cabo a formação de professores, educadores e auxiliares na área da educação especial?".

Presidente: Vamos dar início à parte dedicada ao **tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região.**

Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa para uma intervenção.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Subo a este tribuna por duas razões: uma imediata e de actualidade, relacionada com as autarquias, e outra de fundo e de sempre, relacionada com esta Assembleia.

A primeira prende-se precisamente com o tema das dívidas das autarquias e os dois Acórdãos do Tribunal Constitucional sobre essas duas tentativas de solução legislativa, ensaiadas por esta Assembleia e que recaíram.

Entendo que é altura de falar sobre este assunto aqui e agora. Precisamente na altura em que parece começar-se a querer sair do silêncio "incómodo e atordoador" que se tentou fazer cair sobre este assunto, depois do segundo Acórdão do Tribunal Constitucional, no princípio deste mês, condenando pela segunda vez a via legislativa que esta Casa pretendeu exercer e com que pretendeu resolver este assunto.

Note-se, em primeiro lugar, que este silêncio foi tão ruidoso, quanto tinha sido barulhenta a agitação que durante meses rodeou este tema.

O silêncio foi tão ruidoso, que dois respeitáveis órgãos de comunicação social da nossa praça conseguiram o verdadeiro prodígio desinformativo de, só vários dias depois, esconderem a notícia por trás de um título ambíguo - um deles um subtítulo.

Note-se, em segundo lugar, que se começa a sair desse silêncio pesado, para se anunciar que se vai repetir, pela terceira vez, aquilo que o Tribunal Constitucional já condenou por duas vezes seguidas - a via legislativa para resolver o problema das autarquias. Mas agora, sob a forma de uma ante-proposta de lei à Assembleia da República. É pelo menos o que consta de um dos jornais dos últimos dias.

É por isso mesmo que entendo ser minha obrigação vir chamar à atenção desta Assembleia, porque voltar a fazer o mesmo pela terceira vez, penso que é uma fuga política para a frente, utilizando uma via que o Tribunal Constitucional diz que não só é vedada a esta Assembleia, como (e esta é outra das consequências desta aventura legislativa!) diz que é vedada à própria Assembleia da República - é o que veremos a seguir.

Por agora, notemos que esses dois respeitadíssimos órgãos de comunicação social só conseguiram ladear a notícia do "chumbo" do Tribunal Constitucional, dizendo que as dívidas autárquicas voltam ao Governo.

Até nisto se enganaram! Pelo que se vê, pretende-se, sim, que elas voltem a esta Casa, para ela, por sua vez, recambiá-las para a Assembleia da República.

Aquilo para que venho alertar em momento que me parece oportuno este Plenário, é o seguinte: na minha opinião, estas dívidas das autarquias sempre estiveram nas mãos desta Assembleia, para uma solução indirecta e segundo alguns - veremos também! - até para uma solução directa, mas não pela via e pelo exercício da competência que foi seguido por esta Assembleia, a competência e a via legislativa, mas sim a competência regulamentar.

Esta a razão da actualidade. Esta a razão imediata.

Mas, o que acabei de dizer sobre a via regulamentar, ou a competência legislativa a usar por esta Assembleia, leva-me à razão de fundo que eu resumiria da seguinte forma:

A história da Autonomia demonstra, este caso confirma-o também, ou ilustra-o, que sempre que esta Casa não exerce as competências reais que já possui em nome e na miragem de competências mais alargadas que ambiciona, não só se auto-limita no presente, mas compromete aquilo que pretenderia alcançar no futuro.

O enunciado parece complicado, mas os efeitos são evidentes e a realidade é simples. Como disse, era possível demonstrá-la pela história desta Autonomia, mas não vou fazê-lo, vou apenas ilustrá-lo com este caso concreto relacionado com as dívidas das autarquias.

Tentámos fazer por via legislativa aquilo que só poderíamos fazer por via regulamentar. A consequência foi que dois Acórdãos do Tribunal Constitucional vieram introduzir interpretações restritivas àquilo que, nada indicava, estivesse contido na própria lei.

O que é mais lamentável, é que esta Assembleia poderia ter usado a via regulamentar, não só para o fazer com base na adaptação à Região da Lei de Finanças Locais, mas também do próprio Estatuto que neste aspecto, e para um caso destes, bem poderia ter estado mais presente no espírito na maioria desta Assembleia.

Vejam os três aspectos que aqui foram apontados e o que perdemos pelo que não fizemos, o que perdemos pelo que fizemos, o que perdemos pelo que poderíamos e deveríamos ter feito.

Comparemos os artigos da Lei de Finanças Locais de 87, o que é útil, pois veremos o que a actual Lei de Finanças Regionais de 98, aliás também de Agosto (deve ser uma fatalidade que deve pesar sobre esta Assembleia, porque os diplomas saídos em Agosto, como o Estatuto e como a Lei de Finanças Locais parecem ser facilmente esquecidos!) e vejamos também o que dizia a Lei nº 1/87, a antiga que foi revogada em 98, no seu artigo 13º, ponto 1, em que fala de subsídios e participações - e é bom que façamos esta leitura pormenorizada e atenta, embora possa ser pouco agradável, porque nos permite medir com exactidão e rigor aquilo que efectivamente não fizemos e o seu alcance - : "Não são permitidas quaisquer formas de subsídios ou participação financeira, por parte do Estado, a institutos públicos ou fundos autónomos".

Se repararem, não há aqui qualquer referência às Regiões Autónomas.

A lei actual diz: "Não são permitidas quaisquer formas de subsídios ou participações financeiras aos municípios e freguesias, por parte do Estado, das Regiões Autónomas, dos institutos públicos ou dos fundos autónomos".

Efectivamente, quis-se nesta Assembleia continuar - ou iniciar, porque nem sequer é continuar - a iniciar uma via legislativa em matéria e sob uma forma de subsidiação às autarquias, quando a lei actual, explicitamente, passou a incluir as Regiões Autónomas nesta proibição de o fazer.

Mas, passemos ao nº 2 da lei antiga de 87, porque tem interesse a comparação: "O Governo (da República) poderá, porém, tomar excepcionalmente providências orçamentais, necessárias à concessão de auxílio financeiro nas seguintes condições: calamidade pública, autarquias afectadas por investimentos, recuperação de áreas, renovação urbana grave, a instalação de novos municípios ou freguesias".

Esta excepcionalidade, esta disposição que estava no número único de um artigo, na antiga lei aparece desdobrado em dois, que dizem "poderão ser excepcionalmente inscritas no Orçamento do Estado, por ministério, verbas para financiamento de projectos das autarquias locais, de grande relevância para o desenvolvimento regional

e local, quando se verifique a sua urgência e a comprovada e manifesta incapacidade financeira das autarquias para lhe fazer face".

Nós, por esta disposição, podíamos ter feito chegar às autarquias, inscrevendo no Orçamento da Região, discriminadamente, sem qualquer limitação de áreas, a única coisa que precisávamos ter incluído na legislação que fizéssemos, ou seja, demonstrar que esses projectos eram de grande relevância para o desenvolvimento regional e local. Mas, mais do que esta excepcionalidade, essa discriminação podia ser feita de forma indiscriminada, porque se diz que essa discriminação "poderá ser dispensada **para casos de manifesta urgência e previsibilidade de investimentos ou das situações que geram os financiamentos**". Ou seja, esta Assembleia podia ter criado no Orçamento da Região, um fundo para as autarquias acorrerem perante essas situações, mas fazendo-o por via regulamentar e não por via legislativa.

Mais: para além dessa possibilidade excepcional de inscrever no orçamento - "tomar providências orçamentais" - poderíamos tomar providências orçamentais necessárias à concessão de auxílio financeiro às autarquias nas seguintes situações que repetem em parte as de 87, e aqui os auxílios financeiros estão limitados a determinado âmbito, mas eu chamo a atenção para um deles e para o que se podia ter feito com isso. Ou seja, "recuperação de áreas de construção clandestina ou de renovação urbana, quando o seu peso relativo transcenda a capacidade e a responsabilidade autárquica nos termos da lei".

O que é que esta Assembleia poderia ter permitido às autarquias que fizessem, em termos de renovação urbana, inscrevendo para isso no Orçamento as providências orçamentais necessárias para o efeito?

Mas tínhamos mais competências, para além de tudo isto. Poderíamos regulamentar as condições em que haverá lugar à cooperação técnica e financeira prevista nesse artigo. Não só para além de podermos inscrever verbas excepcionais, sem limitação de áreas, podê-lo-íamos fazer dentro de determinadas áreas e estabelecer as condições para tal, sendo certo que a única coisa que teríamos que respeitar, como se diz no artigo seguinte, eram os princípios da igualdade, da imparcialidade e da justiça.

Finalmente, e mais que tudo, tínhamos uma última disposição no ponto 7 que diz: "tendo em conta a especificidade das Regiões Autónomas, as Assembleias

Legislativas Regionais poderão definir **outras** formas de cooperação técnica e financeira, além das previstas no nº 3".

Não só tudo isso está aberto às autarquias da República e da Região, mas poderíamos ter procurado outras formas que a lei não dizia quais, nem limitava de forma alguma. E tanto não limitava, que um reconhecido técnico nessas áreas diz que isto poder-nos-ia ter permitido - e eu cito - "apoios excepcionais às autarquias, podendo até abranger apoios especiais para suporte do serviço da dívida autárquica, mas em determinadas condições". O essencial é que tais apoios continuam a ter um carácter excepcional, até não só de forma indirecta, permitindo investimentos às autarquias, porém e segundo a mesma opinião - antes do Acórdão do Tribunal Constitucional seria permitida esta modalidade por simples diploma regulamentar de adaptação de legislação autárquica à Região.

Uma das consequências - e essa era a possibilidade que nós tivemos na mão e que não usámos, mas que agora já não é possível, porque o Acórdão do Tribunal Constitucional, aliás os dois, demonstram-nos o tal efeito perverso e negativo das aventuras feitas de forma inconsequente - diz que estes outros apoios têm que ser do mesmo tipo dos que estão previstos na Lei Geral da República. Isto não constava da lei e, como se vê através de um dos intérpretes dessa matéria, não constaria sequer de uma interpretação da lei. Neste momento, consta da interpretação do Tribunal Constitucional.

Eu pergunto se não teria sido possível, em vez desta Assembleia ter embarcado na aventura do exercício de um poder legislativo em áreas onde nunca tinha exercido e que o Tribunal já uma vez tinha dito que não tínhamos aí competência nesta área, se não teria sido melhor - dizia eu - ter feito esta simples adaptação legislativa e se tivesse exercido esse poder regulamentar que tem e que não quis exercer, sobre o qual procurou descartar-se e aventurar-se, com a consequência de todos nós conhecida de não ser possível agora ter a possibilidade de resolver a dívida das autarquias, nem de forma directa nem indirecta.

O que poderia ter feito esta Assembleia, através dos... verdadeiros amigos das autarquias, os verdadeiros inimigos do Governo Regional, se em vez de usarem a capacidade desta Assembleia para fazer ao executivo aquilo que as sangrias faziam

antigamente na medicina tradicional e que era pôr-se doente o são e matar-se o doente, se em vez disso tivessem posto essa capacidade à disposição do investimento nas autarquias?

Mas, não só não conseguimos fazer isso, adaptando à Região a Lei de Finanças Locais, como nem sequer o conseguimos fazer com base no Estatuto que nós temos desde a última revisão e que nos permitiria fazê-lo também por via regulamentar.

Eu passo a ler o Artº 33º do Estatuto, sobre a competência regulamentar desta Assembleia e que se traduz no seguinte: "Compete à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no exercício de funções regulamentares - e passamos à alínea c) que é a que nos interessa - "fixar, nos termos da lei, - a Lei das Autarquias Locais - "... as dotações correspondentes à participação das autarquias locais, na repartição dos recursos públicos, aplicados em programas comunitários específicos para a Região".

Esta disposição permitia, perfeitamente, resolver a necessidade que era apontada, referida e repetida, de investimentos e a sua possibilidade para as autarquias, em matéria de investimentos e desenvolvimento cobertos por apoios comunitários. Em vez disso, preferiu-se deixar circular uma ideia que eu passo a ler e refuto com base na Lei de Finanças Locais, isto é, a ideia de que "as autarquias poderão ser prejudicadas nos seus investimentos futuros, se tiverem dívidas" e dizendo-se ainda no Artº 32º da Lei de Finanças Locais que "dos limites de endividamento das autarquias, fica excluído o endividamento relativo a empréstimos contraídos para a execução de projectos comparticipados pelos fundos estruturais comunitários, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio".

O que resta dizer no fim de tudo isto, é aliás, perguntar porque não se fez nada disso no passado, chamar a atenção para que voltar a fazer isto no futuro, mesmo através de uma ante-proposta de lei, será seguir um caminho que é outra consequência das interpretações do Tribunal Constitucional que veda não só a esta Assembleia, mas também à própria Assembleia da República, dizendo - e passo a ler, para que não subsistam dúvidas: "A Constituição impõe que todas as autarquias locais tenham um património e finanças próprias e que o respectivo regime seja estabelecido por lei

que, genericamente, visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias".

Na Constituição convivem, assim, autonomia regional e o sistema autárquico, unitário para todo o território nacional, sendo ambas, indiscutivelmente, elementos essenciais da organização do Estado.

À ideia de levar até à Assembleia da República, podendo esta Assembleia exercer poder legislativo numa área em que não o tem, o Tribunal Constitucional diz que a Assembleia da República não pode criar um sistema separado, diferente, para as Regiões Autónomas nesta área, visto que o considera unitário.

Aventura feita, aventura condenada ao fracasso!

A prossecução será nova aventura e novo fracasso!

Que esta Assembleia exerça as competências que tem, para prestígio próprio, para benefício das autarquias. Não o fez até hoje, faça-o de futuro, pois é sua responsabilidade, é a obrigação que tem perante os Açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Dionísio Sousa e, antes de mais, lamento que o PS demonstre aquilo que no fundo sente, ou seja, um grande regozijo pelo facto das autarquias não verem resolvidos os problemas das suas dívidas.

Por outro lado, lamento profundamente a falta de colaboração do Partido Socialista na resolução de uma questão que é candente. Eu até nem sei se estava a ouvir o Sr. Deputado Dionísio Sousa ou se era o conselheiro do Tribunal Constitucional, com afirmações do tipo "podia ter-se feito, mas não se fez", "podia ter-se feito de uma determinada forma, mas fez-se erradamente". Chegou até ao ponto de dizer o que **podíamos** ter feito.

Que eu saiba, o Sr. Deputado faz parte desta Casa mas, aquando da discussão deste diploma, não o vi dar qualquer colaboração, com a sua cátedra, sobre a forma mais indicada, para que esse documento fosse aprovado e não fosse levantada qualquer objecção.

Por isso, se o Sr. Deputado sabia o que é que devia ser feito e não disse na altura, demonstra que estava de má fé!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Demonstra que não queria que este problema ficasse resolvido!

Demonstra que quis colaborar para uma má imagem do Parlamento!

Eu não vi, na altura, o Sr. Deputado Dionísio Sousa levantar-se uma única vez da sua bancada para manifestar a sua opinião, a sua divergência, vi sim o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas nunca o Sr. Deputado!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Está completamente enganado!

O Orador: Nunca vi o Sr. Deputado levantar-se para dizer o que disse hoje aqui.

Depois de haver um acórdão, é muito fácil apontar os defeitos. É mais fácil fundamentar uma opinião, quando há um acórdão do Tribunal Constitucional.

É mais fácil fazermos uma intervenção ali na tribuna, quando a matéria de direito já está inserida numa decisão judicial.

Mas, acima de tudo, o que ficou muito bem demonstrado nesta Casa, hoje, é que o PS não quis resolver o problema das autarquias!

O PS esteve de má fé na análise deste diploma!

As análises que são feitas neste momento, podiam-no ter sido antes e, portanto, não é legítimo que o Sr. Deputado venha agora referir que o Parlamento podia ter feito, mas não fez, podia ter seguido determinada via, mas não seguiu, podia ter tido êxito e não teve. O Sr. Deputado deveria dizer **podíamos**, porque V. Ex^a. é membro desta Casa e, nessa medida, deveria ter colaborado, à priori, na resolução deste problema.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Parece-me que o Sr. Deputado não ouviu a intervenção que acabei de proferir!

(Aplausos da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem querer tirar o direito de resposta que certamente caberá ao meu colega Dionísio Sousa, gostaria de trazer à colação desta Casa que quem esteve na Comissão de Política Geral quando este documento foi analisado, sabe perfeitamente qual foi a opinião lá expressa pelo PS. Sabe perfeitamente que da parte do PSD não houve a mínima abertura para qualquer modificação do diploma e toda a argumentação aqui trazida hoje pelo meu colega de bancada, já tinha sido em sede de Comissão levantada!

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro se o quiser fazer que o faça, porém vir o Sr. Deputado Jorge Valadão dizer que o PS esteve de má fé, é falso ...

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador:... e eu tenho que defender a honra dos deputados deste Grupo Parlamentar que nesse dia estavam na dita Comissão!

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jorge Valadão:

V. Ex^a. falou de várias coisas, falou de sentimentos, falou de atitudes, de comportamentos, mas usou tudo isso contra os factos.

Não era preciso eu dizer, bastava o Grupo Parlamentar do PS dizer - e disse-o, como foi aqui referido há pouco - só que eu afirmei-o e fi-lo aqui pela minha voz, porque - meu caro Jorge Valadão - seria a primeira vez que alguém que vê outro usar uma nota falsa para pagar uma conta, não só fosse obrigado a dizer "não pagues a conta, essa nota é falsa!", mas seria obrigado a tirar do bolso uma nota verdadeira para pagar a conta, substituindo assim a nota falsa!

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Eu não sou o único deputado que tem nas suas mãos a honra desta Assembleia!

Eu sou um deputado como os outros, inserido num determinado grupo parlamentar. E é nessa exacta medida que eu sempre trabalhei e continuo a trabalhar nesta Assembleia, como deputado.

Sou obrigado - e fi-lo! - a alertar esta via errada, esta via que não resolve o problema, não é este o caminho a seguir.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Não é bem assim!

O Orador: Não é obrigado a concordar com isto, mas disse-o aqui e, aliás, está no Diário das Sessões, não vale a pena repetir.

Mas disse mais, disse que isso estava em contradição absoluta com o vosso passado, citando inclusivamente um parecer vosso que, a propósito do subsídio de insularidade, dizia **que não era possível** esta Assembleia legislar em matéria autárquica.

Os senhores há cinco anos anteciparam-se e acertaram no Tribunal Constitucional. Agora enganaram-se! Não souberam usar os meios, os antigos que tinham e os novos de que dispomos, para resolver o problema.

Faltava demonstrar esta última parte, sim senhor, mas esta é nossa e é a verdadeira, que não tinha que pôr no bolso do PSD, para ele com aquilo que eu diria e faria, os senhores que como maioria que são nesta Assembleia, estão tão dependentes da opinião, do parecer, da análise, do estudo, do trabalho de um deputado que não é dessa maioria!

É isso que os senhores vêm confessar aqui!

"Era preciso e o Dionísio devia ter dito!"

Quando nós legislámos, foram os senhores os responsáveis desta legislação!

Os senhores é que deviam ter encontrado o caminho correcto para esta Assembleia e para as suas capacidades...

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: ... e correcto para as autarquias e para resolver os seus problemas!

Mas o que os senhores pretenderam foi outra coisa. Foi fazerem sempre aquilo que fazem nesta Assembleia, que fizeram durante anos aqui e no Governo, que fazem no único sítio onde **ainda** podem ser iguais a vós próprios, ou seja, a aventura para a frente, a política acima de tudo, o interesse partidário antes de mais nada e, sobretudo, é a vossa autonomia, são os vossos autarcas, é aquilo que é vosso!

É o complexo de donos da verdade da Região, de donos de tudo quanto ainda mantêm nesta Região!

Isso está a desaparecer cada vez mais, desfaz-se por si próprio, porque, infelizmente neste caso, eu tenho que dizer, alto e bom som: pretenderam fazer política, fizeram má política para vós próprios e para as autarquias e para esta Assembleia!

Estavam à espera que eu vos dissesse o que é que deviam fazer?!

Eu não sou membro do PSD, nem do PP, nem da Representação Parlamentar do PCP, que foram os três grupos que fizeram e adoptaram esta solução.

Eu sou deputado do PS nesta Assembleia!

Faço as coisas de acordo com aquilo que interessa a esta Casa e ao grupo parlamentar onde me insiro e que não é o "pneu de socorro" de uma maioria que durante 20 anos os Açorianos entenderam que poderia e deveria sê-lo!

Há 4 anos entenderam que não deveria sê-lo mais, mas os senhores continuam a pretender ser maioria, sem agora mostrar capacidade para exercer as funções e as responsabilidades que isso acarreta.

São uma maioria para não fazer, para fazer mal, para obstaculizar, para nos levar por caminhos errados!

Não nos levaram a nós. Não levarão as autarquias. Irão, sim, ser colocados no lugar certo!

Estão errados e lamento que precisassem de mim para entrar no caminho certo...

(Risos da bancada do PS)

... mas, efectivamente, precisaram!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Dionísio Sousa:

Volto a lamentar a sua intervenção.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Lamente-se de si próprio!

O Orador: Lamento, Sr. Deputado, porque em primeiro lugar, demonstra mais uma vez que o Grupo Parlamentar do PS não quis resolver um problema que era comum a todas as autarquias.

Por outro lado, o Sr. Deputado é o primeiro a referir "as vossas autarquias", ou seja, o PS tem uma postura que joga em função da propriedade, da posse.

O Sr. Deputado quando diz **as vossas**, quer dizer "vocês que resolvam, o problema é vosso!". Só que este é um problema de fundo do poder autárquico.

"As autarquias são vossas, portanto vocês que resolvam o problema das autarquias!", o que demonstra que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista move-se em função de ter ou não interesse numa determinada área. Como a área autárquica não tem interesse, porque não tem a maioria das câmaras, por isso é que diz que o problema é do PSD e não desta Assembleia e desta Região.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Os senhores é que não conseguiram resolver o problema, mais nada!

O Orador: É essa a questão que se coloca, isto é, acima do interesse institucional, acima do interesse do poder autárquico, está o interesse do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Governo!

Por outro lado, o Sr. Deputado pretendeu dizer aqui que se houvesse interesse - que não há! - de resolver o problema das autarquias, que é um problema que se repete, mas que não há vontade de resolvê-lo da vossa parte, pois se o Sr. Deputado, com a sua cátedra, afirma nesta Casa que havia outras vias, e se houvesse interesse em resolver como o PS diz que há, mas que demonstrou exactamente o contrário, então tivesse feito referência a essas resoluções na altura. No entanto, nesse momento, apenas criticaram esta proposta, apenas quiseram destruí-la, apenas criticaram em termos destrutivos!

Deputado Francisco Sousa (PS): Isso é falso! Os alertas foram dados na Comissão.

O Orador: Sr. Deputado, a Comissão tem um trabalho especializado.

O debate político tem que ser feito no plenário e durante o mesmo, nada foi referido relativamente às outras vias que poderiam ter sido seguidas, o que só veio demonstrar que o PS remeteu-se ao silêncio, utilizando um discurso destrutivo e regozijou-se no final por não ver o problema das autarquias resolvido.

Deputado Francisco Sousa (PS): É mentira!

O Sr. Deputado não esteve na Comissão!

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Valadão:

Tenho, em primeiro lugar, o dever de recordar, à semelhança do que já fez o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, que não foi só o Grupo Parlamentar do PS, mas também foi o próprio Governo, chamado à Comissão de Política Geral, que teve oportunidade de longamente trocar argumentos com um membro dessa Comissão, ou pelo menos um deputado do PSD convidado para estar presente, para debater essa questão.

Nessa altura, o Governo explanou toda a panóplia de argumentos, que pelos vistos tinham toda a razão de ser e que, aliás, já nem era difícil de prever o seu desfecho, porque se não foi nesse dia foi pouco depois que saiu o primeiro Acórdão do Tribunal Constitucional sobre essa matéria, dizendo que esta não era a solução para este problema. Mas o Governo fez mais do que isso. O Governo nessa Comissão, como depois teve oportunidade de manifestar ao Grupo Parlamentar do PSD, bem como de divulgar à opinião pública, manifestou toda a abertura, nesta matéria como nas outras que na altura estavam em discussão e que tinham certamente encargos e efeitos ao nível do orçamento, para se negociar rapidamente outro tipo de soluções. E eu tive oportunidade de dizer que havia outro tipo de possibilidades legais, para as quais podíamos partir.

Não só o PSD, mas sobretudo, era nesta matéria, pelo seu peso parlamentar, um partido essencial, mas não manifestou abertura para isso.

Por isso, que não se pense que o PSD possa agora vir dizer que não sabia que esta proposta era inconstitucional, depois do primeiro Acórdão, depois de pareceres que foram em parte respigados nos órgãos de comunicação social. Depois de tudo o que foi dito, o PSD não pode vir dizer que não sabia, ou sequer que tinha uma vaga esperança de que a solução por si encontrada podia ser viável legalmente.

Portanto, o PSD não quis aqui, verdadeiramente, resolver ou pelo menos ajudar a resolver, o problema das autarquias locais.

O PSD quis fazer política!

O PSD resolveu ainda levar até ao fim o testamento político do Dr. Costa Neves, quando em Janeiro de 98 volta da Madeira com duas ideias maravilhosas: o pagamento das dívidas das câmaras e o derrube deste Governo Regional.

Esse testamento o PSD resolveu levá-lo até ao fim e ...foi o que se viu!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, apenas dois ou três aspectos que me parecem talvez importante esclarecer, sem prejuízo de todos os esclarecimentos que já foram dados aqui pelos meus colegas de bancada.

O Sr. Deputado Jorge Valadão afirmou que o PS regozijava-se com a questão não resolvida das dívidas das autarquias. Pois eu devo dizer-lhe que o Sr. Deputado estava cá presente na discussão do diploma e sabe que isso não é verdade. Portanto, a má fé, neste caso, está do vosso lado, quando afirmam isso, sabendo que não é verdade!

O Sr. Deputado sabe que quer por intermédio de intervenções que proferi nessa altura, quer por intermédio de intervenções proferidas pelo Sr. Deputado Dionísio Sousa, foi sempre colocada a questão de que as dívidas das autarquias são um problema. As dívidas das autarquias preocupam o PS, porque condicionam o desenvolvimento. Porém, o caminho que os senhores quiseram seguir não era o caminho mais correcto, como efectivamente veio-se a demonstrar que não é.

Por outro lado, no meio de todos os "lamentos" que o Sr. Deputado Jorge Valadão expressou, deixe-me também eu próprio expressar um lamento. O lamento de que o Grupo Parlamentar do PSD, numa atitude de irresponsabilidade e de falta de coragem política, quer transferir para o PS o ónus político de ter levado o "chumbo" do Tribunal Constitucional, numa iniciativa vossa, em que aqui nesta Casa por variadíssimas vezes, sempre foi afirmado "cuidado, o caminho não é esse!".

Os senhores recusaram **sempre** aceitar qualquer sugestão, sempre recusaram aceitar qualquer tipo de alerta para as inconstitucionalidades e ilegalidades de que padece o diploma, algumas das quais já foram declaradas pelo Tribunal Constitucional, outras só o serão através de uma pronúncia futura que viria dar resposta a elas.

Por outro lado, o significado deste Acórdão de inconstitucionalidade, é também claramente uma derrota política para o Grupo Parlamentar do PSD. E o mais curioso é que, num tempo em que se apregoam e o próprio PSD se rendeu às virtudes do diálogo, se rendeu às virtudes da abertura, só recorre ao diálogo e só aceita dialogar em última instância.

Isso não é diálogo. Ou seja, só depois de ver esgotada essa via de confronto e de afrontamento, de obrigar o Governo a cumprir - a tal história de que falava ontem o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro da função da Assembleia ser de obrigar, forçar o Governo a cumprir - só nessa hipótese, é que o líder do vosso partido vem cá para fora e diz "bem, agora então temos que dialogar".

Isto não é diálogo!

Isto é uma **irresponsabilidade política** na sua forma mais pura e mais crua!

Relativamente às questões que foram suscitadas pelo Sr. Deputado Jorge Valadão, parece-me que estamos esclarecidos.

Quanto à questão da preocupação do PS pelas dívidas das autarquias, ela existe e sempre existiu. Não estávamos à espera da vossa proposta, para que ela existisse.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como é habitual nestas discussões, o tema está esclarecido e esgotado. Cada um fez o que devia: o Governo fez o que devia, o PS nas Comissões fez o que devia, na

Assembleia também o fez e está fazendo o que devia. Está alertando para a possibilidade, porque foi anunciada pelo líder do PSD, aliás isso está nos jornais, que vão apresentar uma ante-proposta de lei.

Eu estou aqui chamando a atenção para o facto de que o caminho da ante-proposta de lei continua a ser o mesmo caminho seguido até aqui e isso já foi dito por duas vezes que não serve. Por isso, tentei demonstrar que o próprio Tribunal Constitucional insinua que nem na Assembleia da República este problema pode ser resolvido.

Os senhores querem discutir esta interpretação agora?! Se é assim, se não é, se deve ser.

Aqui está um bom tema para esta Assembleia aproveitar a oportunidade que - e os senhores é que dizem! - eu estou dando, para que se discuta o que se deve fazer sobre isso, porque a solução desse problema (se problema é) não está inviabilizada. Eu trago aqui - e são os senhores que também o dizem - a solução para esta Assembleia poder responder a esse problema que existe. Desmonto os falsos problemas que se criaram, desde o problema das dívidas em relação à cobertura dos investimentos, e o caminho que esta Casa deve seguir, que passa pela regulamentação da Lei de Finanças Locais, agora já com algumas limitações, devido à vossa aventura, que foram introduzidas na interpretação do Tribunal Constitucional. Vamos ter que pagar esse ónus, bem como as autarquias. Mas o Dionísio é que tem a culpa, o PS é que tem a culpa!

Meus senhores, ser maioria e arrogar-se dela, quando o povo não nos dá a maioria, obriga a mais responsabilidade!

Os senhores fazem precisamente o inverso!

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Desresponsabilizam-se perante o que o povo quis, porque o que ele quis foi que quem representa o conjunto dos Açorianos nesta Assembleia, é o PS e os senhores querem-se substituir!

Ao menos façam-no, para prestígio desta Assembleia, façam-no dentro dos limites das nossas competências e não com as aventuras, porque a continuarem assim com

essas aventuras inconsequentes que sempre fizeram nos 20 anos de Autonomia, esse caminho - está provado mais uma vez - não serviu!

Eu dei-vos, o PS dá, o Governo dá, mais uma oportunidade para, nesta Assembleia, se resolver o assunto.

Saibam, pelo menos desta vez, usá-la já que não souberam ser o que se arrogam de ser e efectivamente não são!

(Aplausos da bancada do PS e do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Era o Sr. Deputado que prestigiava esta Assembleia com as suas mensagens de Ano Novo, não era?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, como de resto os meus colegas que me antecederam, gostaria de fazer algumas precisões, demonstrar algumas soluções, abrir alguns caminhos, deixando um pouco de lado, embora não deixe de responder a algumas acusações que foram aqui feitas, propositadamente, alguns aspectos mais polémicos, porque julgo que esta como outra oportunidade qualquer do passado ou do futuro, deve ser aproveitada (não neste caso para encontrar alguma solução, pois é difícil encontrar soluções legislativas em plenário para problemas de fundo como este) para dizer ao Sr. Deputado Dionísio Sousa, e sobretudo a todos os Deputados e deixar bem claro perante o Governo, que o Partido Social Democrata tem-se orientado, nesta matéria, indiscutivelmente, com uma preocupação que tem a ver com o poder local.

O Grupo Parlamentar do PSD não tem que aceitar qualquer tipo de acusação, no sentido de estar na nossa intenção obstaculizar soluções que têm a ver com o poder local.

Nós não temos tido aqui uma postura de partidarização do discurso do poder local, porém uma coisa tem que ficar bem clara - e este é o primeiro esclarecimento que eu queria fazer à intervenção do Sr. Secretário Regional - ou seja, que o Grupo

Parlamentar do PSD tem certas competências, como seja a fiscalização do Governo, iniciativas legislativas e é evidente que o PSD dialoga com os autarcas, inclusivamente com autarcas socialistas.

Toda a gente percebe, aliás, que dialoguemos com os autarcas social-democratas. Mas, quando o Sr. Secretário diz que nas vésperas daquele pacote legislativo importante, me disse - além de ter dito na Comissão - que havia outras possibilidades, eu quero dizer-lhe que não na véspera ou na manhã de dias importantes, nos quais se vão decidir sobre certos diplomas, se anunciam **outras possibilidades**, sem dizer em concreto quais, que aspectos financeiros é que envolvem, se resolvem ou não as preocupações dos autarcas.

Portanto, como é evidente, esta possibilidade alternativa, tipo "tentação negocial" que o Governo teve com o Partido Social Democrata, foi feita à última hora, logo o Grupo Parlamentar do PSD já tinha a sua agenda política, a sua agenda de iniciativas legislativas...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Esse é que foi o problema!

O Orador: ... e não retira nem altera algum conjunto de posições, só porque um secretário, por mais bem intencionado que esteja, diz de véspera "cuidado, porque eu tenho aqui outras hipóteses!"

Até, porque, é preciso que isto fique bem claro, o Grupo Parlamentar do PSD conversa com os seus autarcas, mas não os substitui.

O Partido Social Democrata tem um discurso autárquico, mas não substitui os autarcas, porque o poder local é eleito pelo povo, tem que ter a sua autonomia, é evidente que faz parte integrante de um projecto social-democrata, no entanto os Presidentes de Câmara do PSD não telefonam para o líder do partido ou para o líder parlamentar, para saber o que é que vão fazer. Eles têm toda a autonomia e o seu caminho estratégico.

Portanto, não era eu, em nome de um grupo parlamentar, que iria aceitar uma sugestão alternativa negocial, em nome dos autarcas social-democratas, ainda por cima na véspera de se decidir um conjunto de iniciativas que estavam em cima da mesa.

Por isso, eu quero que isto fique bem claro, o que é mais importante do que pormenorizar o problema, o que também se podia fazer, levando algum tempo para isso, e até talvez tivesse piada. E o Sr. Secretário também vai testemunhar aqui, perante todos, que eu lhe disse isto, mal me fez essa proposta.

Eu não posso aceitar retirar diplomas, alterar estratégias parlamentares, só porque me acenam com possibilidades que não são palpáveis, que eu não conheço e, pior do que isso, que não sou eu que tenho competência para negociar com o Governo, mas sim os autarcas que podem fazer como quiserem, conjuntamente com a Associação de Municípios, a do passado, a do presente e a do futuro, podem desmarcar reuniões sucessivamente, podem esperar por melhores oportunidades políticas, mas uma coisa é certa: - comigo não vão falar sobre o problema dos autarcas, a não ser num plano legislativo, porque eu não tenho competência para mais.

Portanto, não venham aqui dizer que havia outras hipóteses, que o Grupo Parlamentar do PSD foi quem estragou isso tudo, porque não se trata de nada disso!

O Governo se quisesse, nesse aspecto - e aqui não falo das questões da Comissão - falar mais cedo sobre essa matéria, e sobre qualquer outra, tinha-o feito mais cedo e de forma diferente.

Por isso, eu não posso aceitar qualquer acusação feita seja por quem for, segundo a qual o PSD virou costas, não quer o diálogo e, muito menos, o grupo parlamentar prejudicando, assim, a solução dos nossos autarcas.

Isso não é correcto nem é justo dizer, portanto, levanto-me para dizer e esclarecer que isso não pode passar para a opinião pública, para os Açorianos e para os autarcas, porque não é verdade. E o que não é verdade, não pode ser utilizado politicamente.

Em segundo lugar, houve atrasos, existem questões prejudiciais nesse processo. Infelizmente, já fizemos nesta Assembleia duas tentativas para resolver o problema, a primeira não levantou qualquer polémica e foi declarada inconstitucional. A segunda teve outro carácter, foi integrada num conjunto de iniciativas legislativas diferentes.

O que é verdade é que o PSD, o PS e o Governo, desde o primeiro dia, estiveram à procura de uma solução. E a que demorou mais para se saber qual era a resposta, foi a primeira e não a segunda, porque esta iniciativa legislativa do PSD, para ser

declarada inconstitucional levou até pouquíssimo tempo, por razões óbvias, pelo tipo de fiscalização que ela envolvia. A primeira é que levou um ano.

E eu pergunto: se face às dificuldades previsíveis da primeira solução, se face à rapidez com que o Tribunal Constitucional se pronuncia, pela segunda vez, contra um tipo de solução que o PS não subscreveu mas que a Assembleia legitimamente subscreveu, perante tudo isso e face a isso tudo, e tendo em conta sobretudo que o PS até - segundo nos diz o Sr. Secretário - previa as dificuldades desta matéria, que soluções entretanto estão estudadas?

Que possibilidades tem o Governo para resolver este problema?

Acha o Governo que o problema se resolve por via legislativa?!

Então, se o Governo acha isso, eu estou disposto para resolver o problema e não perco mais um minuto a debater questões de somenos importância, ainda que os senhores possam dizer que o estou a fazer porque tenho dificuldades. Mas não tenho problema nenhum em fazê-lo. No entanto, eu tenho é que privilegiar o que é sobretudo importante.

Para mim, importante não é o Grupo Parlamentar do PSD ter a iniciativa e a autoria, quem é que resolveu, com que velocidade resolveu, quem é que disse sim à reunião, quem é o futuro Presidente da Associação de Municípios. Para mim o que é mesmo importante é, respeitando um poder local democraticamente eleito pelo povo, assim como temos que respeitar esta Assembleia e o Governo que dela emana, Governo e autarquias - ou então se acharem que é por via legislativa, PS, PSD, PP e PCP - resolvam o problema que, na nossa opinião, é justo, merece a maior atenção, tem tido atenção, porém não tem tido solução.

Portanto, Sr. Deputado Dionísio Sousa, se essa é uma sugestão que lança em nome do Grupo Parlamentar do PS, a minha resposta é sim. Se o que quis fazer foi um conjunto de acusações ao Grupo Parlamentar do PSD, algumas já foram respondidas e eu não estou muito interessado em responder a mais nada, porque julgo que o debate está feito.

O que me interessa é saber que utilidade tem o problema que o Sr. Deputado levantou nesta Casa?

É uma sugestão para resolver o problema em termos legislativos... por mim, se os autarcas entenderem que essa é a solução, pode começar amanhã às 9 da manhã.

Se o Governo acha que o problema não se resolve por aí, que precisa de falar com os autarcas, só tem que esperar, pois mais minuto menos minuto, irá saber-se o nome do Presidente da Associação de Municípios, com quem é que irá dialogar, coisa que também não devia preocupar muito o Governo, porque deve dialogar com quem os autarcas decidirem, mas também está fácil, porque no dia 31 ou 1 isso estará resolvido.

Se o Governo acha que deve é negociar, então que negocie - qual é o problema?!

Temos tudo na mão, estamos todos aqui, estamos preocupados com a solução!

Por mim, deixo já as três setas do PSD mais para um lado e preocupo-me com as Câmaras do Partido Social Democrata, não vou fazer por muito mais tempo debate político e partidário com isso.

Deixem os senhores a rosa ou o punho de parte e resolvam o problema - eu fico à espera.

Se isso for um convite, estou muito satisfeito. Se o Sr. Deputado quis dizer aqui que o PSD atrasou o processo mais dois meses, impossibilitando três ou quatro coisas para resolver o problema, eu devo dizer-lhe que desconfio que, com boa vontade, o Governo Regional não resolva isso tudo.

O que é preciso é que queira mesmo resolver esse problema.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Cruz:

Apenas para prestar um pequeno esclarecimento.

É verdade que não foi exactamente na véspera que o Governo anunciou esta sua vontade de negociar, quer na Comissão, quer depois perante o Grupo Parlamentar do PSD.

Reconheço que foi numa altura próxima do período legislativo, quando muito a Comissão, talvez uma semana antes, e tratava-se de um período legislativo intenso, quer quantitativamente quer qualitativamente.

Penso, porém, que talvez não tenha sido isso que impossibilitou, até porque aquele era exactamente o tempo próprio para tal, por isso penso que não seria isso o obstáculo a que ainda se pudesse tentar, rapidamente, encontrar algumas soluções.

Até porque, veja-se, a respeito por exemplo dos custos de insularidade, algumas propostas apresentadas pelo PSD surgiram já no decorrer dos debates e antes nunca ninguém as tinha visto, só que aí houve tempo para, em cima do acontecimento, encontrar soluções.

Portanto, no nosso entender, também poderia ter havido tempo para na Sessão de Novembro ter-se encontrado uma solução, se houvesse um esforço nesse sentido.

Teria sido importante, porque - Sr. Deputado - vamos ser práticos: não se pode falar em cooperação, em ajudar as câmaras financeiramente, em termos de substância, sem pensar nos reflexos financeiros que isso tem. E a altura certa para se pensar nisso, como V. Ex^{as}. fizeram em relação aos custos de insularidade e a outras matérias, é a quando da discussão do Orçamento.

De resto, Sr. Deputado, se bem percebi - ou se percebi, continua para mim a não servir de grande coisa! - a "culpa" dessa proposta não foi do Grupo Parlamentar do PSD, mas sim dos autarcas do PSD...!

Deputado Victor Cruz (PSD): Eu não disse nada disso. Sempre foi o contrário!

O Orador: Muito bem, então o erro foi do PSD - isto é que é importante que fique claro!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para uma afirmação rápida.

De tudo o que foi dito pelo Sr. Deputado Victor Cruz, eu percebi que o PSD sabe sempre quando não é hora de fazer isto ou aquilo - não é hora de aceitar, não é hora

de discutir - mas eu espero que descubra alguma vez também quando é que é a hora de fazer as coisas de forma correcta.

É a oportunidade que lhe fica, aproveite e assuma a responsabilidade de maioria. Não sou eu que tenho que dizer quando é a hora que o PSD deve agir, para fazer aquilo que, com maioria, acha que deve fazer nesta Assembleia.

Descubra, ele próprio e use a oportunidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Dionísio Sousa:

Uma coisa é certa: não era na véspera da discussão de um conjunto de diplomas...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não foi na véspera!

O Orador: ...que era a hora do PS querer conversar com o PSD.

Toda a gente percebeu que não foi - como alguns deputados da sua bancada já disseram em aparte - por haver "negócios", isso tinha passado!

Se não fosse a preocupação do PS com os "negócios, se calhar nunca teria conversado com o PSD!

O PS só quis falar com o PSD, porque estava preocupado com os possíveis "negócios" parlamentares do PSD!

Portanto, quanto a matéria de "horas certas", era bom que o Grupo Parlamentar do PS acertasse o relógio pela estratégia do Governo, porque está visto que o vosso relógio não está pela mesma hora do Governo!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O Sr. Deputado até poderia dizer isso, mas era se não tivesse o Governo que tem!

(Risos dos deputados da bancada do PSD)

O Governo que os senhores têm, veio ter connosco, a más horas, para conversar sobre essa matéria, por isso não acho que tenha grande razão em falar sobre "horas". E a sugestão que lhe dou é que acerte o relógio pelo do Governo.

Sobre os reflexos financeiros - diz o Sr. Secretário Regional e com razão - de facto, o PSD perdeu um pouco a oportunidade nessas matérias, porque elas reflectem-se financeiramente. Pois claro que têm e é também por isso que o Governo não tinha que vir na véspera falar com o PSD, porque tinha outras hipóteses para as autarquias. Só que a gente depois não acredita, é difícil de acreditar.

Se um governo que tem um orçamento entregue nesta Casa há meses, que já foi avaliado pelas Comissões, que sabe que há iniciativas legislativas em cima da mesa agendadas para essa matéria, se também estivesse interessado em resolver o problema, e como dizem e com razão que tem reflexos financeiros, por isso é preciso acautelar essa solução, então eu acredito que o Sr. Secretário Roberto Amaral tinha aconselhado o Sr. Secretário Regional da Presidência a procurar-nos mais cedo. Porque se tem reflexos financeiros, não é na Sexta-feira ou no Sábado, num contacto pessoal e depois na Segunda-feira de manhã aqui, que se resolvem esses problemas e, portanto, nem na hora nem na oportunidade os senhores têm qualquer tipo de razão sobre essas questões.

Quanto ao argumento relativo aos custos de insularidade, eu já lhe disse que nós - Grupo Parlamentar do PSD - mudamos tudo o que quisermos até ao último minuto, desde que tenhamos toda a responsabilidade política num determinado diploma, como era, por exemplo, o caso dos custos de insularidade ou o caso das pensões. Mas, para negociar com o Governo, em nome da Associação de Municípios e em nome dos autarcas, nós temos a limitação da nossa importância, do nosso valor e da nossa representatividade.

O Governo já conversou com a Associação de Municípios várias vezes para a resolução desta matéria. E agora o Sr. Secretário queria resolver comigo ali em baixo, num gabinete e em meia hora, - o senhor ao telefone com o Sr. Presidente do Governo e eu ligado com não sei quantos autarcas - o problema!

É evidente que ninguém acredita que os senhores quisessem mesmo, nesta negociação, resolver o problema.

O certo é que acerte o vosso grupo parlamentar ou não o relógio pelo do Governo, tenha ou não o Sr. Deputado razão sobre os reflexos financeiros - se bem que eu ache que ficou bem claro que se de facto haveria verdadeiros reflexos financeiros os

senhores deviam ter falado mais cedo - venham dizer ou não que isto tinha a ver com uma negociação com o PP, não é menos verdade que também quiseram entrar, portanto já não têm autoridade política para dizer que o problema foi "negociações com outros partidos", porque também fizeram uma tentativa **mal sucedida** de entrar nas conversações sobre essa matéria.

Seja como for, mesmo que os senhores não tenham razão nenhuma até este momento, eu não me importo com isso!

Eu até posso não falar mais nisso para o resto da vida!

Porém, digo-lhe uma coisa: se o problema se resolve na Assembleia, se o Sr. Deputado Dionísio Sousa acha que é a hora de o resolver, eu já estou acertado consigo.

Querem resolver, estamos resolvidos. Mas se o Sr. Deputado quis, à custa de um tema importantíssimo, fazer um pequenino exercício de oposição, está no seu direito! Mas assumo-o e não levantou nenhuma questão séria de futuro, em termos de solução.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Fiz o que devia fazer!

O Orador: Quis fazer um exercício de oposição, como outros já fizeram naquela tribuna ontem, pronto. Fica por conta disso. Agora, eu não me levantei por conta disso.

Eu gostava de saber se os senhores querem ou não resolver o problema, e quando faço esta sugestão parece que os senhores ficam parados, e se não acham que há legislação e que isso não se pode fazer aqui através de produção legislativa, então o Governo que reúna, nomeadamente o Sr. Secretário Regional das Finanças, marque mesmo uma reunião, desta vez que fique de vez, com os autarcas, que não desmarque outra vez, que não volte a marcar, não venha desmarcar pela 2ª vez... e o Sr. Presidente do Governo deixe-se de se preocupar com quem é que vai ser o próximo Presidente da Associação de Municípios, ou quem é que foi, enfim resolvam isso de vez, com sentido institucional!

O Grupo Parlamentar do PSD fez todos os esforços.

Deputado Dionísio Sousa (PS): O que há é um decreto que foi declarado inconstitucional!

O Orador: Ah é um decreto que foi declarado inconstitucional?! E quantos daí já foram?!

É um problema jurídico? E quantos problemas jurídicos já tiveram?!

Olhe, hoje, mais para o fim da tarde, vão surgir imensos problemas jurídicos e são daí, não são daqui.

Portanto, nós não somos péssimos, porque fizemos um diploma que não passou no Tribunal Constitucional!

Nós não somos péssimos, porque atrasámos a solução para os autarcas!

O Governo está aí há já 3 anos, os autarcas estão a pedir há algum tempo a solução desta matéria, e o senhor acha que alguém duvida que é este grupo parlamentar que atrasou e prejudicou, **irremediavelmente**, este problema todo...?!

Oh Srs. Deputados, e Sr. Secretário Regional, os senhores por muito que queiram dizer que nós somos maioria, eu julgava que não era. De qualquer modo, agradeço o elogio!

Eu, por mim, julgo que tenho o mesmo número de deputados do PS, agora talvez este grupo parlamentar tenha uma coisa que o PS nunca teve, isto é, capacidade de ter 24 deputados, tantos quantos os do PS, mas de se conseguir entender às vezes com mais 3, outras vezes com mais 1, às vezes com mais 3 e mais 1. Isso é que faz de facto a diferença entre nós.

A nossa diferença não é nós sermos maioria e os senhores minoria. É que nós temos 24 e os senhores têm 24, mas a gente consegue se entender com mais 3, muitas vezes, e com mais 1 muitas vezes. E muitas vezes com mais 3 e com mais 1. E quando não nos entendemos, também não tem problema nenhum.

Os senhores é que andam há muito tempo a não entender-se nem connosco, nem com o PP, nem com o PCP nem até com os autarcas, portanto o problema é outro.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Só com o povo!

O Orador: Quanto a entender com o povo... eu digo-lhe o seguinte: eu acredito em democracia e acho que o povo é que decide quem é que vai ganhar. Talvez por isso, é talvez por isso que eu não faço promessas para o ano 2000 e se as fizer, é no plano eleitoral, não é o plano executivo.

Mas se o Governo quiser fazer uma "promessazinha" para resolver o problema dos autarcas para o ano de 2001, pode fazer, aliás já fez outro tipo de promessas - fica o desafio!

Afinal, tanta palavra para quê? Tanto debate para quê?

O problema existe, como tal, que seja resolvido por este Governo que está no poder há 3 anos, que já tentou, com a nossa concordância, resolver um ano e agora em vez de fazer aqui debate político sobre esta matéria, já percebemos que vai esperar pelo dia 31, mas pelo menos que no dia 1 de Fevereiro comece vida nova nesta questão.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção a Sr^a. Deputada Sandra Bessa.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

" Meio milhar de mulheres espancadas nos Açores", é uma das manchetes de um conhecido órgão da comunicação social de ontem, baseada no estudo da Universidade dos Açores pela socióloga Gilberta Rocha.

Todos sabemos que o problema existe e que é grave, mas ver, preto no branco, os números que apontam para cerca de 15.000 açorianas alvo de violência física, psicológica e sexual constitui ou deve constituir um grito alarmante para a resolução desta autêntica vergonha para uma sociedade que se quer mais solidária, humanista e justa.

Mais: do todo nacional os Açores são a Região em que estas agressões se fazem mais sentir, e se pensarmos que os números estão aquém da realidade, visto que muitas mulheres optam pelo silêncio e pelo encobrimento destas situações, então o panorama real torna-se assustador.

Segundo o mesmo estudo as causas desta violência, as mais das vezes ocultada e envergonhada, tem por base fortes motivações sócio-culturais de uma sociedade cuja grande parte da população foi educada segundo padrões de desigualdade e de

inferiorização da mulher, constituindo um dos indicadores do baixo nível sócio-cultural do país e da Região.

Apesar deste estado de coisas, e da consciência do problema, em termos concretos nada se faz.

Admira-me que no actual quadro de tão "boas relações institucionais" entre o Governo da República e o Governo Regional, tão amplamente, e a propósito de tudo e de nada, divulgada, e em que no primeiro foi criado o Ministério para a Igualdade, que queremos crer não foi criado apenas para resolver o problema de colocação da Ministra depois da desastrosa passagem pela pasta da Saúde, não haja ainda programadas quaisquer acções concretas que invertam este quadro negro característico das sociedades do chamado Terceiro Mundo.

Este é um crime grave contra a dignidade humana e integridade física das mulheres que continua a gozar de total impunidade, que começa na desculpabilização social e que acaba na impunidade legal.

Que os vizinhos virem a cara, embora condenável ainda vá, que os responsáveis políticos por esta Região nada façam de concreto para resolver esta situação é que não é admissível.

As leis existem mas não são aplicadas, algumas medidas são aí apontadas, mas não são concretizadas.

Assim é com a lei que prevê a criação de um conjunto de mecanismos destinados a garantir protecção às mulheres vítimas de crimes violentos, contudo a lei até à data permanece inexplicavelmente por regulamentar, dificultando a sua plena aplicação e denotando a óbvia falta de interesse por parte da Tutela. Assim acontece também com a Lei, que prevê a criação da rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência que espera também regulamentação.

Há que tomar medidas concretas nomeadamente no que concerne à protecção das mulheres vítimas de violência, à prevenção da violência e à aplicação prática e imediata de medidas já contempladas em forma de lei, como a criação de refúgios e da rede de acolhimento, mas que até à data não passam disso mesmo: de letra morta e de intenções que permanecem por provar.

A omissão nestes casos é tão grave quanto as acções perpetradas: É tempo de agir!

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sr^a.s e Srs. Deputados:

Gostaria, antes de mais, de felicitar a Sr^a. Deputada Sandra Bessa por trazer a esta Casa temas como estes que normalmente têm sido levantados pelas mulheres desta bancada. É que há um certo desequilíbrio em termos ideológicos...

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que não, Sr^a. Deputada.

A Oradora: ... do ponto de vista das formas de pensar no masculino e no feminino...

Vozes de alguns deputados do PSD: Ah, está bem!

A Oradora: Ah! Se me deixassem acabar, com certeza veriam que eu tenho alguma razão.

Agora, é com enorme satisfação que nós temos um certo equilíbrio neste aspecto.

De facto, e falando muito seriamente, este estudo pedido por esta Assembleia, e solicitado pela nossa Comissão, tinha em vista, e continua a ter, o conhecimento real da problemática relacionada com as mulheres nesta Região, porque aqui, para se implementarem políticas adequadas e que produzam eficácia, é importante conhecer a realidade açoriana, bem como saber por onde devemos entrar em primeiro lugar. Isto, porque realmente há muito a fazer e como há muito e é tão difícil fazer - temos que reconhecê-lo - há que ter uma ideia exacta de por onde devemos começar.

Por outro lado, gostaria também de dizer que nesta Região, felizmente, já se começou a dar passos, pois há algum tempo atrás não existiam linhas SOS, não havia nenhuma casa de abrigo para mulheres agredidas, até há bem pouco tempo não se denunciava os casos de agressão, era lícito que um homem pudesse agredir a sua esposa, do ponto de vista ético, moral e cultural - eu não falo aqui das leis.

Portanto, eu reconheço que esta é uma matéria muito complexa, de difícil resolução, porque a par e passo com legislação, tem que haver mudança de atitudes sócio-

culturais e tem que haver, no terreno, efectivação de algumas das decisões que estão contidas na lei.

Assim, eu solicito, desde já, que todos juntos - homens e mulheres desta Casa - de vez em quando possamos intervir aqui sobre esta matéria, para tomarmos, conjuntamente, resoluções e consciência do problema de uma forma séria e de uma forma em que, **juntos**, os dois géneros, compreendamos e aceitemos estas diferenças, a fim de que possamos trabalhar no sentido de que elas sejam atenuadas.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Sandra Bessa.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Eu nem sequer ponho em causa a boa vontade que certamente existe nesse lado, como também a há nesta bancada, porque é um assunto demasiadamente sério para que ela não exista.

O que me preocupa não é isso, mas sim outra coisa, ou seja, é que não bastam só as boas intenções. E, nesse Governo, há uma sistemática actuação de adiar os problemas, sejam eles quais forem, com estudos, projectos, sondagens e campanhas, e não sei mais quê.

Portanto, de uma vez por todas, perante um problema tão grave e tão sentido - é que para quem sofre o problema das agressões na pele, um dia já é uma miséria, imagine-se tempos e tempos, é demasiado tempo - apresente-se soluções.

Mais ainda, aquilo que se tem feito na Região, tem sido sempre a reboque doutras iniciativas, por exemplo as campanhas já realizadas foram inseridas no âmbito da iniciativa comunitária NOW; a linha SOS - que eu saiba - é da UMAR.

Portanto, embora tudo isto seja necessário, é preciso que a tutela assuma as suas responsabilidades e que aplique medidas concretas que até já estão legisladas e já estão pensadas e acima de tudo são muito efectivas. Ou seja, uma mulher que se sinta vítima de violência física, psicológica ou sexual, aquilo de que mais precisa, antes de estudos ou seja lá o que for, é de uma rede de casas de apoio que a possam acolher, que a possam proteger e reencaminhar - isso mais do que tudo, mais do que conversas.

O que eu gostava de ver é medidas concretas, se bem que eu ache que os estudos também são necessários, só que estes já estão feitos, por isso avancemos para uma fase mais efectiva.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo... (ah não estão na Sala!), Sr^a. Deputada Fernanda Mendes:

Se há coisa com a qual eu concorde é com a parte final da sua intervenção. É que esta matéria realmente cabe ser discutida por homens e mulheres.

Não é da exclusiva responsabilidade das mulheres tratar estes temas.

Na minha perspectiva nem sequer devia ser.

Os homens têm que tomar consciência deste problema. Têm que o tomar como seu. É um problema de toda a sociedade.

Deputados João Cunha e José Maria Bairos (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Eu, nesta bancada, tenho uma área de especialidade que não é obviamente a sua.

A Sr^a. Deputada nunca falou sobre a minha e eu nunca também falei sobre a sua.

Nunca achei que houvesse desequilíbrio ideológico por isso.

Nós temos todos nesta Casa consciência de que esse problema tem que ser resolvido.

Não pode ser um problema no século XXI ou à beira dele, é inaceitável.

Se quer que lhe diga, eu acho que vamos resolver o problema imediatamente, o problema da autonomia financeira das mulheres, aí é que está para mim a grande questão.

Eu sei que há problemas em todos os estratos sociais, sei que é transversal, mas tenho a plena consciência de que este é o primário e o mais importante, porque quando se tem autonomia financeira, a vida corre doutra maneira, é provável que se tomem decisões que de outra forma não há coragem, não há condições para tomar.

Isto só para lhe dizer que reflectir sobre estes problemas todos reflectimos, todos temos a nossa óptica dos problemas. É lógico que eu possa vê-los mais por um prisma e outros por outro, pois isso tem a ver com a nossa formação de base e com a nossa perspectiva de vida. Agora, que é um problema grave do qual ninguém, nem

homens nem mulheres, se podem calar sobre ele, é verdade e sobre isso dou-lhe razão, mas dou-lha principalmente em relação à parte final da sua intervenção.

Tem que ser todos a reconhecer o problema.

Tem que ser todos a falar dele. Tem que ser todos a encontrar a solução.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

No fundo, eu só quero aproveitar este debate que é tão raro nesta Assembleia, para poder falar um pouco mais sobre o tema, aliás indo de encontro às palavras das Sr^{as}. Deputadas Berta Cabral e Sandra Bessa.

É verdade que há muito a fazer, porque este problema é muito ancestral. E por ser ancestral e por estar enraizado sócio-culturalmente, e ainda porque esta diferença sócio-cultural dos papéis masculinos e femininos na sociedade eram extremamente acentuados, nunca nada se fez nesta matéria, porque culturalmente tiveram que ser as mulheres a dar o primeiro passo.

Por outro lado, é verdade que se esta sociedade é composta de uma forma equilibrada, e nisto a natureza foi sábia, é evidente que sem estes dois elementos, nada se conseguirá. **Nada** é força de expressão, porque o muito que se conseguiu até hoje, foi pela intervenção mais reivindicativa das próprias mulheres, porque quer se queira quer não, o oprimido é o que sente na carne o efeito da situação dolorosa ou stressante.

Portanto, neste caso, o oprimido - e deixem-me que fale nesta linguagem clara - foi ela que teve que dar os primeiros passos. É só neste sentido que eu quero lembrar sempre o papel importante das mulheres nesta luta. Porém, reconheço, e por isso estou nesta Assembleia, porque entendo que as mulheres têm que participar a nível dos órgãos de decisão, porque senão não se caminha para a tal componente pragmática que é criar a casa de refúgio das mulheres batidas, mas também dizer que nada se fez não é verdade, porque foi já nesta Legislatura que uma IPSS criou uma casa deste tipo. Ou seja, foi nestes últimos tempos, quando nós começámos a debater este problema, quando a Região começou a despertar para estes problemas, quando nós passámos a ter um maior desenvolvimento sócio-cultural e económico, que estas matérias passaram a estar na ordem do dia. E apressando a própria comunidade, é que

foram criadas estas casas de abrigo, só que este é um pequenino passo. Mas nós nesta Casa temos responsabilidade para que se criem todas as outras instituições e condições, para que estes dois seres se respeitem e, com dignidade, vivam uns com os outros, porque nós fomos feitos para viver em conjunto, independentemente de sermos do sexo feminino ou do sexo masculino.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luis Resendes.

Deputado Luis Resendes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Também gostaria de intervir neste debate, para dizer que foi muito oportuna a intervenção da Sr^a. Deputada Sandra Bessa nesta Assembleia, porquanto se discute também agora na Assembleia da República uma proposta do Bloco de Esquerda e do PCP, relativa à possibilidade da passagem a crime público da violência familiar e que o Partido Socialista também subscreve.

No que toca a esta questão, para além daquilo que já foi dito pela minha colega de bancada Fernanda Mendes, e relativamente a todas as medidas que devem ser tomadas com vista a minorar situações destas, é importante que se refira que a adopção de políticas sociais, designadamente o combate ao desemprego feminino que este Governo tem vindo a fazer, e que tem diminuído efectivamente, e a atribuição do rendimento mínimo garantido, é um contributo decisivo para minorar estas situações...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

Deputada Sandra Bessa (PSD): Nalguns casos tem piorado!

O Orador: ... e como a Sr^a. Deputada bem sabe, uma das razões senão a razão principal da violência doméstica, é a dependência financeira que as mulheres têm, designadamente no mundo rural, dos maridos.

Portanto, as mulheres não têm emprego, não têm ocupação, não têm independência económica e são subjugadas pelos maridos, vendo-se elas forçadas a permanecer nessas situações de dependência que originam depois a violência.

Por conseguinte, a adopção de políticas sociais com vista a diminuir o desemprego, dará possibilidades às mulheres de terem a sua independência económica o que virá certamente dar um contributo decisivo para combater estes fenómenos.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Sandra Bessa.

Deputada Sandra Bessa (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Luis Resendes:

Que me diga que estes problemas são muito complexos, pois não há dúvida, porque se até fossem de fácil resolução nós já os tínhamos resolvido, partindo do princípio de que todos estamos de boa fé neste assunto - que é grave - por isso se pudéssemos já o tínhamos resolvido.

Realmente, trata-se de um assunto complexo, que mexe com muita coisa, como sejam os valores culturais, sociais e também com o dinheiro, pois as mulheres que não têm autonomia financeira são muito mais dependentes. Aliás, isto daria uma discussão imensa e longuíssima que se calhar não seria agora o momento mais adequado para a fazer.

No entanto, os senhores não podem utilizar como resposta a tudo o rendimento mínimo garantido. E para que não surjam outra vez confusões, é preciso que se diga que essa medida não tem sido má, ela de facto é boa se for bem aplicada.

Há pessoas que precisam e para algumas coisas resolve, porém tem que ser melhor gerida e melhor aplicada, porque tem havido muitos erros. E já que o Sr. Deputado trouxe este assunto aqui, dizendo que o rendimento mínimo garantido resolve, eu devo dizer-lhe que conheço muitos casos em que piora, porque às vezes mais dinheiro - e eu não estou a dizer que ele não é preciso, porque é!- sem a tal alteração de mentalidades, os homens como chefes de família que são é que gerem esse dinheiro, mas como não alteraram a sua maneira de pensar e de estar na sociedade, vão para as tabernas - e não sou só eu que digo, o Sr. Deputado também sabe e vê - chegam a casa alcoolizados, aliás nós sabemos que a violência está muito ligada ao álcool, e o problema surge e agrava-se.

Portanto, não há leituras lineares aqui, não é por aí.

Trazer o rendimento mínimo à baila, por tudo e por nada, parece muito fácil, só que não é assim nalguns casos.

Vamo-nos deixar de demagogias!

No fundo, o que se pretende é o mesmo que se conseguiu, pelo menos até há bem pouco tempo, isto é, com a boa vontade de todos, implementarem-se medidas concretas sobre esta questão.

Os senhores querem falar sobre o rendimento mínimo, pois promovam outro debate que não este.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa, creio que para interpelar a Mesa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, nos termos regimentais e em nome do meu grupo parlamentar, solicito à mesa a interrupção dos trabalhos por 15 minutos.

Presidente: Assim sendo, estão suspensos os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 11 horas e 40 minutos).

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 30 minutos).

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A economia dos Açores depende do III Quadro Comunitário de Apoio. Estão em vigor as novas orientações da reforma da Política Agrícola Comum e do Desenvolvimento Rural, que decorrem da Agenda 2000.

A Agricultura e os agricultores assistem, durante o primeiro trimestre deste ano, porque tal não aconteceu em 1999, à preparação da legislação regional que enquadra a aplicação da legislação da União Europeia.

Neste novo ponto de partida há questões determinantes que importa estarem esclarecidas.

Desde logo, pergunto ao Governo Regional e quanto à Agricultura, qual o volume das verbas comprometidas do III Quadro Comunitário de Apoio e que decorrem de programas ainda em curso, do II QCA, onde se enquadram, por exemplo, as reformas antecipadas, a florestação, as medidas agro-ambientais e diversos outros projectos.

De nada valerá a pena anunciar novos milhões sem serem conhecidos os montantes disponíveis.

No quadro das novas reformas, aprofunda-se o conceito de Desenvolvimento Rural, mas as dúvidas da sua implementação subsistem, porquanto o financiamento destinado à sua aplicação é reduzido.

A criação da legislação regional deve merecer grande atenção por parte das organizações de agricultores, para que vá ao encontro das necessidades e prioridades definidas.

A atitude deste Governo, sobre esta matéria, além de fora do prazo, deixa muito a desejar, pois não se admite que o Plano de Desenvolvimento Rural dos Açores tenha sido distribuído às associações agrícolas para apreciação e parecer num prazo muito reduzido.

Mas que entendimento é este do diálogo, que não muda, que persiste no pior caminho, em questões tão essenciais.

Todas as matérias no âmbito do Desenvolvimento Rural estão directamente relacionadas com opções de reordenamento agrário e florestação, mas não se percebe por que razão o Governo Regional não criou o Concelho Consultivo Florestal Regional, aprovado nesta Assembleia, possibilitando debate e concertação sobre estas questões.

Aprovamos nesta Casa, o SICATE, um sistema de apoio à compra terras, para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2000. O Governo, apesar de ter tido três meses para proceder à sua regulamentação não o fez, deixando os agricultores sem este mecanismo de apoio.

Estamos ainda a aguardar informação sobre as soluções que vão ser adoptadas quanto aos projectos de investimento da lavoura, sem aprovação há alguns anos, agora que transitamos para o III QCA.

Assistimos ao mal estar permanente da falta de informação.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Infelizmente a questão da quota leiteira não perdeu actualidade. E não perdeu, porque além da irresponsabilidade do Governo Regional e do Governo da República nas negociações europeias, passaram a tornar-se públicas posições contraditórias e desculpas “esfarrapadas” na procura de ocultar ou iludir todos os que já perceberam

as consequências desastrosas para o sector do leite e lacticínios e para a economia açoriana.

Querer responsabilizar o passado pela negociação de uma quota leiteira de 400 mil toneladas, a afectar aos Açores em 1992, cerca do dobro da produção na altura, é no mínimo ridículo, tanto mais que o quantitativo em causa chegou a ser considerado exagerado por muitos e porque o regime de quotas seria revisto.

Querer justificar o insucesso negocial de Portugal, nesta matéria, porque se remeteram informações contraditórias à Comissão Europeia, é também inqualificável e uma vergonha para Portugal e para os Açores.

Estranho que aqueles que utilizam esses argumentos não critiquem a ausência de interesse dos responsáveis regionais no processo negocial em Bruxelas, tão proclamado antes e depois das reuniões do Conselho Agrícola Europeu.

Chegámos mesmo ao ponto de ouvir, no mesmo dia, o Secretário Regional de Agricultura, que tão vigorosamente apelou ao aumento da produção, no momento em que já se sabia da ultrapassagem da quota nos Açores, avisar a lavoura da necessidade de conter a produção e para estarem conscientes do pagamento de multas e ver, por sua vez, o Sr. Presidente do Governo a avisar o Sr. Primeiro Ministro para resolver o problema.

Ouvir destes responsáveis regionais que o aumento da produção de leite nos Açores era imprevisível, nem sequer merece da minha parte qualquer comentário.

Agora só importa resolver o problema futuro do sector e garantir a sua estabilidade.

Queremos que a produção leiteira nos Açores possa crescer, face ao processo de modernização, na medida em que possibilite a viabilização das explorações leiteiras e das indústrias existentes em cada uma das nossas ilhas, dando resposta aos investimentos já planeados e estritamente necessários.

Regularizar o excedente produzido até agora não é resolver o problema. Muito menos o facto de haver penalizações.

O que nos deve preocupar é o facto das limitações impostas inviabilizarem o futuro do sector leiteiro açoriano.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Destinou o Governo Regional e da República o período da presidência portuguesa da União Europeia, para a renegociação do POSEIMA e das medidas específicas no âmbito da ultraperiferia.

Esta opção, tendo sido afastadas as hipóteses de propor, nas negociações da Agenda 2000, considerações sobre as regiões ultraperiféricas da Europa, torna agora pertinente intensificar a estratégia negocial com vista à defesa de medidas concretas que materializem o Tratado da União.

Apesar de ter esperança no sucesso de tais negociações, preocupam-me as recentes declarações do euro-deputado do PS, Paulo Casaca, ao admitir que os Açores estão a ser preteridos pela Comissão Europeia e que os dossiers das Canárias e dos DOM's estão a andar mais depressa.

Não aceito a passividade dos que dizem estar à espera que a Comissão Europeia faça a sua proposta de revisão do POSEIMA.

Em termos estratégicos, os Açores devem adoptar uma metodologia que envolva os parceiros sociais, que redefina as prioridades e adopte novas medidas no contexto das políticas para 2000 a 2006.

Os Açores devem ter iniciativa e afirmarem-se na defesa daquilo que julgam ser o melhor.

Da nossa parte e no contexto da actuação desta Assembleia, tudo faremos a favor dos Açores e esperamos contar com todos num processo que se pretende transparente e capaz de dar resposta aos novos desafios que se colocam ao nosso enquadramento ultraperiférico.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Nesta tribuna foram produzidas afirmações e considerações e algumas posições pessoais que, aliás, têm sido veiculadas publicamente pelo PSD.

Começarei por uma afirmação muito simples, que já vi escrita na imprensa, isto é, de que o Governo não fez a regulamentação do SICATE.

Isso só demonstra falta de atenção, pois no Conselho de Governo de 3 de Dezembro foi aprovado o decreto que regulamenta o SICATE. Está feito e está a seguir os prazos normais de publicação, aliás, já tive ocasião de o dizer aos presidentes das associações agrícolas, bem como ao presidente da federação.

Depois, o Governo foi acusado de falta de diálogo, e aqui é utilizado o adjectivo **verdadeiro** - diálogo verdadeiro - no que respeita ao Plano de Desenvolvimento Rural.

Isso também não é verdade, porque em todo este processo houve um envolvimento, não só no que respeita ao Plano de Desenvolvimento Rural, mas também em toda a discussão que aqui o precedeu, nomeadamente no que se refere aos documentos enquadradores, em que houve um envolvimento directo das associações agrícolas e da federação, começando pela iniciativa que foi levada a todas as ilhas da Agenda 2000, em que se discutiu em cada ilha o problemas das mesmas, como sejam problemas sectoriais, passando por conselhos regionais de agricultura, onde foram apresentados documentos antes deles serem aprovados e que, portanto, definiam o tipo de enquadramento futuro. E passando hoje, no último Conselho, pelo pedido de apresentação de propostas feitas pelo Secretário, pelo Sr. Presidente do Governo em audiências a associações, mediante a apresentação de propostas concretas a serem incluídas nos dois documentos, ou seja, no PRODESA e no PDRU e, finalmente, mediante este último passo, entre outros, a apresentação de um documento de trabalho que respeita ao PDRU, para consulta das diversas associações no Conselho Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural que foi muito participado por todas elas.

Não é verdade quando se diz que não há diálogo, que não há concertação, quando as vezes em que se reuniu o Conselho Regional de Agricultura são superiores à experiência passada de reuniões deste tipo de órgão.

Portanto, desse ponto de vista, não temos nada e não tememos o contraste com a experiência do passado.

No que respeita ao conteúdo dos planos, pois está para discussão e penso que as declarações do Presidente da Federação, dos representantes das associações agrícolas, e até dos representantes das organizações ambientalistas, pois que este Plano foi à consulta do conselho de concertação social na área do ordenamento do território, foram de no sentido de que este é um bom documento em termos de estratégias, em termos de conteúdo, mas que desejariam eventualmente mais dinheiro para isso. Mas também já o disseram em relação ao PRODESA. E eu próprio já tive ocasião de questionar publicamente, na altura em que se discutiu o PRODESA, qual seria o secretário que não desejaria ter mais dinheiro?

Todos nós gostamos sempre de ter mais. Mas não podemos deixar de dizer que está previsto, tanto para o PRODESA como para PDRU, muito mais do que aquilo que foi utilizado no Quadro Comunitário anterior - essa é a verdade.

Nós podemos gerar sempre expectativas, ou ter projectos e é bom que trabalhemos nesse sentido, para conseguir mais e mais para a Região, tanto deste lado como do lado da oposição. É bom que o façamos, porém não podemos dizer que estes documentos, quer do ponto de vista do volume financeiro global quer do ponto de vista dos prémios, é inferior, quando nós temos previstos para o PDRU 29,9 milhões de contos e para o PRODESA um volume grande, de tal modo que se somarmos isto tudo, temos mais de 60 milhões de contos.

Eu podia ter utilizado isto, mas não o fiz. Podia ter ido buscar todos os outros instrumentos que estão disponíveis e somar esses números e aí, Srs. Deputados, o volume ia ser muito maior do que os senhores referem.

Por isso, quando se tem tudo isto disponível, vir dizer que este é um documento ao qual falta o diálogo verdadeiro e que é insuficiente, eu penso que é falta de boa vontade ou então querer falar por falar.

É normal que essas posições surjam do lado da oposição.

Depois, fala-se de posição face aos projectos não aprovados. E aqui também é estar desatento às reuniões que têm vindo a decorrer com as associações agrícolas e às propostas que elas em conjunto com a federação fazem, e que foram públicas, isto é,

de que entendiam as associações que se devia aprovar, em primeiro lugar, todos os projectos que não tiveram cabimento no último Quadro Comunitário de Apoio e que estejam devidamente instruídos e só depois disso, abrir então a novas candidaturas.

Esta foi a proposta das associações, contra a qual nada temos contra. Achamos que é uma proposta viável, séria - e já o dissemos às associações - portanto, desse ponto de vista há aqui uma resposta.

Por outro lado, surgem críticas no que respeita à quota leiteira, no que se refere ao insucesso negocial do Governo nacional, há críticas que dizem que se "se sabia que a quota ia ser ultrapassada a nível nacional"... bem há pessoas que depois das coisas acontecerem, sabem tudo.

Infelizmente, a informação não é perfeita e eu posso dizer que até Abril/Maio, a que existia - como sabem a campanha leiteira do ano passado 98/99 foi encerrada em Março e a informação sobre essa campanha só chegou posteriormente - era dada como certa, mas se já se soubesse o que agora conhecemos, é evidente que tinha-se procurado agir de outra forma, sabendo de antemão que se ia ultrapassar a quota.

Uma vez conhecida essa informação, é perfeitamente normal que se corrijam posições. E é normal que o Secretário da tutela venha dizer que, perante este novo dado, meus senhores estamos em risco de ultrapassar a quota, é preciso avisar se isso acontecer que estamos sujeitos a penalizações, porque é isso que está na legislação, é isso que é do conhecimento de todos, há muito tempo, ou seja, desde que as quotas foram introduzidas em Portugal.

Por isso, também desse ponto de vista, não se pode estar a acusar o Governo.

Mais adiante surge outra posição perfeitamente partidária, no sentido de maximalizar o possível desgaste sobre Governo quanto a esta questão das quotas, isto é, de que se o executivo conseguir regularizar o excedente, mesmo assim não é solução, que ela passa por conseguir mais para continuar a crescer.

Bom, conseguir mais para ter novos projectos, conseguir sempre mais e mais, é o que todos nós desejaríamos, aliás toda a gente desejaria estar num regime que nos permitisse crescer "ad infinito", no entanto esse não é o regime em que nós funcionamos, não é o regime que foi negociado por anteriores governos e que é

administrado por este, ou seja, o regime das quotas leiteiras, que foi aceite por Portugal, foi aceite por anteriores governos deste País.

Nós estamos num regime de quotas e, logo, a produção está limitada.

Vir hoje, irresponsavelmente, dizer que não é assim, é criar ilusões.

É verdade que temos quotas. É verdade que as atingimos. É verdade que isso pode representar um perigo de ultrapassagem nesta campanha, podendo haver penalizações, porém não podemos vir dizer que tudo isto é culpa e resultado do insucesso negocial do Governo.

O que é facto é que nós poderíamos dizer que o Governo nacional e o Governo da Região deveriam ter apresentado uma proposta de aumento de quotas.

De verdade podiam, sim senhor, se houvesse informação, se houvesse um passado que nos levasse a dizer que tínhamos ultrapassado as quotas.

O que é mesmo verdade, é que o passado recente diz-nos que havia, sim, tentativas por parte de outros países de virem buscar quota não utilizada por Portugal. E não é menos verdade se se disser que houve uma resposta neste sector, contrariamente a outros sectores, de utilização de quota.

Noutros sectores perdemos quota, porque não utilizámos. Neste, o País teve sucesso, no sentido da utilização dos seus direitos.

Provavelmente, a única culpa que os governos ou o País possam ter, é a de que foram mais bem sucedidos do que toda a gente poderia esperar há 1 ano atrás ou até há 6 meses atrás. Eu próprio não o poderia prever, face aos dados de que dispúnhamos nessa altura.

Vir aqui dizer nesta altura que já se sabia qual era o desfecho é, no mínimo, demagógico, porque não passa disso. A não ser que houvesse desse lado mais informação do que os próprios serviços oficiais. E, nesse caso, se tinham essa informação, então deviam ter dito e avisado o Governo, mas como não o fizeram, é sinal de que também não sabiam.

Passando ao último ponto, dizem-nos "não aceitamos uma estratégia que aguarde pela apresentação de uma proposta da Comissão, no que respeita ao POSEIMA".

Nunca foi dito que essa era uma posição estratégica do Governo. Aliás, isso não tem nada a ver com estratégia, porque da parte do Governo - e foi dito publicamente e

está em documentos escritos - a intenção é de que o POSEIMA deverá ter um carácter permanente, no sentido de que - como é conhecido no Tratado de Maastricht - os "handicaps" que geram estes programas são permanentes de regiões ultra-periféricas.

Essa é que é a estratégia do Governo, ou seja, como objectivo estratégico, como fim a atingir, que o POSEIMA seja um programa porventura complementado com outros, dirigido para as regiões ultra-periféricas como os Açores, que permita combater os seus "handicaps" permanentes que derivam da sua situação de ultra-periferia.

Para atingir esse objectivo, há depois objectivos parcelares, operacionais, em cada subsector alguns desses objectivos já foram conseguidos ao nível das negociações técnicas, são conhecidos e têm a concordância das Comissões.

Porém, evidente se torna que a revisão do POSEIMA, no sentido de revisão do documento legislativo, não é da iniciativa do Governo, mas sim da Comissão, tal como o foi no passado.

Quem tem a iniciativa de apresentar uma proposta de regulamento que reveja o Regulamento 1600, é a Comissão. Portanto, só ela o pode fazer e esse é, evidentemente, o esforço que o estado-membro e o país têm que fazer.

Recorda-se também que se andou muito tempo - e quem está hoje nessa bancada e na altura tinha responsabilidades no Governo sabe perfeitamente - até que a Comissão apresentasse (depois de muitas discussões) a primeira proposta do Regulamento 1600. E depois de apresentada essa proposta, os governos de então, andaram quase 3 anos a discutir essa mesma proposta, a fazer pressão sobre a Comissão, a negociar, a apresentar novos dados, etc..

Agora, vir aqui dizer que não aceitam uma estratégia do Governo, preferindo aguardar pela apresentação da proposta da Comissão, é uma declaração vazia de conteúdo, é uma declaração de quem não está com seriedade a abordar o problema do POSEIMA.

É óbvio que o POSEIMA é necessário e é claro que o Governo também já conseguiu nalguns sectores aumentos de prémios, no que respeita à transformação de beterraba e à vinha.

É também sabido que o Governo tem propostas noutras áreas e que, neste momento, a Comissão tem em elaboração uma proposta de relatório de avaliação do POSEIMA, tendo havido uma audição de todas as regiões ultra-periféricas ao mais alto nível, isto é, ao nível de comissários e de presidente da Comissão, o que quer dizer que, deste ponto de vista, conseguiu-se elevar o nível de discussão sobre o dossier das regiões ultra-periféricas, dentro da Comunidade.

Portanto, desse ponto de vista, penso que as críticas não têm fundamento, muito pelo contrário, demonstram um desconhecimento completo dos dossiers, bem como um total desconhecimento e falta de atenção dos acontecimentos reais e que levaram à presença de todas as regiões ultra-periféricas numa reunião com todos os comissários, no sentido de debater a aplicação do artigo do Tratado de Maastricht, ou seja, uma concepção mais ampla, inclusive do que os próprios POSEIMAS.

Desse ponto de vista, refutamos as críticas que estão aqui a ser feitas.

Pensamos que é fácil fazer críticas desta forma, mas que elas não correspondem nem à verdade dos factos, nem tão pouco correspondem a propostas alternativas.

Não há aqui nada de novo nesta intervenção, que seja uma proposta construtiva, alternativa, um contributo. Há, apenas, uma intervenção de "apontar o dedo", para dizer que a culpa é nossa, que não fizemos isto ou aquilo, aliás essa é já uma tecla muito batida, isto é, a tecla barata de dizer que não há estratégia. Já se disse que não havia estratégia europeia, disto ou daquilo e hoje vem dizer-se que não há estratégia para o POSEIMA.

Ter uma estratégia, é saber por onde se vai, é saber qual o objectivo a atingir.

Isso, este Governo já o disse publicamente, já o exprimiu em documentos, já o apresentou em propostas nesta Câmara e nas instâncias devidas, por isso dizer que não há estratégia, não é mais do que utilizar uma palavra oca!

É isto que eu tenho a dizer às declarações feitas aqui naquela tribuna.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado António Almeida pretende fazer alguma interpelação à Mesa?

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, eu só gostaria de saber se, ao retomarmos os trabalhos da parte da tarde, ainda iniciaremos com este Período de Antes da Ordem do Dia, ou entraremos já na ordem dos trabalhos?

Presidente: Interrompemos agora e retomaremos os nossos trabalhos nesta mesma fase, ou seja, no Período de Antes da Ordem do Dia.

Deputado António Almeida (PSD): Desculpe, Sr. Presidente, mas eu acho que seria bom lembrar a necessidade da presença do Sr. Secretário da parte da tarde, uma vez que o debate vai continuar.

Presidente: Eu posso informar a Câmara que estão 4 pessoas inscritas, portanto vamos interromper os trabalhos, recomeçando-os às 15,00 horas, com este Período de Antes da Ordem do Dia.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, pedia a vossa atenção para o reinício dos nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Vamos reiniciar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do debate que surgiu da parte da manhã, gostaria de intervir um pouco para contrariar aquilo que o Sr. Deputado António Almeida muitas vezes traz aqui e que não passa de um conjunto de suspeições.

O PSD, como é seu hábito e nestas questões, acaba por não apresentar nada de concreto, acaba por não ter uma ideia própria, acaba por não avançar, preferindo levantar apenas o que não se fez e o que se devia ter feito.

Na sua intervenção, o Sr. Deputado acaba por contrariar aquilo que afirma, senão vejamos: o Sr. Deputado diz que este Governo não estabelece o diálogo e ao mesmo

tempo afirma que o Governo (este mesmo) já fez chegar às associações representativas do sector o Plano de Desenvolvimento Rural.

Então em que é que ficamos: há ou não diálogo?

Esta é a prova evidente de que o diálogo está a ser estabelecido e que as medidas, antes de serem implementadas e publicadas, são discutidas, são debatidas e são considerados os pareceres das associações agrícolas.

Por outro lado, o Sr. Deputado refere o caso do SICATE, ao qual o Sr. Secretário já fez referência, tendo já sido aprovado em Conselho de Governo, portanto, mais uma vez diz que não se está a fazer, quando já está feito.

No que se refere ao POSEIMA vem falar dele quando não é um programa encerrado. Vem falar das medidas que vão ser implementadas ao abrigo do PRODESA, quando ainda agora é que o Governo vai proceder à publicação das portarias e à sua elaboração e só depois é que eventualmente o Grupo Parlamentar do PPD, que discorda sempre de tudo e de todos, poderá ter alguma questão de pormenor a apresentar.

Por último, a questão da quota leiteira a que o Sr. Deputado fez referência.

Como todos nós sabemos, essa questão é delicada e preocupa o Governo do Partido Socialista, como tal iremos diligenciar, como temos vindo a fazer, no sentido de ultrapassar esse problema.

Na verdade, esta questão é um "colete de forças" para a agricultura dos Açores, mas estou confiante que o nosso Governo saberá ultrapassá-lo. Só que foi um "colete de forças" que nós não criámos, mas sim os senhores que o transpuseram para esta Legislatura e que o criaram.

Eu relembro, a título de exemplo, que foram os senhores que diligenciaram para estabelecer uma quota regional, não foi o Partido Socialista.

Além disso, lembro-me de que desde que esta quota foi implementada durante a vigência dos vossos governos, foram perdidos cerca de 8 milhões de litros de leite. Enquanto que, já com os governos do PS, foram recuperados em 97/98 cerca de 11 milhões de litros de leite.

Portanto, esta é a diferença que existe no tratamento das questões entre os governos do PSD e os do PS, mas de qualquer maneira nós não nos queremos escusar a isso.

Estamos a trabalhar para resolver o problema que é complicado e até de certa forma é um "colete de forças" que vem limitando a actividade agrícola na Região, havemos de ultrapassar isto, mas não fomos nós que criámos o problema, herdámo-lo - é preciso que isto fique claro aqui neste plenário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na altura em que me inscrevi era para intervir na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura. De qualquer modo, já ontem algumas das questões levantadas e que estamos agora a debater, tinham sido trazidas à colação na minha intervenção proferida no Período de Antes da Ordem do Dia, nomeadamente os problemas que se põem hoje ao desenvolvimento rural e ao tão falado problema da quota leiteira.

Aqui, dá-me a impressão que é cada vez mais necessário envolver toda a nossa sociedade na análise do nosso desenvolvimento rural.

No entender do PCP, desenvolvimento rural, hoje como ontem, implica crescimento da produção, aumento da produtividade e melhoria tecnológica.

A nossa grande preocupação é no sentido de que estes três pressupostos estão a ser afastados, neste momento, dos conceitos e da estratégia de que há pouco falava o Sr. Secretário Regional.

Efectivamente, ter-se dito aos agricultores que era necessário para a melhoria financeira das suas explorações aumentarem a produção, e agora termos na nossa frente a barreira das quotas leiteiras, é uma contradição que temos que resolver e ultrapassar.

Ainda na última sessão legislativa, todos nós vivemos aqui o problema da Fábrica de Lacticínios do Faial que implica uma melhoria da tecnologia, o que pode implicar também aumento de produção.

Aí, eu pergunto: - como é que se pode pensar hoje nesse aumento de produção, se temos à nossa frente o estigma da quota leiteira?

Temos ilhas onde a produção leiteira tem que aumentar para viabilizar as empresas, quer as produtoras quer as de transformação e mais uma vez estamos perante este impasse.

Há, por outro lado, um aspecto que foi levantado no colóquio realizado em Dezembro e promovido pela Comissão de Política Geral desta Assembleia, em que se chamava a atenção para a situação desta Região ter sido considerada no Tratado com um artigo especial de região ultra-periférica, como zona específica. E aqui põe-se um problema que devia ser explorado, isto é, considerar a própria produção agro-pecuária da Região, nomeadamente a produção leiteira, como uma especificidade deste arquipélago e, portanto, com a possibilidade de ser criado um estatuto especial para a produção agro-pecuária desta Região, onde pudesse ser ultrapassada a quota leiteira que nos é atribuída no contexto nacional.

A Região Autónoma dos Açores não tem uma quota leiteira própria, a atribuição de determinada produção está incluída na quota portuguesa. Portanto, penso que seria possível, aproveitando o conceito de ultra-periferia e o facto de ter sido concedido e implementado no próprio Tratado da União em artigo especial deste mesmo conceito, sermos considerados de modo diferente do que temos sido até agora.

É evidente - e já não é a primeira vez que o digo - que a nossa produção leiteira no contexto europeu, é ínfima. São 25 milésimas por cento da produção europeia. É essa a nossa produção actual.

Por consequência, que esta produção seja considerada com a atribuição de medidas de excepção, penso que isso será viável através das negociações a nível da Comissão Europeia, a nível de regulamentação do POSEIMA, a nível de regulamentação do artigo do Tratado que nos considera - e muito bem - como região ultra-periférica.

Por outro lado, há outro problema que, em minha opinião, terá que ser visto e analisado e que se prende com toda a problemática do desenvolvimento rural na nossa Região.

O Sr. Secretário considera que está a estabelecer diálogo, pelo facto de ter feito entrega do Plano de Desenvolvimento Rural às associações da lavoura, no entanto, quanto a nós, ele tem que ser mais profundo, muito mais debatido, tem que ser um diálogo que deverá interessar toda a nossa sociedade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Ouvi atentamente a tentativa do Sr. Deputado Élio Valadão procurar justificar a sequência da minha intervenção e as respostas "atarracadas" do Sr. Secretário Regional da Agricultura e face a isso, gostaria de colocar em primeiro lugar algumas questões que têm a ver com o facto de estarmos no III Quadro Comunitário de Apoio. Gostaria de ouvir do Sr. Secretário Regional uma resposta clara quanto ao volume de verbas do III Quadro Comunitário de Apoio, que está comprometido na sequência dos programas do II Quadro em vigor.

Não vale a pena falarmos num volume global de investimento que decorre do III Quadro, é preciso sabermos dessas verbas, quais as que estão já comprometidas por programas que estão a decorrer, como é o caso das reformas antecipadas, agro-ambientais, medidas de florestação e outras.

Seria bom que soubéssemos, concretamente a partir de 1 de Janeiro, com que verbas disponíveis é que podemos contar, ou seja, aquelas que estarão directamente ligadas à realidade do investimento que poderá ocorrer durante os próximos 7 anos.

Em relação ao SICATE, eu pergunto ao Sr. Secretário em que jornal oficial é que está publicada a regulamentação do mesmo, pois até à publicação não está em vigor e a partir do dia 1 de Janeiro deste ano estava previsto esse sistema de incentivos estar em vigor.

Deputado Élio Valadão (PS): Está em vigor a partir dessa data.

O Orador: Há um conjunto de procedimentos que tem que acontecer e que decorre da regulamentação e que não pode acontecer, enquanto a regulamentação não for publicada. Portanto, não está em vigor.

Se foi aprovado em Conselho de Governo bem bom, já devia ter sido aprovado em tempo útil, porque assim já haveria a possibilidade dos agricultores que aguardam este esquema de incentivos, poderem usufruir desse apoio.

Quanto à questão da falta de diálogo, não se entende por **diálogo** apenas remeter um determinado documento às associações ou aos parceiros sociais.

A minha referência tem a ver apenas com o facto de nós estarmos a discutir um Plano de Desenvolvimento Rural para os próximos 7 anos. Um plano que tem implicações nos investimentos, na modernização, nas opções de ocupação do território das explorações agrícolas, durante os próximos 7 anos.

Eu não posso aceitar que o Sr. Secretário Regional da Agricultura reúna com as associações - e muito bem - entregue um documento de trabalho - também muito certo - e obrigue essas mesmas organizações a darem o seu parecer até hoje, Quinta-Feira. Foi entregue na Sexta-feira passada, para que todas as associações dos Açores emitissem um parecer até hoje dia 20.

Deputado Élio Valadão (PS): Há uma semana.

O Orador: Eu lamento imenso que as associações não tenham recursos técnicos capazes de dar resposta a esse tipo de documento, nos prazos com os quais são confrontadas.

É claro que a Secretaria da tutela tem uma equipa técnica que pode fazer a apreciação deste documento rapidamente, pode estudá-lo em tempo útil. Aliás, a Secretaria Regional podia ter apresentado esse documento de trabalho durante o último semestre do ano passado, porque os regulamentos estavam prontos, os que enquadravam precisamente os planos de desenvolvimento rural estavam prontos, ou seja, essas matérias podiam ter sido discutidas no ano transacto.

Porém, não faz sentido que já no primeiro mês do novo Quadro Comunitário de Apoio, se entregue às associações um documento que se diz ser importante, que é determinante para o futuro da relação agricultura/ambiente, que vai condicionar os agricultores e dá-se menos de uma semana, para que possam emitir parecer. Nem essas associações, mesmo querendo consultar os seus associados para saber das medidas que irão estar em vigor, no que respeita à sua concordância ou não, não têm oportunidade para o fazer.

Assim sendo, eu perguntaria o seguinte: daqui a um ou dois anos, se alguma das medidas estiver inadequada, certamente o Secretário Regional da Agricultura - o próximo! - aqui estará dizendo que todas as organizações de produtores são corresponsáveis, porque emitiram ou não o parecer, consentindo assim que o Plano de Desenvolvimento Rural fosse aquele que a Secretaria apresenta.

Portanto, diálogo e concertação não é aquilo que está acontecendo neste momento.

Dei também nota, na minha intervenção, que relativamente ao POSEIMA, diálogo e concertação não pode ser repetir o que tem acontecido até agora.

Nós estamos a fazer aqui uma chamada de atenção em tempo útil, Sr. Secretário, ou seja, estamos a fazer uma proposta concreta: faça diálogo, faça concertação com os parceiros sociais quanto ao POSEIMA.

Esta é uma proposta clara que V. Ex^a. percebe muito bem o que é que eu quero dizer! Oxalá o Sr. Secretário consiga emendar aquilo que não conseguiu fazer durante estes três anos!

É que é tão simples, nem sequer tem a ver com o facto do Governo poder pensar como quiser e tomar as suas opções. Mas há uma metodologia que deve ser posta em prática, porque respeita toda a gente e certamente trará maiores sucessos.

Em relação ainda à questão da quota, eu gostaria de fazer mais uma pergunta concreta ao Sr. Secretário: na campanha leiteira de 1998/99, qual foi a produção de leite nos Açores - é importante que saibamos, com rigor, qual foi a produção de leite nos Açores até Março de 99.

Isso é importante, porquanto constitui uma referência no final das negociações e assim ficaremos a saber qual é a base de partida, depois de termos assistido a tanta asneira em relação a esta questão das quotas leiteiras.

Ainda sobre essa questão, gostaria de dizer que não posso aceitar dum técnico como o Sr. Deputado Élio Valadão, dum economista como o Sr. Secretário Regional da Agricultura, que se diga que era imprevisível o crescimento da produção de leite nos Açores - isto é outra vez de "bradar aos céus"! - quando nós podemos constatar a evolução da produção nos últimos anos, nos últimos 10 ou 20 anos, quando nós sabemos qual era a taxa de crescimento anual da produção nos últimos 8 anos.

Quem é que, estando ligado ao sector de leite e lacticínios, é capaz de dizer que não é possível prever, pelo menos com uma certa margem de manobra, qual será o crescimento da produção de leite nos próximos anos?!

Isto é tão mais importante, porquanto a proposta que estava feita pela Comissão Europeia tinha a ver com os próximos 7 anos, não tinha a ver com a campanha de 1998/99, nem com a de 99/2000. Tinha precisamente a ver com o que se ia passar na produção de leite entre os anos de 2000 e 2006. O que é certo é que foram fixados limites para todos os estados-membros, inclusive para Portugal.

Portanto, não é admissível que sendo possível fazer uma análise das perspectivas de crescimento até 2007, se tenha cruzado os braços numa fase negocial determinante.

Relativamente aos elementos, à informação que podia ser dirigida de Portugal para a União Europeia, também é um argumento "sem pés nem cabeça".

As indústrias, aquelas que recolhem leite nos Açores e no Continente, remetem ao INGA, a nível nacional, e ao IAMA, a nível regional, o leite que recolheram no mês anterior. Esteja com um atraso de 3 ou 4 meses. No entanto, uma coisa é certa, uma negociação que demorou 2 anos, desde o aparecimento da Agenda 2000 em 15 de Julho de 97 até Março de 99, não me digam que não era possível avaliar esses elementos, conversar, fazer a tal concertação real e conseguir ter os dados, em tempo útil, no processo negocial.

Uma das grandes contradições, foi termos assistido ao Sr. Secretário Regional da Agricultura ter participado no Conselho Agrícola Europeu, ter feito o marketing político nos jornais e na televisão de que ia defender os interesses dos Açores, no seu regresso voltou a fazê-lo, dizendo "o aumento da quota leiteira foi um ganho importante para os Açores"!

Como é que é possível um Secretário Regional dizer isso e na semana seguinte numa das reuniões do Conselho Agrícola Europeu, vir dizer, hoje, que está confrontado com uma situação delicadíssima para os Açores - delicada até para Portugal porque também tem uma expectativa de produção - como é que ele próprio, o tal que a 16 de Abril dizia à lavoura "produzam mais, porque não há problema, o problema não está na quota", passados 6 meses, vem fazer uma chamada de atenção aos produtores, dizendo "cuidado, nós estamos avisando em tempo útil, para que não avisemos, de véspera, que podem ultrapassar a quota leiteira"!

Isto é irrealista!

Isto é de uma irresponsabilidade incrível!

Isto é, no mínimo, inadmissível!

Eu não posso aceitar que a mesma pessoa, com esse percurso negocial, com essa transmissão de mensagens, seja capaz de ter atitudes destas, com o maior deslante, com a maior desatenção... enfim, eu não tenho quase adjectivos para poder referenciar o que se tem passado em relação à quota leiteira!

No entanto, gostaria de dizer que se perdeu uma oportunidade negocial de conseguir uma margem de manobra para os próximos 7 anos. Mas nem tudo estará perdido - penso eu - e oxalá que depois de todo este processo, seja possível encontrar uma solução, não para regularizar a situação.

O problema não está em "tapar os buracos" da campanha de 98/99 ou de 99/2000. Está em causa o que se vai passar no futuro.

Daí mais uma pergunta simples:

- Então este Governo aprovou projectos de transformação de novas fábricas de lacticínios, com perspectivas de crescimento da produção e não sabia que ela ia crescer?!

- Então este Governo aprova investimentos da ordem dos milhões de contos - veja-se o caso da fábrica de lacticínios da Unileite em S. Miguel, que tem uma capacidade para transformar 100 milhões de litros de leite - e não sabe que a produção vai crescer?!

- Então, se calhar, aprovou algum investimento que achava inviável, que não ia haver produção de leite?!

- Então num processo negocial com a União Europeia não fazia todo o sentido pôr na mesa as necessidades de produção para esses investimentos que estavam aprovados?!

- Então quer dizer que há outros investimentos que estão em carteira na Secretaria Regional da Agricultura, e embora o Sr. Secretário Regional já tenha dito que os aprovaria, eles não estão aprovados, isto é que são as expectativas de crescimento?!

Acham os Srs. Deputados que nós devemos estar todos a dormir, face a um conjunto sucessivo de factos que são inadmissíveis?!

Eu, da minha parte, não me calei nem me calarei!

Em tempo útil, chamei a atenção, antes do encerramento das negociações, em intervenções nesta Casa sobre matérias que deviam ser defendidas, no âmbito da Agenda 2000.

Fi-lo repetidamente, se calhar cansei alguns ao dizer tantas e repetidas vezes certas chamadas de atenção ao Sr. Secretário Regional.

Acham que fui indevido?! Penso que não!

Estou agora fazendo um outro alerta, também em tempo útil, em relação ao POSEIMA. Ou seja, estou preocupado em ver o euro-deputado Paulo Casaca do Partido Socialista, que não tinha receios em relação a nada, que até concordava que era na presidência portuguesa que se devia colocar as questões da ultra-periferia em cima da mesa e vejo-o agora preocupadíssimo pelo facto dos Açores estarem a ser preteridos pela Comissão Europeia em relação aos programas POSEIMA.

Por que será que ele considera que nós estamos atrasados em relação às Canárias e os Domes Franceses?

Certamente, porque ele sabe que o Governo Regional nada fez nesse sentido, não apresentou junto da Comissão Europeia nenhum propósito, nenhum diagnóstico da situação actual, nenhum conjunto de propostas para serem enquadradas no âmbito das medidas específicas e da revisão do POSEIMA.

Por isso é que provavelmente todas as outras regiões ultra-periféricas já estão avançadas.

Da nossa parte, como disse na minha intervenção, nós vamos fazer o possível e o impossível, no contexto desta Assembleia, para darmos o nosso contributo nas tarefas que a Comissão de Economia vai fazer, no sentido de sensibilizar alguns responsáveis nesse processo, para que possam defender os interesses dos Açores. E digo mais, o que se vai passar com o POSEIMA e com as medidas específicas, vai outra vez condicionar a nossa vida agrícola até 2007.

Portanto, nós não estamos a falar de situações pontuais, mas sim daquilo que é estritamente necessário, isto é, ter uma capacidade de antevisão daquilo que é preciso fazer pela agricultura dos Açores.

Sobre o que não foi feito, as consequências estão à vista. Oxalá consigamos fazer com que se evite o mesmo tipo de consequências em relação ao POSEIMA e também a outras medidas que estão em carteira e que irão condicionar a nossa vida nos próximos anos.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado António Almeida, designadamente no que se refere ao Plano de Desenvolvimento Rural.

O Sr. Deputado vem dizer que os regulamentos já foram publicados no ano passado e que uma semana é pouco para as associações se pronunciarem.

Eu aí tenho uma discordância profunda em relação à sua posição, desde logo, porque isto não são programas que se façam "do pé para a mão". São programas que foram negociados com Lisboa, houve muitas reuniões, são programas pensados e, a seu tempo, são colocados à consideração das associações agrícolas. E a meu ver, acho que uma semana é perfeitamente suficiente para que elas se pronunciem, pois não vamos colocar programas deste tipo à consideração de cada agricultor individualmente, porque aí sim é que ninguém se entendia.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Isso era o que eles faziam!

O Orador: Nessa situação, haveria um que ia dizer "não senhor, queremos mais subsídios para encabeçamentos mais baixos!"; haveria outros a dizer "não senhor, eu quero é mais apoios para a florestação de terras!"; e haveria ainda outro que diria "não senhor, quero mais subsídios para a vaca leiteira!".

Pelo amor de Deus, Sr. Deputado, são as associações que representam os agricultores, são elas que têm que se pronunciar sobre problemas deste tipo, mas é o Governo que faz o programa, é a ele que cabe propor um conjunto de medidas que depois pode sofrer certos ajustes, em função dos pareceres vindos das associações. Não são as associações nem os agricultores que fazem as medidas por si, senão aí era uma anarquia total. E o Sr. Deputado deve compreender isso sem qualquer dificuldade.

Em relação a outros aspectos de que o Sr. Deputado falou de forma muito genérica, é melhor ter calma, porque a seu tempo terá a devida resposta. E não tenha a infelicidade de utilizar argumentos que já utilizou, aquando da questão da BSE. Ou seja, veio o PSD dizer "ah o Governo Regional está distraído!", "o Governo Regional não salvaguardou os interesses da Região!". Passados dois dias, veio a público que a Região Autónoma dos Açores tinha ficado fora do embargo da carne no resto do País.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É só profetas da desgraça!

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, tenha calma, tudo será resolvido a seu tempo, seja com negociações com o governo central, ou no âmbito do novo artigo - o 299º - do Tratado, mas o certo é que em devida altura as coisas ir-se-ão resolver, muito melhor do que alguma vez seriam pelos governos do PSD.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Para dar esclarecimentos em relação a duas questões que foram levantadas no âmbito da discussão da quota leiteira.

Em primeiro lugar, a afirmação aqui feita de que se se sabia, à partida, que se ia ultrapassar os limites de produção, eu quero recordar a Câmara - por acaso o intervalo foi óptimo, porque permitiu-me ir buscar os recortes de imprensa do verão de 1998, ou seja, a meio da campanha - que estão aqui recortes de imprensa sobre a dita seca desse verão, em que as afirmações são exactamente o contrário, ou seja, 6 meses antes dizia-se que se ia ter uma grande redução da produção de leite; seis meses depois, já nos dizem que era previsível que houvesse aumento.

Não sei aonde é que vai parar tanta previsibilidade neste reino!

Depois, queria dizer que, de facto, este Governo tem estratégia, como desde a primeira hora o programa de redução das quotas leiteiras e está a envidar os seus melhores esforços.

Desde o princípio dissemos que este é um problema nacional.

Desde o princípio dissemos que o Sr. Ministro da Agricultura tem responsabilidade na resolução deste problema e que a decisão sobre a atribuição de reserva nacional compete ao Ministro, aliás como o próprio Dr. Luis Sequeira de Medeiros vem dizer,

recentemente, que a partir de 92 as decisões sobre atribuição de reserva nacional competem ao Governo da República.

Compete ao Governo Regional, por outro lado, defender as posições da Região e é isso que está a fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em relação ao crescimento, em 1997, segundo os dados estatísticos da Secretaria, atingiu-se a produção dos 393 milhões de litros de leite. Se o Sr. aplicar uma taxa de crescimento de 3%, facilmente perceberia em 2007 qual seria o quantitativo da produção, falando num crescimento mínimo.

Nós estamos a ter crescimentos da ordem dos 7, 8, 10 e este ano, segundo Paulo Casaca, 11%. Já não cito mais números oficiais, porque não tem sido fácil obter os números reais, concretos da sua Secretaria.

Eu fiz-lhe uma pergunta e que foi a seguinte: qual foi a produção de leite entregue na campanha de 98/99 até Março, na Região Autónoma dos Açores?

É importante que saibamos isso, pois este é também um ponto de partida, que vai precisamente demonstrar que até à fase terminal das negociações, os Açores não se preocuparam com as expectativas de crescimento.

O Sr. Secretário, na altura, não se preocupava, não falava com o Sr. Ministro da Agricultura, mas agora já fala dele. Daqui a pouco tempo, alguém na Comissão Europeia vai ter alguma responsabilidade e nós não vamos saber quem é.

O que é certo é que nós estamos a hipotecar aquilo que resulta da própria orientação da Secretaria para o sector de lacticínios.

Recordo novamente os investimentos no sector industrial.

Recordo que o Sr. Secretário aprovou projectos de investimento que previam transformação de leite em quantitativos que lhe permitiam ter taxas de crescimento e de poder prever isso.

É uma irresponsabilidade não querer aceitar esse facto!

Volto a repetir uma das perguntas que coloquei: em relação ao III Quadro Comunitário de Apoio, importa saber qual é o volume de verbas do III Quadro que estão comprometidas por programas do II Quadro?

Eu gostaria de obter respostas para estas perguntas, porque não posso recorrer a requerimentos que demoram um ano, para as obter, o que é inaceitável. Portanto, talvez a única hora seja esta, para conseguir obter alguma informação em tempo útil, talvez para que possamos utilizá-las em prol do desenvolvimento da agricultura açoriana, já que não o conseguimos fazer por outra via.

O certo é que se estivemos até agora a imaginar coisas que não iam acontecer, elas estão realmente a acontecer.

Ora, é inadmissível para quem todos os mecanismos de acompanhamento das questões da agricultura num processo negocial tão importante, que se tenha esquecido ou se esteja agora a utilizar desculpas "esfarrapadas", para conseguir apagar aquilo que foi uma grande irresponsabilidade.

Presidente: Agora sim, não tenho mais inscrições para este debate... parece que o Sr. Deputado António Almeida pretende a palavra...?

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, é apenas para registar que coloquei uma série de questões e, como tem sido habitual, o Sr. Secretário Regional da Agricultura não responde às mesmas, porque se calhar não sabe responder ou não quer, ou então qualquer que seja a resposta que dê, vai pôr a nu aquilo que tem acontecido nos últimos 3 anos dessa governação!

É de facto uma vergonha!

Deputado Dionísio Sousa (PS): É que para nós este debate já acabou!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura para usar do seu direito de resposta.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Para uma resposta concreta a perguntas e a afirmações.

Em primeiro lugar, os projectos que foram aprovados, como fábricas, têm a ver com a criação de condições de laboração que são novas. Aliás, como o Sr. Deputado sabe, a maior parte desses projectos não previa aumentos substanciais de produção, porque uma grande parte - que até já referiu - deles vem do anterior governo.

As hipóteses que havia de aumento no projecto inicial, foram cortadas exactamente pelo anterior executivo. Estou-me a referir concretamente à fábrica da Unileite.

No que respeita à pergunta sobre quais as verbas comprometidas no II Quadro Comunitário de Apoio, ou seja, no que diz respeito a programas específicos, eu não disponho neste momento dos dados aqui, por isso não lhe vou responder, porque não sei dizer com pormenor, mas responder-lhe-ei quando os tiver, o mesmo acontecendo relativamente à quota, pois dir-lhe-ei o número certinho.

Era só. Muito obrigado.

Presidente: Agora, sim, vamos iniciar o **Período da Ordem do Dia**.

De acordo com o Artº. 103 do Regimento da ALRA, vou dar a palavra à Srª. Deputada Fernanda Mendes para proceder à apresentação do Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Planeamento Familiar e Educação Sexual".

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, entregou ontem na Mesa desta Assembleia, no decorrer dos trabalhos do plenário, um novo Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Planeamento Familiar e Educação Sexual nas Escolas".

Ao apresentar este Projecto, o Grupo Parlamentar do PS está a demonstrar a sua firme vontade de levar por diante a aquisição de dispositivos legais regionais, que possibilitem uma maior eficácia na promoção de uma vida sexual e reprodutiva saudáveis de todos os açorianos.

Ao apresentar este Projecto, fá-lo ainda com a responsabilidade de quem deseja chamar a defesa desta causa os deputados desta Casa, porque o que está em debate é a promoção da saúde, é a prevenção da doença dos açorianos e muito particularmente das mulheres açorianas.

É a aquisição de conhecimentos, comportamentos e atitudes que ajudam os indivíduos às melhores escolhas, aquelas que não lhe trarão danos físicos e morais, pelo contrário, contribuirão para a felicidade pessoal e dos casais.

Como já referi, esta iniciativa legislativa significa vontade de fazer, vontade de chamar adeptos à causa, significa seriedade e responsabilidade.

Por estas razões, este novo Projecto contempla novas soluções, algumas surgidas do debate em Setembro de 1998. Outras da própria evolução legislativa nacional, outras ainda fruto da criação de serviços específicos no âmbito da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais,, onde essas matérias têm cabimento.

Saliento, no entanto, que se mantêm matérias de ordem científica que fazem parte da anterior legislação nacional, porque é impossível não se repetir conceitos e normas, quando os novos conhecimentos não a substitui, mas tão somente acrescenta conhecimento.

Não podia ainda ignorar legislação nacional recente, ou seja, a Lei nº120/99, de 11 de Agosto, onde ao contrário da Lei nº3/84, de 24 de Março, é mais abrangente relativamente à educação sexual nos estabelecimentos escolares.

O novo Projecto de diploma, não poderia deixar de sofrer melhorias próprias da passagem de um ano e meio, desde a sua feitura e entrada nesta Assembleia em Junho de 1998.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assim, e de uma forma sucinta, posso referir que o Projecto de diploma em causa abarca o planeamento familiar e a educação sexual.

Face à adaptação à orgânica do Serviço Regional de Saúde, desenvolve, acrescentando novas matérias como parte integrante do âmbito das consultas de planeamento familiar, nomeadamente as contidas em algumas alíneas do Artº. 4º, manteve-se o Artº.5º - "tratamento da esterilidade" - e a sua concretização face às nossas estruturas de saúde e ao modo de funcionamento das mesmas.

Reformulou-se o Artº. 6º. - "Divulgação de planeamento familiar" - no sentido da sua clarificação.

No que respeita ao Artº. 7º. - "Atendimento de jovens" - há total inovação, porque entendemos contemplar a experiência regional, ao abrir nos centros de informação

juvenil, na dependência da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, através da Direcção Regional de Juventude, um gabinete de atendimento pessoal, para as problemáticas próprias dos jovens, onde um técnico com formação em planeamento familiar e sexualidade fará o respectivo atendimento.

Relativamente à formação - Artº.8º - entendemos melhorá-lo, acrescentando matérias específicas da evolução das problemáticas em questão.

Quanto à promoção da educação sexual, consagrada no Capítulo II do novo Projecto, e na sequência da Lei nº120/99, de 11 de Agosto, entendeu o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ser importante dar-se início à sua aplicação, através de experiências piloto a realizar em estabelecimentos escolares na Região.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As respostas às perguntas como, onde e quando essas experiências serão efectuadas, e a outras questões deste teor que poderão ser levantadas acerca de matérias contidas no Projecto de Decreto Legislativo Regional agora apresentado, com certeza serão contempladas na legislação regulamentar que ao Governo compete elaborar.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS).

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Ana Gomes Silva.

Deputada Ana Carolina Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr^a. Deputada Fernanda Mendes:

Ontem, quando o PS anunciou que tinha um Projecto de Decreto Legislativo Regional e que era a grande solução para a política de planeamento familiar e educação sexual, nós pensámos que seria mesmo.

Hoje, confrontados com o Projecto apresentado agora, reparamos que insistem na cópia já "chumbada" nesta Assembleia.

Faço lembrar que a primeira parte do Projecto são alguns "disfarces" linguísticos, ou seja, é claramente a cópia do primeiro Projecto que trouxeram a esta Casa.

Há realmente a novidade dos centros de atendimento juvenil e pouco mais.

Há um pequeno "disfarce", mas é a cópia que foi "chumbada" nesta Casa.

Relativamente à educação sexual, sabem o que é que este Projecto contém?

Dois artigos que adaptam outros dois da Lei que saiu em Agosto e que nem sequer está regulamentada.

Este o Projecto que o PS tem para o planeamento familiar e educação sexual nos Açores.

Estas são as vossas novidades.

Deputado Francisco Sousa (PS): E quais são as suas ?!

A Oradora: E já agora, quais são as vossas novidades, relativamente à legislação nacional?

Esta foi ou não uma tentativa apressada de demonstrar o trabalho que este Governo **não fez** em 3 anos?

Foi ou não uma tentativa de mostrar que esse Governo não consegue agir, sem ser através deste "brilhante e inovador" Projecto do Partido Socialista?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que do ponto de vista regimental, a Sr^a. Deputada Ana Carolina devia pedir-me esclarecimentos e não iniciar o debate.

Deputada Ana Carolina (PSD): Eu fiz três perguntas.

A Oradora: Como eu penso que nós vamos ter muito tempo para esclarecer estas matérias, eu não tenho nada a responder.

(Risos de alguns deputados da bancada do PSD)

Presidente: Passemos então à Proposta de Resolução nº19/99 que "Recomenda ao Governo que permita aos agricultores dos Açores a apresentação das suas candidaturas, ao abrigo dos novos programas de apoio ao investimento na agricultura, para os anos de 2000 a 2006, sem obrigação de o fazer em períodos determinantes de candidatura, mas sim durante todo o ano".

Para proceder à apresentação deste diploma tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O exemplo do que tem sido dito aqui relativamente ao meu grupo parlamentar está precisamente vertido nesta Proposta de Resolução.

Trata-se de uma Proposta concreta, que tem objectivos tão simples, mas cujas consequências são muito positivas para o sector agrícola.

A Proposta foi apresentada em tempo útil, precisamente porque entrámos no novo Quadro Comunitário de Apoio, com regras distintas e durante os próximos 7 anos.

Foi feita uma experiência durante o último Quadro Comunitário de Apoio, onde estavam previstos prazos para a apresentação de candidaturas ao abrigo dos vários programas comunitários de apoio.

A experiência parecendo que pudesse ter vantagens em termos de planeamento, acabou por verificar-se que em vez de vantagens, começaram a existir constrangimentos.

Afinal, a existência de períodos de candidatura, ou seja, a possibilidade dos agricultores apresentarem as suas candidaturas e os seus projectos ao abrigo da vária legislação regional que enquadrava os programas comunitários, veio a resultar num impedimento burocrático.

Acabou por resultar negativamente para os agricultores que tinham que fazer os projectos com a rapidez, desnecessária nesse caso, havia projectos que entravam na Secretaria mal elaborados, havia a possibilidade da própria Secretaria, passados 2 ou 3 anos, estar a solicitar documentos, porque os técnicos viam-se impedidos de fazer a verificação documental nos prazos previstos na legislação, face ao grande volume de projectos que aparecia durante os períodos de candidatura.

Decorreu precisamente desta experiência, a Proposta que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta agora nesta Assembleia para que, em tempo útil, já que a Secretaria Regional está a preparar a legislação regional que enquadra esses programas comunitários, possa evitar ou superar este problema que se verificou nos últimos anos e dando a possibilidade aos agricultores de poderem, à semelhança do que acontece

com os outros empresários dos outros sectores com os outros investidores, apresentar os seus projectos de investimento de acordo com as naturais intenções de investimento da sua empresa agrícola, como acontece com qualquer outro empresário.

Se, porventura, o Governo Regional acha que deve rever os prazos de análise dos projectos de investimento, se acha que há outros condicionalismos que são necessários para uma análise correcta, para o prosseguimento normal e desejável desse circuito burocrático, desde a entrega até ao seu pagamento, pois poderá fazê-lo ao nível da regulamentação.

Agora, o que entendemos é que o Governo, ao acatar esta recomendação do Partido Social Democrata, estará indo ao encontro daquilo que tem sido uma preocupação dos agricultores, das organizações, dos técnicos privados que elaboram projectos de investimento e da própria Secretaria Regional, que nos seus serviços de ilha e na sua Direcção Regional, se vê a braços com um grande volume de candidaturas em períodos determinados.

Pensamos que com este diploma estamos a dar um bom contributo para uma desburocratização no circuito dos projectos de investimento e estamos indo claramente ao encontro das aspirações de muita gente que se tem visto impedida de fazer, em tempo útil, aquilo que é necessário fazer obtendo daí como resultado algum impedimento ao investimento e não a celeridade na apreciação e na aprovação dos projectos.

Se por acaso as expectativas de crescimento e o número de projectos que vierem a dar entrada ao abrigo dos novos programas forem de um volume muito grande no primeiro trimestre ou no primeiro semestre de cada ano e, por falta de financiamento não for possível novas candidaturas, então o Governo fará o que melhor entender. No entanto, o que não pode acontecer é os períodos de candidatura serem um factor que determine o facto de não haver dotação necessária para satisfazer esses investimentos na agricultura.

É com esse objectivo que apresentamos esta Proposta de Resolução que, estou em crer, é compreensível e será aceite por todas as bancadas deste Parlamento, porque

vai ao encontro de um conjunto de preocupações que são acompanhadas por todas aquelas que trabalham ou assistem a esses problemas no sector.

Presidente: Está aberta a discussão desta Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Partido Socialista em Comissão, apenas levantou uma única questão que se prendia com o facto de eventualmente a administração não ter capacidade para dar resposta a este novo modelo de apresentação de candidaturas.

De qualquer maneira, a questão foi aprofundada e chegámos à conclusão que isto não seria um impedimento para que as candidaturas pudessem ser apresentadas nesta nova modalidade.

Por isso mesmo, não havendo nenhuma razão que pudesse impedir que as coisas funcionem deste modo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

De todo o modo, gostaria de deixar aqui alguns reparos.

Antes de mais, o PSD quando era governo, mudou o sistema de apresentação de candidaturas.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ora bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa fase inicial o Partido Social Democrata permitiu que elas pudessem entrar durante todo o ano. Posteriormente, estabeleceu prazos de candidatura, no caso concreto situavam-se nos meses de Fevereiro, Junho e Outubro.

Por outro lado, o Governo do Partido Socialista, como se estava no fim do Quadro Comunitário de Apoio, e como é perfeitamente perceptível, teve que manter esta limitação, porque era essencial quantificar, a cada momento, quais as dotações financeiras disponíveis e quais as intenções de investimento dos próprios agricultores. Esta terá sido a única razão por que se manteve esta modalidade até ao fim deste Quadro Comunitário de Apoio.

É também nosso entendimento que esta nova modalidade trará vantagens para toda a gente. Trará vantagens para o agricultor que fará o seu projecto na altura em que

entende ser mais conveniente, na altura em que as necessidades da sua exploração o procurem e precisem e na altura em que a sua própria capacidade financeira o permita disponibilizar verbas para fazer face à comparticipação que ele tem de dispende.

Por outro lado também, parece-nos que os projectos, por via de não haver um prazo limitado, poderão ser melhor elaborados, melhor documentados, evitando assim alguma correspondência que por vezes é estabelecida entre a Secretaria, ou entre o IFADAP, e o próprio proponente.

Eu penso que é importante também que fique aqui claro que, quanto a mim, esta não é uma Proposta concreta e cheia de objectivos, porque ela só faria sentido se já se soubesse de antemão que o Governo não iria proceder a isto, pois teríamos que aguardar para que o executivo apresentasse a sua regulamentação, depois de consultar os parceiros sociais e, aí sim, caso não fizesse isso, então o Partido Social Democrata poderia apresentar uma proposta.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Portanto, isto só me leva à conclusão de que esta é uma ânsia da oposição, neste caso concreto do PSD, de procurar protagonismo político, ou seja, de chegar junto dos agricultores e dizer "fomos nós que permitimos que fosse assim!".

É essa procura de protagonismo e de vedetismo político, que nem sempre se coaduna com uma postura política mais consciente e que talvez está mais ligada ao Partido Socialista e ao Governo Regional.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que vamos votar favoravelmente esta Proposta de Resolução ora apresentada pelo PSD.

Vamos fazê-lo, porque consideramos que para os agricultores, poderá vir a ser importante ter a possibilidade de apresentar as suas candidaturas durante todo o ano.

Aliás, causou-nos sempre alguma impressão o facto de se ter regulamentado, de tal maneira que, no sector agrícola, as candidaturas eram fixadas por 2 períodos no ano - relativamente a certos aspectos, enquanto que noutras candidaturas paralelas, noutros sectores da actividade, elas eram apresentadas de acordo com as possibilidades, os desejos e as necessidades do empresário em causa.

Por isso mesmo, consideramos que é justo em relação ao desenvolvimento da agricultura, que o interessado possa ter a possibilidade de apresentar a sua candidatura no decorrer do ano.

Esta Proposta de Resolução propõe exactamente isso e esperamos que, de facto, seja essa a prática futura também no sector da agro-pecuária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se nós tivéssemos, porventura, falado de uma questão qualquer nesta Assembleia, o Partido Socialista apareceria logo a dizer que já estava a ser resolvida. Ou seria no Conselho do Governo, ou através de pareceres que já emitiram sobre isso, ou já teriam falado com o Governo sobre isso e iriam resolver a questão, no dia em que nós trouxéssemos aqui determinada coisa que fosse em benefício dos Açores e dos açorianos.

Se eu soubesse o que sei hoje, se eu soubesse que o Governo seria tão irresponsável em matérias tão importantes, nós teríamos apresentado nesta Câmara uma proposta de resolução a recomendar ao Governo que não se esquecesse do aumento das quotas leiteiras para os Açores.

O que é certo é que quando nós fazemos alguma coisa, em tempo útil, que vai ao encontro dos interesses das pessoas, daí há sempre uma resposta a dizer que já estão a tratar do assunto. Aliás, o Sr. Deputado Élio Valadão era o mesmo que tinha algumas dúvidas em relação a esta Proposta, mas depois de ter contactado com as associações - porque nós, Grupo Parlamentar do PSD, antes da elaboração deste documento fizemos a nossa auscultação, falámos com as pessoas, com as associações, com os técnicos da Secretaria, falámos com os técnicos que elaboram os projectos - precisamente depois dessa experiência, depois desses contactos, e com medo de que o

Governo se esquecesse de uma coisa que, ao fim e ao cabo, é tão simples mas ao mesmo tempo tão importante, foi precisamente devido a isso que nós apresentámos esta Proposta de Resolução.

Se, por acaso, o Governo acatasse os nossos conselhos e as nossas sugestões neste plenário, sem ser necessário apresentar propostas de resolução, nós nem sequer iríamos enveredar por este caminho regimental.

Mas o que é verdade, é que tudo o que vem do lado de cá, e é útil e é importante, os senhores dizem logo que já estavam a estudar o assunto, que estavam a decidir sobre isso e que o Governo vai fazer, nem que seja depois do mandato para o qual o Governo é co-responsável.

Portanto, é uma vergonha o que se tem passado, mas quando nós fazemos alguma coisa de útil, os senhores vêm logo dizer já tinham dado por isso antes. No entanto, é bom registar que o Grupo Parlamentar do PS respondeu ou vai responder positivamente a esta nossa Proposta de Resolução, porque percebeu que é importante. Relembro também que na Comissão de Economia, foi o Sr. Deputado Élio Valadão que sugeriu que seria bom pedirmos um parecer à Secretaria da tutela (que nunca chegou a aparecer!), para nós sabermos qual era a posição da mesma sobre essa matéria. Mas, pelos vistos, à falta do dito parecer chegar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista conversou com a Secretaria Regional e já percebeu que realmente esta é uma Proposta importante, que vai ser acatada e que vai ajudar bastante os agricultores dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular vai votar favoravelmente esta Proposta de Resolução, na medida em que não obstante os argumentos esgrimidos no passado para a limitação temporal que existia na apresentação de candidaturas, é nosso entender - depois de lidos e apreciados os considerandos da Proposta de Resolução, bem como estudados os pareceres que foram entregues à Comissão de Economia e algumas auscultações feitas pelo nosso Grupo Parlamentar - que deixou de fazer sentido a existência dessa limitação temporal para a apresentação de candidaturas.

Como já foi aqui dito, e não vale a pena repeti-lo muitas vezes, ficará assim facilitado o trabalho dos agricultores, dos técnicos que trabalham para os mesmos e ainda para os técnicos que apreciam os projectos, quer ao nível da Secretaria da tutela quer ao nível dos institutos financeiros.

É este o contributo que damos com o nosso voto favorável, para melhorar as condições de candidatura dos projectos do III Quadro Comunitário de Apoio, em prol do desenvolvimento da agricultura dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que do ponto de vista do Governo, não vemos nada contra a Proposta em discussão, aliás, como já tive ocasião de dizer várias vezes, fazemos intenção de rever não só esta questão, mas também outras no que respeita à gestão do processo de candidaturas, porque pensamos que a prática veio demonstrar que ele é ineficiente, de tal maneira que vemos agora os próprios que propuseram este sistema virem propor alterações, pois no fundo reconhecem o que as associações, os técnicos e toda a gente têm vindo a dizer ao longo do tempo.

Pensamos que tem de haver alguma consistência entre as alterações, de modo que, em seu devido tempo, a Secretaria apresente outras propostas de alteração para discutir com os parceiros sociais, porque é nossa opinião que essas propostas devem ser coerentes entre si e não feitas de uma forma desconexa.

Pensamos que, o momento actual, e relativamente à elaboração dos planos, no que diz respeito à discussão do PRODESA com a Comissão, a discussão do PDR e das fichas técnicas, não é o melhor para fazer essas discussões.

É importante do ponto de vista técnico, consolidar outros aspectos anteriores, para depois passarmos a essa fase.

Se da parte de alguns partidos, há a intenção de tentar apressar esta questão, pois esse é um problema que ficará com eles. De qualquer forma, pensamos que neste caso concreto, não há prejuízo, antes pelo contrário, significa provavelmente uma melhoria em relação ao sistema que vinha de trás.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar, gostaria de fazer um esclarecimento, no sentido de clarificar que não tenho conhecimento de que na Comissão de Economia tenha sido feito qualquer pedido de parecer à Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente. O que foi feito foi uma reflexão sobre se a administração teria ou não capacidade para dar resposta a esta questão.

O Sr. Deputado está a levantar agora a questão na perspectiva de que tinha-se pedido parecer e não houve uma resposta a ele.

Portanto, que eu tenha conhecimento, isso não é verdade, de qualquer maneira, podemos consultar os serviços competentes da Assembleia.

Em relação ao outro aspecto, eu queria salientar que não era necessário o Sr. Deputado perder este tempo todo a falar com os agricultores, com a administração, com os técnicos, para saber que isto tinha vantagens. Nós já sabíamos isso há muito tempo, eu já o sabia há muito tempo.

Nem tão pouco precisaria de um parecer das associações, embora fosse sempre conveniente, para se saber que elas iriam ser favoráveis a uma proposta desta natureza.

Portanto, não era necessário fazer esta correria toda que os senhores fizeram, para chegarem a essa conclusão. Agora, como o Sr. Deputado muito bem percebe e tal qual como há pouco disse, caso o Governo entenda que não tem condições para durante o ano manter sempre as candidaturas abertas, poderá abrir no 1º semestre e fazer uma avaliação "à posteriori".

Foi exactamente isso que o Governo fez, noutros moldes, no fim deste Quadro Comunitário de Apoio, pela simples razão de que estávamos no seu final.

Mais claro que isto é impossível!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos meus contactos de auscultação com os parceiros sociais, eu nunca perco tempo. Gostaria de vos dizer o seguinte: se nessa matéria há períodos de candidatura, se eles foram inicialmente apresentados pelos governos anteriores, o que é certo é que na vigência do II Quadro Comunitário de Apoio de 94, 95 e 96 esteve o PSD, de 97, 98 e 99 esteve o Partido Socialista.

Se esta é uma competência do Governo do PS, se o Sr. Deputado já sabia desde que entrou nesta Assembleia que esta era uma situação que era preciso resolver, é lamentável que não a tenha trazido aqui antes e que não tenha feito eco...

Deputado Élio Valadão (PS): Acabei de explicar porquê!

O Orador: ... para que o Governo alterasse, pelas competências que tem, essa situação.

Deputado Élio Valadão (PS): O Quadro Comunitário de Apoio é que resolve essa situação!

O Orador: A qualquer momento, o Governo Regional pode resolver essa situação! Portanto, o que é verdade é que o Grupo Parlamentar do PSD não está apressando nada. Está lembrando, em tempo útil, para quando o Governo tiver a legislação regional que enquadra os programas comunitários, tenha isso em consideração. Se calhar, se não o tivéssemos feito, pensariam de outra forma.

Deputado Élio Valadão (PS): De maneira alguma!

Presidente: Está assim concluído o debate, passemos então à votação desta Proposta de Resolução oriunda do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos a uma outra Proposta de Resolução que "Recomenda ao Governo a atribuição de apoios à transformação e comercialização de leite às indústrias de lacticínios da Ilha de S. Jorge".

Para a apresentação do diploma, e como proponente, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos apreciar mais uma iniciativa, desta feita da responsabilidade do Grupo Parlamentar do Partido Popular, que visa corrigir uma situação que há muito chocava os açorianos e estava na base de sucessivas reivindicações dos produtores de leite e das indústrias de transformação, nomeadamente na Ilha de S. Jorge, bem como de todas aquelas que não faziam parte do conjunto formado por S. Miguel, Terceira e Faial, que vinha sendo ao longo dos anos contemplado com os privilégios de receberem do Governo Regional, inicialmente, um escudo por litro de leite e, posteriormente, com a introdução de um apoio adicional de 50 centavos, novamente apenas atribuído às indústrias das Ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, este último apoio, dado com o argumento de que se destinava a compensar os custos com a energia.

Desde 1993, as indústrias de S. Miguel, Terceira e Faial eram tratadas de forma diferenciada pela administração regional, eram tratadas com o privilégio de receberem um escudo e meio, em prejuízo das indústrias de lacticínios das restantes ilhas dos Açores.

Após denúncias várias, nós tivemos oportunidade de ter um contacto com a maior produtora de leite das chamadas "ilhas pequenas", concretamente da Ilha de S. Jorge, no qual estava bem patente a indignação, que era obviamente acrescida porquanto, infelizmente, o Governo Regional não estava a ser minimamente sensível à justa pretensão das indústrias jorgenses virem a ser beneficiadas com essa política de subsidiação da administração regional.

Foi, pois, com essa coerência e como legítimos porta-vozes de interesses que estavam a ser sucessivamente ofendidos pelo Governo Regional, que tomámos a iniciativa, e foi aqui presente a 16 de Junho de 1999, de uma recomendação em que, uma vez aprovada por esta Assembleia, o executivo regional ficou incumbido de estender os subsídios atribuídos ao leite produzido nas referidas 3 ilhas privilegiadas e promover todas as diligências, para que fossem criadas condições técnicas, por forma a permitir um tratamento igualitário no acesso às ajudas de lacticínios dos Açores.

Se há quem receie as iniciativas da oposição, porém, ainda agora acabámos de aprovar uma que pode ser um bom exemplo da unanimidade que se gerou nesta Câmara, apesar das suspeitas que os socialistas vêm fazendo com insistência de que

há algo de mal nas chamadas *iniciativas partidárias*, esquecendo-se que estamos num órgão que vive e sobrevive das iniciativas partidárias. Aliás, relativamente a esta iniciativa que estamos agora a apreciar, não só pela justeza do seu conteúdo, mas principalmente pela oportunidade, por coincidência ou não, o Governo Regional, um mês depois de nós aqui termos tomado esta justa decisão, fez publicar uma resolução, exactamente a 15 de Julho, no sentido de tornar extensivo às indústrias dos Açores (e satisfazendo a pretensão do Parlamento dos Açores), o referido subsídio de um escudo por litro de leite.

Acontece que com essa medida, o Governo deu efectivamente um passo na execução da recomendação do Parlamento dos Açores. Mas não satisfaz integralmente o objectivo que aqui está consagrado, porque manteve a discriminação existente entre as indústrias de lacticínios de S. Miguel, Terceira e Faial, que recebem um escudo e meio, relativamente às indústrias de lacticínios das restantes ilhas dos Açores, que apenas recebem um escudo.

É nessa perspectiva que o Partido Popular apresenta e discute esta Resolução, com duplo sentimento, isto é, por um lado estamos satisfeitos por ter resultado algo de positivo da apresentação da Resolução de 16 de Junho, por outro lado é a ocasião de chamar a atenção do Governo que para integral cumprimento desta Resolução, importa de facto dar um segundo passo - e estamos certos de que o Governo tem a partir de agora condições para o fazer - no sentido de garantir uma igualdade de tratamento, perante o conjunto da indústria de lacticínios desta Região.

É nessa perspectiva que entendemos que a Resolução continua com total pertinência no debate que agora se iniciou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD irá dar o seu voto favorável a esta Proposta de Resolução, proposta pelo Partido Popular pela voz do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que fez um historial completo do porquê da mesma.

Efectivamente, em 1993 o então governo do PSD criou, através da Resolução nº 149/93, um escudo por litro de leite apenas para as Ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial. Na altura, fui também um dos que levantou a voz, depois o Partido Socialista

em 96, quando foi eleito governo, manteve-se durante dois anos sem que atribuisse um escudo por litro de leite à Ilha de S. Jorge.

Deputado António Gomes (PS): Já atribuiu!

O Orador: Não atribuiu, Sr. Deputado, porque eu refiro-me aos anos de 97 e 98, sendo certo que o escudo por litro de leite foi criado pela Resolução nº 120/99, estando pagos os meses de Janeiro a Julho desse ano. Ou seja, em matéria de injustiça, o PSD do passado e o PS de agora, relativamente ao escudo por litro de leite, estão equilibrados. Mas o PS fez mais uma injustiça que foi, através da Portaria 95, criar meio escudo por litro de leite, com a mesma base daquela discriminação que afirmava, para as Ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, deixando de fora a Ilha de S. Jorge.

O que acontece, neste momento, é que em S. Jorge o escudo por litro de leite foi pago desde Janeiro a Julho de 99, no entanto o meio escudo continua a não ser atribuído a esta ilha.

Portanto, penso que - por uma questão de coerência de discurso - o Partido Socialista até teria que ter pago a retroactividade, isto é, 97 e 98, e aí sim, poder-se-ia levantar e dizer "nós fizemos justiça, os senhores não!".

Deputado Francisco Sousa (PS): Já agora 96 e 97!

O Orador: É óbvio que não podem fazer isso!

Portanto, eu penso que esta Resolução vem realmente pedir um tratamento igualitário. Aliás, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro já afirmou que por ela ter sido apresentada em Junho se calhar resultou, porque a 15 desse mesmo mês o Governo resolveu atribuir o escudo por litro de leite, por isso penso que esta matéria merece toda a atenção. E eu, como deputado eleito pela Ilha de S. Jorge, não poderia deixar passar esta oportunidade, sem intervir nesta matéria.

De facto, quanto a mim, é uma situação que se deve corrigir.

Assim sendo, o Partido Social Democrata dará o seu voto favorável a esta Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Nós vamos dar o nosso voto favorável a esta Proposta de Resolução, porque consideramos que nestas matérias, é preciso fazer uma justiça equitativa a nível das 9 ilhas da Região.

Por isso mesmo, entendemos que será da mais elementar justiça que a partir desta aprovação, relativamente ao subsídio a atribuir por litro de leite, ele seja igual para todas as indústrias de lacticínios de todas as ilhas da Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar contra esta Proposta de Resolução.

Fá-lo-á, porque tal qual está espelhado na Resolução nº 120/99 e que foi aprovada em Conselho de Governo na Vila das Velas, em 23 de Junho, o Governo já fez aquilo que podia fazer em relação a esta matéria.

O Governo já estendeu o apoio à Ilha de S. Jorge e às demais ilhas dos Açores, para além das três já anteriormente mencionadas, coisa que nunca tinha acontecido antes.

Portanto, estava-se a falar de justiça, pois eu devo dizer que este Governo caminhou para a justiça.

Não se pode falar tão pouco em injustiça, porque as realidades das produções em S. Jorge e noutras ilhas da Região, são distintas das produções da Terceira e S. Miguel, em que se fabrica muito mais leite em pó, com um consumo energético avultado...

Deputado Mark Marques (PSD): Mas a energia não está mais barata?!

O Orador: ... e por isso mesmo, é preciso ter outro tipo de atenção que até poderá depois ser atenuada em função dos decréscimos dos custos da energia que se têm vindo a verificar na Região.

Portanto, por esta razão, penso que não há qualquer justificação que nos leve a aprovar esta Resolução.

Aquilo que havia a fazer já foi feito.

O Governo já teve a devida atenção para com S. Jorge e as demais ilhas dos Açores que não estavam contempladas. E penso que o défice que ainda existe, prende-se com condições técnicas de produção, que não se verificam nessas ilhas.

Quanto a eventuais injustiças que no passado se perpetuaram no tempo, já foram atenuadas e serão anuladas a breve trecho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que - e o Partido Popular está muito satisfeito com isso! - quando cada grupo parlamentar aqui apresenta, com sinceridade e de forma clara, o que pensa e o seu sentido de justiça acerca das situações é óptimo. É assim que o Parlamento deve funcionar. E presumo até que uma matéria destas está pronta a ser votada.

Toda a gente já percebeu que o conceito de justiça, o conceito de igualdade entre os açorianos, é aquele que cada um aqui já expressou.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, basta que o Governo tenha cumprido parte daquilo que resultou da Proposta de Resolução do Partido Popular e, na óptica do até já vai sendo tradicional nesta Câmara, o Governo está caminhando para medidas correctas.

Este **está caminhando**, de facto, representa aqui a postura que cada um de vós tem perante os problemas!

Nós queremos que se faça justiça, que se trate de forma equitativa aqueles que, à partida, têm direitos iguais nesta Região.

A indústria de lacticínios, na óptica do Partido Popular e presumo que claramente na óptica daqueles que já se pronunciaram por parte das restantes bancadas - deve ter os mesmos direitos, fique ela situada na Terceira, em S. Miguel, em S. Jorge, no Pico ou nas Flores.

É esse o princípio que está na base de quem apoia esta Proposta de Resolução.

O Partido Socialista - e felicito-os por isso - pelo menos nisso é coerente, ou seja, tem um outro conceito e, portanto, vota contra. É assim que nós nos devemos entender.

Felizmente, a maioria desta Assembleia pensa da forma que nós achamos correcta, porque vai ser muito difícil justificar a um açoriano que o preço da energia custa

menos a uma indústria de S. Jorge, das Flores ou do Pico, do que a uma indústria da Terceira, do Faial ou de S. Miguel.

Já agora, eu gostaria de saber as quantidades de leite em pó que são produzidas no Faial?

Se os senhores da bancada socialista puderem ajudar-nos a explicar como é que, perante os quantitativos de leite em pó que são produzidos no Faial, qual é o peso que isso tem no conjunto do aproveitamento da produção leiteira desta ilha, a tal ponto de a colocar como uma estrutura produtiva de aproveitamento do leite próxima de S. Miguel e afastado do Pico, se os senhores também explicarem isso, pode ser útil para se perceber esta questão.

Portanto, nessa perspectiva, o Partido Popular considera-se totalmente esclarecido e tem redobradas razões para ir por diante com a sua Proposta de Resolução, esperando que o Governo respeite esta Assembleia. E se esta Casa deliberar que efectivamente deve haver um tratamento equitativo entre todas as ilhas dos Açores, este Governo não use os "palcos" que tem fora do Parlamento, para distorcer o sentido da votação dos representantes do Povo dos Açores nesta Casa.

Ficamos a aguardar - se for essa a decisão - que o Governo se esforce por cumprir a vontade desta Casa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Vamos então aos conceitos de justiça e de igualdade.

Podemos até pegar num caso particular que é muito do agrado do Partido Popular.

Vamos pensar no caso do Corvo:

- Acha o Sr. Deputado que este Governo tem as mesmas despesas e faz os mesmos investimentos na Ilha do Corvo e na Ilha de S. Miguel, para que o habitante da primeira tenha os mesmos benefícios do habitante da segunda?!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não faz os mesmos investimentos, faz mais!

São realidades diferentes, as situações são distintas.

Portanto, não podemos tratar as questões da forma tão nua e crua como o Sr. Deputado quer!

Digo-lhe mais:

- Sabe o Sr. Deputado que o preço do leite não é pago em todas as ilhas da mesma forma?

- Sabe o Sr. Deputado que o preço do leite é bastante mais elevado em S. Jorge do que na Graciosa?

Afinal, onde é que está o seu sentido de justiça e de igualdade?!

Essas questões têm que ser analisadas, caso a caso, situação a situação.

Não se pode fazer uma leitura em toda a linha destes problemas, porque senão esbarramos em contradições.

A situação concreta que o Sr. Deputado colocou é a de "sim senhor, vamos tratar todos por igual!". Ora, se assim fosse, os apoios e as despesas que este Governo tem tido - e que são muitas - com a Ilha do Corvo, provavelmente não dariam resposta às necessidades dos habitantes daquela ilha - isto se tratarmos todas elas pela mesma bitola.

Portanto, temos que ver as realidades distintas, medidas e apoios distintos.

Já que se está a falar no sector do leite, se fôssemos por essa perspectiva, teríamos que nivelar o preço do leite para toda a Região e para cada ilha compensar o diferencial. Então aí, é que nunca mais acabávamos com esse problema.

A análise que o Governo faz para cada caso, para cada ilha, demonstra que neste caso concreto podemos esbarrar até no peso da economia que pode ser diferente e podemos entrar noutros pontos de vista, do que será a análise correcta e a mais adequada. E, por isso mesmo, pode haver este ligeiro diferencial entre a Terceira e S. Miguel e as demais ilhas da Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Gostaria de prestar um esclarecimento à Casa.

Este apoio não foi introduzido por uma questão de igualdade.

Ele foi introduzido pelo anterior governo, porque o Sr. Ministro Arlindo Cunha, a quando das negociações da Reforma da PAC, na anterior presidência portuguesa, e para fechar essas mesmas negociações, prescindiu do prazo da 2ª fase do período de adesão e, portanto, provocou uma baixa muito grande no preço do leite em pó. E como compensação a essa baixa, foi instituído um subsídio, mas era exactamente para as indústrias que produziam leite em pó.

O que é um facto é que quando este subsídio do escudo foi introduzido na Região, foi de forma incorrecta. Ou seja, havia um problema no Faial que não tinha nada a ver com isto, e na altura o governo de então, para resolver também esse problema, acrescentou esta ilha. Aí é que está o vício original de tudo isto, pois de início, isto só devia ter sido aplicado como compensação em S. Miguel e na Terceira.

Portanto, não se trata de uma questão de igualdade, mas sim uma medida que nasceu torta desde o início e que tem a ver com uma compensação pela descida do preço do leite em pó.

A questão da energia tem a ver exactamente com o facto de ser a produção de leite em pó, em termos de consumo de energia, muito mais intensiva do que qualquer outra produção.

Foi exactamente nesse sentido que essa medida foi introduzida.

Não estamos aqui a falar de questões de igualdade.

O que é verdade, porém, é que nós não tratamos as ilhas de forma igual, antes pelo contrário, tratamo-las de forma diferente, porque algumas necessitam de mais apoio do que outras.

Vozes dos deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Nós estamos a fazer exactamente isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu vou intervir apenas porque falaram no caso concreto de S. Jorge.

Eu devo dizer que relativamente a esta ilha, tenho que concordar um pouco com V. Ex^a. quando diz que esta medida nasceu torta, o que realmente é verdade, tendo

deixado S. Jorge para trás, e isto porque indo ao campo das especificidades, quando se diz que S. Jorge é um local onde se paga o leite mais caro na Região, paga-se em termos numéricos, só que não se fazem outras contas que é necessário fazer-se nestas situações.

Em S. Jorge, muitas vezes os agricultores para receberem o produto do seu trabalho, ou seja, a compensação monetária, esperam 1 ano e mais, o que quer dizer que muitas vezes, receber o litro de leite a 44 ou 45 escudos, na prática, não se reflecte assim. É que os lavradores têm que recorrer à banca, para fazer face às suas despesas, tendo com isso que pagar juros e logo vai reduzir substancialmente esse custo mais elevado. Por isso, relativamente a S. Jorge, nós podemos dizer que andámos durante estes anos todos discriminados, uma vez pelo Partido Social Democrata, outra vez pelo Partido Socialista.

Portanto, é esta a verdade que deve ser dita aqui nua e cruamente.

Quanto à "medida que nasceu torta", continua torta com este Governo e só agora é que foi corrigida.

Quanto a energias... vamos ficar por aqui por uma questão muito simples: onde é que se gasta mais energia, para se manter uma exploração leiteira: é em S. Miguel, no Faial ou em S. Jorge?

Basta apenas conhecer a orografia de S. Jorge, conhecer os seus caminhos e os acessos às explorações agrícolas, para tirarmos daí algumas conclusões. Como também basta só sabermos durante o verão quantos metros cúbicos de água se transporta para as pastagens daquela ilha, porque ela não existe naqueles locais, para sabermos quanto é que realmente, além dos outros custos normais de produção, fica o litro de leite em S. Jorge.

Portanto, para S. Jorge, comparativamente com S. Miguel ou com a Terceira, um escudo é uma miséria, pois devia ser muito mais, visto que todos estes factores deviam ser tidos em conta e não são.

Isto não é justiça e não é tratar umas ilhas de diferente modo das outras, mas a verdade é que para esta ilha, é melhor ficar com o escudo do que sem ele. Porém, não está a ser feita a verdadeira justiça a S. Jorge.

Presidente: Encerrado que está o debate, vamos passar à votação desta Proposta de Resolução do Partido Popular.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por maioria, tendo registado 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Passamos agora ao ponto seguinte que se trata da Ante-Proposta de Lei nº1/99 - "Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores".

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, para proceder à apresentação do diploma.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

A Ante-Proposta de Lei que o Governo Regional traz a esta Casa relativa à Lei Eleitoral, prende-se basicamente com alguns aspectos mais formais e mais técnicos, mas que não deixam - em nosso entender - de ser necessário efectivar com alguma urgência.

O mais importante deles todos, prende-se com a última Revisão Constitucional - a de 1997 - nomeadamente com a alteração do seu Artº. 113º, nº 6, onde o prazo do procedimento eleitoral que na lei ainda em vigor era de 80 dias, deverá passar para 60. Isto, necessariamente, leva a que um conjunto de procedimentos intermédios que tinham um determinado prazo, passarão a ser encurtados.

Essa é - dizia eu - a grande razão prática desta iniciativa e é óbvio que se aproveitou, atendendo a que esta lei já não era mexida há muito tempo, para fazer uma série de acertos técnico-formais, quer tendo em conta alguns acórdãos do Tribunal Constitucional, e que na prática eliminaram ou revogaram normas da nossa Lei Eleitoral, quer as revogações tácitas feitas por alterações de outros diplomas, nomeadamente e só para dar um exemplo, a do Código Penal, em matéria de direito penal eleitoral, quer ainda pela própria evolução da realidade social e mesmo política, em que - e para dar novamente alguns exemplos - tem hoje denominações diferentes,

quer o Centro Regional da RTP, o Centro Regional da RDP, certos departamentos do Governo Regional com competências óbvias nesta matéria.

São estas as grandes razões que nos levaram a apresentar esta Ante-Proposta de Lei.

Gostaria ainda de realçar, no que respeita à sua tecnicidade, a cooperação que houve e que me parece que resultou, entre a Direcção Regional de Organização e Administração Pública e a respectiva Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, onde se pode ver no seu relatório um trabalho conjunto feito por técnicos das duas instituições, que não deixou de ser levado em linha de conta, isto tudo no sentido, atendendo à dignidade que esta matéria tem, bem como ao facto de ter que necessariamente ser presente à Assembleia da República, também a este nível, dignificar aquilo que são os órgãos de governo próprio da Região.

Eu não sei, Sr. Presidente, se também poderia justificar já o Pedido de Urgência...

Presidente: Virá a seguir.

O Orador: De acordo.

Assim sendo, termino por aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Ante-Proposta de Lei foi enviada a esta Assembleia, e por sua vez pelo Presidente da Assembleia à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, por altura das festas do Natal. E ia com a mensagem de que era urgente.

Efectivamente, a Comissão que tinha entre mãos outro diploma urgente que também irá ser apreciado no decorrer desta Sessão, ou seja, a Lei Orgânica da Assembleia Legislativa Regional, reuniu-se nos primeiros dias de Janeiro. Depois de uma análise aprofundada, com a boa colaboração que foi aqui referida pelo Sr. Secretário de um dirigente técnico da Secretaria Regional, conseguiu-se produzir o relatório, no qual se conseguiu identificar também não só alguns melhoramentos e correcções, bem como alterações da proposta inicial do Governo.

Nestes termos, no final do seu trabalho, a Comissão aprovou o relatório por unanimidade.

Na parte que se refere especificamente ao PSD, gostaria de informar a Câmara que estamos de acordo com o relatório e com as propostas da Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar uma Ante-Proposta de Lei que procura integrar no ordenamento jurídico nacional as regras por que se devem reger as eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Pensamos que esta é uma matéria que dignifica o acto eleitoral para esta Região, que independentemente da Ante-Proposta vir a ser formulada ou não, acabaria por muitos destes dados terem que ser obrigatoriamente alterados, porque eles estão na Constituição. Há um ou outro que está no Estatuto e há legislação nacional que tem que ser considerada lei geral, nomeadamente a lei para a Assembleia da República, onde alguns destes aspectos estão contemplados e por isso mesmo teríamos que procurar harmonizar o nosso procedimento com aquilo que está legislado.

Portanto, trata-se de matéria que é absolutamente pacífica. Poderá ter uma ou outra nuance que poderá ser contemplada, mas no fundo há um espartilho muito grande que são as legislações já publicadas.

Da nossa parte, vamos votar favoravelmente este diploma, bem como as propostas concretas que vêm da Comissão, da qual não fazemos parte, porém verifica-se que no relatório apresentado, houve um esforço muito grande, no sentido de se fazer um estudo aprofundado destas matérias.

Por isso mesmo, o nosso trabalho aqui em plenário ficou muito facilitado, pelos documentos que tivemos oportunidade de apreciar.

Como disse, o nosso voto será positivo, na generalidade, assim como na especialidade.

Relativamente à especialidade, verificamos que esta foi uma matéria amplamente discutida e sobre a qual não houve um encerramento, logo tomaremos, desde já, posição.

Há uma proposta - segundo creio - no relatório que é oriunda do PP, no sentido de apresentar como limites para as eleições de 28 de Setembro a 28 de Outubro que nos parece, relativamente àquilo que tem sido a tradição das eleições regionais, mais de acordo com o que se tem verificado, se compararmos com a proposta inicial que, salvo erro, era de 14 de Setembro a 14 de Outubro.

Efectivamente, as eleições regionais têm sido sempre no mês de Outubro e dá-nos a impressão que esta baliza do fim de Setembro e de Outubro é perfeitamente aceitável e talvez valha a pena recordar que as nossas eleições sempre têm sido no mês de Outubro.

Assim sendo, iremos votar também favoravelmente esta proposta, no sentido de que este prazo ora presente, deva ser aquele que será contemplado na Ante-Proposta de Lei.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria, como já foi dito, trata-se de transpor para esta Ante-Proposta um vasto conjunto de questões, sobretudo técnicas e de alterações processuais, que têm ocorrido ao longo dos anos e que com a aprovação deste documento, ir-se-á beneficiar todos os intervenientes.

De facto, como já referiu o Sr. Deputado Paulo Valadão, a proposta por nós feita em sede de Comissão, quanto às datas limite para o dia da realização de eleições, tem carácter político. Portanto, trata-se de uma iniciativa que visa adequar esse intervalo ao que tem vindo a ser, por um lado, a prática corrente nestes 23 anos de exercício autónomico dos Açores, e por outro retirar um impedimento, que era frequente, de fazer coincidir a data das eleições muitas vezes no 2º e no 3º, e eventualmente 4ºs, Domingos do mês de Outubro, porque com as datas actuais de 14 de Setembro e 14 de Outubro, em regra, faz coincidir dois Domingos em Setembro e dois em Outubro, com o 5 de Outubro pelo meio.

Ora bem, estávamos apenas a utilizar, historicamente, a metade superior do intervalo e, portanto, a média deste era 29 de Setembro.

Se repararmos, todas as datas das eleições estiveram sempre situadas no extremo do intervalo e nunca próximo da média deste.

Com esta proposta de fixarmos como limite 28 de Setembro e 28 de Outubro, afastando de todo o espectro de haver eleições em Setembro - ninguém fala de eleições em Setembro, mas no quadro legal era tão provável serem em Setembro como serem em Outubro - situando-as durante todo o mês de Outubro, o que permite aos partidos políticos, no diálogo com o Sr. Presidente da República, poderem explorar datas eventualmente superiores no mês de Outubro relativamente ao que tem sido praticado no passado.

Assim sendo, parece-nos que nesse contexto técnico, vale a pena darmos algum realce à proposta que visa alterar o Artº 19º e que é iminentemente política (é bom assumi-lo!). E por aquilo que vejo, estamos numa zona de consenso, relativamente a esta alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pouco mais há a acrescentar relativamente a esta Ante-Proposta de Lei que é iminentemente técnica, tal como já foi dito aqui e que procura, na sua essência, adequar esta lei às alterações que foram entretanto surgindo no que concerne prazos e outras.

Relativamente ao trabalho da Comissão, subscrevemos o que foi dito pelo Sr. Deputado António Meneses - Presidente da Comissão - e também aquilo que foi dito pelo Sr. Secretário Regional, no que concerne à cooperação entre os técnicos da Assembleia e do respectivo departamento do Governo.

Aquilo que são as propostas da Comissão, resulta de adequações em termos de nomenclatura de determinados organismos, nomeadamente a RTP e a RDP. E, finalmente, temos o Artº 19º - e foi fundamentalmente para esclarecer a posição do PS em relação a esta matéria que eu usei da palavra - uma vez que o PS na Comissão se absteve, reservando a sua posição final para o plenário, relativamente ao qual a proposta de alteração em termos de prazos para as eleições regionais, de facto estas são marcadas no meio desse prazo e com estas datas, entraremos num prazo médio

entre os dias 10, 15, que a prática vem demonstrando ser a data em que habitualmente se realizam as eleições.

Por tudo isto, e dado que nas restantes questões não existe qualquer melindre nem divergência, o PS vai votar favoravelmente este diploma.

Presidente: Esgotado que está o debate, na generalidade, deste diploma, passamos à sua votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Ante-Proposta de Lei, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Ante-Proposta de Lei foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passemos à discussão na especialidade.

Trata-se de um diploma com algum peso - são cerca de 200 e tal artigos - pelo que sugeria à Câmara uma metodologia diferente, ou seja, iríamos votar apenas as propostas de alteração vindas da Comissão, votando o resto em bloco.

Como parece não haver oposição a esta sugestão dada pela Mesa, é assim que faremos então a votação deste diploma na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Posteriormente ao trabalho feito pela Comissão, parece-me ser adequado e por isso ponho à consideração desta Câmara, pelas mesmas razões que a alínea c) do Artº 2º que foi alterada, porque por via de uma revisão constitucional já antiga deixou de ser possível haver qualquer efeito automático de uma pena ao nível do direito penal, e isto reflectia-se ao nível do automatismo dos direitos políticos, tendo sido essa a razão que levou a que se propusesse a alteração, no entanto, as mesmas razões devem levar - pensamos - a que o Artº 125º que versa exactamente sobre a mesma matéria - "suspensão automática dos direitos políticos" - possa ser eliminado também.

Por outro lado, creio - e ponho novamente à consideração da Câmara e da própria Comissão - que no Artº 98º, nº 4, haverá talvez um erro de redacção, porque esse tipo de voto - porque viola claramente o princípio do secretismo - deve ser considerado nulo e penso que com essa redacção não o é.

Era apenas estas duas questões que eu queria colocar à consideração desta Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Neste momento, já não posso falar em relação a esta questão concreta como Presidente da Comissão, porque não foi objecto de análise. Mas, em nome do PSD, concordo com a eliminação do Artº 125º, pelas razões que foram aduzidas.

Em relação à segunda questão, há efectivamente um lapso de redacção no relatório, que aliás já tinha sido comunicado à Mesa, porque falta a palavra "nulo", por isso, sob esse ponto de vista, estamos entendidos.

Muito obrigado.

Presidente: Assim sendo, vamos passar à votação na especialidade.

Começamos pelo Artº 1º.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração vinda da Comissão para este artigo, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº 2º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração vinda da Comissão para este artigo, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº 13º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração vinda da Comissão para este artigo, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 13º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº 19º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 19º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº 40º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 40º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº 46º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 46º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº 62º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 62º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº 98º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 98º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº 119º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 119º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Relativamente à restante Ante-Proposta, vou pôr à votação todos os restantes artigos, bem como o restante corpo daqueles que já foram alterados.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os restantes artigos, bem como o corpo dos artigos já alterados, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao Anexo.

Para este Anexo, há propostas de alteração da Comissão.

Assim sendo, passamos ao Artº.24º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 24 º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao Artº 62º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 62 º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao Artº 195º-A.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 195º-A foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou pôr à votação todos os restantes artigos do Anexo, bem como o restante corpo daqueles que já foram alterados.

Secretário: Os restantes artigos do Anexo, bem como o corpo dos artigos já alterados, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Ante-Proposta de Lei foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Baixa agora à Comissão respectiva para redacção final.

Neste mesmo ponto da ordem de trabalhos, há um Pedido de Urgência à Assembleia da República, dada a natureza do diploma, que o Governo aqui apresenta, o qual eu vou pôr à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência à Assembleia da República foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos ao ponto seguinte da Ordem do Dia.

Desta feita, temos o Projecto de Decreto Legislativo Regional "Orgânica dos Serviços da ALRA".

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses para proceder à apresentação do diploma.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a discutir hoje a Proposta de Decreto Legislativo sobre a "Orgânica dos Serviços da ALRA".

Este é um processo que já se arrasta há cerca de 2 anos, tendo sido nomeado pela Mesa da Assembleia na altura um grupo de trabalho para apresentar um projecto. Esse grupo chegou a apresentar um projecto, depois de ter encetado um diálogo com os trabalhadores, mas realmente foi só a partir de Novembro do ano passado que o processo teve um novo impulso, o qual culmina agora com a apresentação e discussão deste diploma.

Esta Proposta estabelece a orgânica da nossa Assembleia, depois da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho ter feito no mês de Dezembro uma visita de trabalho e de estudo aos Parlamentos da Madeira e Canárias, onde recolheu informação e documentação muito útil para a elaboração desta Proposta.

A Comissão teve como base de trabalho uma proposta de diploma que foi subscrita por todos os partidos, mas depois de uma análise aprofundada, nomeadamente a audição da comissão de trabalhadores e de várias reuniões, resolveu apresentar um texto de substituição.

A anterior orgânica da Assembleia Legislativa Regional tinha já muitos anos, verificando-se que estava desadequada às novas realidades e às novas exigências.

Como se recordam, a última Revisão Constitucional e a última Revisão do Estatuto, reforçou substancialmente os poderes legislativos desta Assembleia.

Por outro lado, o número das nossas reuniões plenárias e o número das reuniões das comissões aumentou também, como aumentou o trabalho parlamentar e toda a produção legislativa.

O que é se pretende com esta nova orgânica?

Dentro de um horizonte de médio prazo de 3 ou 4 anos, pretende-se com esta Proposta, dotar a Assembleia Legislativa Regional de uma organização de meios humanos e materiais que facilite o trabalho dos deputados, das comissões e do

próprio plenário, dotando também este Parlamento de apoio necessário, apoiado igualmente pelos suportes informáticos actualizados e eficientes, que permitam um melhor acesso à informação, documentação e a processos de comunicação, inclusive entre as Delegações, e de trabalhos actualizados.

Destaco, nesta Proposta, que se pretende, com a criação do Gabinete de Relações Públicas, Protocolo e Comunicação Social, responder a uma preocupação que todos os deputados já sentiam, ou seja, a de tornar mais visível junto da opinião pública, o trabalho desta Assembleia, facilitando e dando melhores condições de trabalho aos profissionais da comunicação social e profissionalizar também as importantes funções do protocolo e das relações públicas, dadas as crescentes solicitações a que a Assembleia, como primeiro órgão de governo próprio da Região, tem tido nestas áreas. Aliás, como acontece em todos os parlamentos que se preocupam com estas matérias, o que não acontecia até agora na nossa Assembleia.

Por outro lado, ainda, na elaboração desta orgânica, tivemos um estreito diálogo com os trabalhadores desta Casa, que viram alguns aspectos profissionais resolvidos, estando também muito empenhados em que se criem as condições necessárias, para darem um melhor contributo à Assembleia.

A qualidade do trabalho desta Casa depende, e muito, do profissionalismo, empenho e dedicação dos funcionários. É uma grande responsabilidade que eles têm e que todos nós deputados temos a certeza de que estão conscientes dela, indo por isso também contribuir para o melhoramento do trabalho e da imagem da Assembleia Legislativa Regional, que todos desejamos e que tão necessária é para o funcionamento da democracia e da autonomia nos Açores.

Em termos orgânicos, para além da criação do gabinete atrás referido, é criada uma nova Secretaria-Geral, com duas divisões e três secções administrativas, que serão responsáveis pela administração e funcionamento dos serviços da Assembleia e pelo apoio à actividade parlamentar - plenário, comissões, deputados e grupos parlamentares - libertando o Presidente da Assembleia e a própria Mesa de muitas das funções administrativas rotineiras que os ocupavam desnecessariamente.

Este aumento da estrutura desta Assembleia é modesto e não representa mais do que a estrutura de uma média direcção de serviços do Governo Regional. É, por isso, uma

solução que, não sendo a ideal, é equilibrada e sensata e representa um avanço na dotação das estruturas e dos meios que permitam à Assembleia Legislativa Regional melhorar o seu trabalho, em prol dos Açores e dos Açorianos, dignificando a democracia e reforçando a Autonomia dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Pinto.

Deputado Guilherme Pinto (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

A revisão da Lei Orgânica da Assembleia que agora estamos a debater, resulta da desadequação da actual orgânica que data de 1989, face à realidade actual, designadamente em resultado do esforço de competências desta Assembleia e do aumento de actividade parlamentar.

Resulta igualmente da desadequação face à introdução de novas tecnologias, nomeadamente na área da informática e dos meios audiovisuais. Reflecte também, a necessidade por todos nós sentida de dar maior visibilidade e dignidade à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, designadamente nos aspectos protocolares e de divulgação das actividades desenvolvidas.

Foi também sentida a necessidade de se proceder à sistematização da legislação existente, dado que ao longo dos últimos anos foram surgindo outros diplomas avulsos, o que levou a que actualmente a Orgânica dos serviços desta Assembleia, se encontre dispersa por sete diploma legais. Por outro lado, a revisão do documento agora em apreciação, vem proporcionar a melhoria da qualificação dos quadros desta Assembleia, sobretudo na área do apoio técnico, o que conduziu à criação de um conjunto de vagas de técnicos superiores. Dá também resposta à necessidade, há muito detectada, da criação de chefias intermédias, para colmatar as evidentes carências que se constatam ao nível da

coordenação dos grupos de pessoal administrativo e auxiliar.

Este processo foi iniciado há dois anos por um grupo de trabalho, nomeado pela Mesa de então, que depois de ouvidos todos os trabalhadores e respectiva Comissão, apresentou um documento, contendo um conjunto de propostas de alteração. Após esta data outros contributos surgiram, quer por parte dos diversos partidos, quer da Comissão de Trabalhadores, o que culminou com a entrada na Mesa do Projecto de Decreto Legislativo Regional que agora estamos a debater e que foi subscrito por todos os partidos com assento parlamentar.

Do profícuo trabalho realizado em Comissão em que prevaleceu a permanente busca de soluções consensuais, resultaram alguns aperfeiçoamentos que deram origem à proposta de texto de substituição que se encontra anexa ao respectivo relatório, aprovado por unanimidade.

Porque este processo é dinâmico, surgiu posteriormente a necessidade de se proceder a alguns pequenos ajustes e correcções constantes das propostas de alteração já entregues na Mesa e subscritas por todos os partidos.

Pelos motivos expostos, este Projecto de Decreto Legislativo Regional “Orgânica dos Serviços da ALRA”, vai merecer o voto favorável da bancada do Partido Socialista.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos a analisar um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a Orgânica da ALRA.

Trata-se de uma matéria que tem importância para todo o trabalho que todos os dias desenvolvemos aqui.

Trata-se, por outro lado, de um documento que, face à necessidade de ser reformulado, já vinha desde há alguns anos a ser objecto de estudo.

Houve, inclusivamente, trabalho feito no decorrer dos últimos anos, no sentido de se encontrar solução para a orgânica da Assembleia. No entanto, não houve a possibilidade, senão agora, de trazer finalmente ao plenário um documento que - estamos convencidos - poderá ser perfeitamente aceite por todas as bancadas desta

Casa, porque em matérias como esta, que no fundo têm a ver com o nosso trabalho do dia-a-dia, têm a ver com todos aqueles que prestam serviço nesta instituição, consideramos ser fundamental que exista um entendimento perfeito entre os diversos deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Por outro lado, gostaria de realçar o facto de ter havido, no evoluir de toda esta situação, uma constante audição e contacto daqueles a quem muito interessa também esta legislação, ou seja, aos trabalhadores desta Casa.

Estamos convictos de que o diploma ora presente, pode ser também perfeitamente aceite por todos aqueles que desempenham a sua actividade profissional nesta Casa. Este é um aspecto que quero realçar e que para nós também tem muita importância.

Resta-me, ainda, lembrar que este documento acaba por ser o ordenamento jurídico de um conjunto de normas que aqui nos últimos anos têm-se visto dispersas por diversos diplomas, sucessivamente aprovados nesta Assembleia.

Por isso mesmo, o facto de agora conseguirmos englobar num único documento tudo aquilo que interessa ao funcionamento e à orgânica desta Casa, constitui factor muito positivo e é importante que assim seja.

Por outro lado também, alguns aperfeiçoamentos conseguidos relativamente ao documento que saiu da Comissão, foram analisados por todos e acabaram por gerar consenso.

Trata-se de aspectos que queremos realçar e que nos levam ao término de um trabalho que demorou muito tempo, mas que acabou por ser muito positivo e acaba por sair daqui com a anuência de todos.

Assim sendo, e por todas estas razões, vamos dar o nosso voto favorável a este Projecto, quer na generalidade quer na especialidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O diploma ora em discussão, tal como já foi referido pelos que me antecederam, é na verdade fruto de um profícuo trabalho que se numa primeira observação se pode entender que demorou tempo demais, pelo resultado final atingido e na óptica do Partido Popular, valeu a pena.

Estas alterações, algumas de estrutura e de grande significado, não são fáceis de obter sem que daí resulte um processo de aproximações sucessivas.

É bom ter presente que, praticamente desde o início desta Legislatura, nomeadamente a anterior Mesa, desencadeou um processo que de facto visava uma modificação estrutural na organização desta Casa.

Gostaria de referir que para além dos contributos sucessivos de documentos e participações dos deputados da Comissão, de quem previamente elaborou projectos que visavam essa alteração, o contributo dado pela comissão de trabalhadores da ALRA, foi inegavelmente um contributo decisivo para que chegássemos à solução que foi por todos encontrada.

Por conseguinte, na nossa óptica, o consenso gerado e possível de atingir sobre um conjunto de matérias, só por si, justifica o empenho que - repito - desde quem "lançou a primeira pedra" nesta revisão, àqueles que hoje estão aqui a dar a aprovação final a este documento, penso que valeu a pena.

Assim sendo, o Partido Popular vai dar - com entusiasmo e com empenho - a sua aprovação a esta orgânica.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vou pôr à votação o diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de DLR sobre a "Orgânica dos Serviços da ALRA", mantenham-se como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Tendo em conta a dimensão deste diploma, e se não há de novo objecções, eu seguiria a metodologia anteriormente adoptada para o anterior diploma, ou seja, faremos a discussão na especialidade dos artigos para os quais há propostas de alteração, votando em conjunto a proposta que vem da Comissão, assinada por todas as bancadas parlamentares.

Passamos então ao Artº 2º.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, podemos então considerar que uma vez feita a aprovação na generalidade, o texto de substituição proposto pela Comissão servirá de base à discussão na generalidade?

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado.

Peço desculpa se não fui suficientemente claro.

Portanto, vamos trabalhar com o texto da Comissão e vamos seguir a metodologia de há pouco, isto é, vamos discutir na especialidade as propostas de alteração e depois faremos a votação dos restantes artigos.

Assim sendo, passamos então ao Artº 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Artº 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artº 8º.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A alteração proposta merece obviamente a nossa aprovação, uma vez que importa clarificar que poderes podem ser delegados, dado que existem alguns de natureza política que não poderão sê-lo num funcionário da administração. Daí que, embora se pudesse inferir que assim seria, foi entendido clarificar este aspecto, ficando expressa em lei essa disposição.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar o Artº 8º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 8º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº 18º.

Está aberta a discussão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 18º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº. 22º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 22º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº 27º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 27º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artº 45º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A alteração proposta ao Artº 45º, justifica-se - em nosso entender - dado que no texto original vinha referida a atribuição aos funcionários do quadro da Assembleia. Sucede que poderão existir nesta Casa - será o caso de estagiários - trabalhadores que sendo designados **agentes**, porque serão recrutados em regime de contrato administrativo de provimento, terão os direitos dos trabalhadores do quadro, excepto o vínculo, porque não têm a posse.

Daí esta alteração, para salvaguardar uma questão que inclusivamente é de natureza legal.

Muito obrigado.

Presidente: Passamos à votação do Artº. 45º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 45º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação do Artº 47º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 47º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação do Artº 48º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artº 48º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação dos restantes artigos, bem como o corpo daqueles que agora alterámos.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os restantes artigos, bem como o corpo dos que foram alterados, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao Anexo, para o qual há uma proposta subscrita por todos as bancadas parlamentares.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Anexo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que na globalidade concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado na globalidade por unanimidade.

Presidente: Baixa à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para redacção final do diploma.

Srs. Deputados, vamos fazer um pequeno intervalo de 15 minutos.

(Eram 17 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa atenção para o reinício dos nossos trabalhos.

(Eram 18:00 horas)

Presidente: O ponto seguinte, refere-se a um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, da Representação Parlamentar do PCP, relativo à "Comparticipação Financeira dos Pescadores do Atum".

Para proceder à apresentação do diploma, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedimos a urgência desta Proposta de Resolução, no sentido de que a mesma possa ser objecto de análise ainda neste plenário, pois trata-se de uma matéria cuja eficácia só terá resultado, se for agora apreciada.

No fundo, entendemos que é necessário ter em atenção a baixa nas capturas dos tunídeos por parte dos pescadores que exerceram a sua actividade entre Abril e Novembro de 1999.

Essa má safra, teve como consequência o abaixamento dos proventos recebidos pelos pescadores nessa época, sendo por isso nosso entendimento que deveria haver uma compensação para aqueles que efectivamente tiveram rendimentos que, nalguns casos, são de cerca de 200 contos, ou à volta disso, durante toda a safra que - como já referi - vai de Abril até Novembro.

Por isso, e como já referi no início desta minha intervenção, é que este processo deve ser analisado agora, uma vez que já terminou a safra e estamos em época de inverno e é urgente fazer esta análise.

Quanto à matéria propriamente dita, caso a urgência seja aprovada, havemos de discuti-la na altura própria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata vai votar favoravelmente este Pedido de Urgência, na medida em que a situação é crítica, com consequências a curto, médio e longo prazo, por um lado, e por outro lado começam agora os próprios armadores a prepararem-se para constituir as suas companhias, começando já a ressentir-se de alguma falta de atractividade que os potenciais pescadores sentem para ir para o mar, face ao passado recente e das receitas que existiram nas últimas safras.

É também este o momento adequado, porque já estão definidos os resultados da safra de 99, portanto a discussão deste problema não poderia ser nem mais cedo nem mais tarde.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Partido Popular vai votar favoravelmente este Pedido de Urgência, também pelas razões já aqui apontadas pelos Srs. Deputados que me

antecederam, pois realmente o mês de Janeiro está quase a acabar, vem aí o início da próxima safra e esta é uma questão que vai ter que ficar resolvida antes disso.

Quanto à matéria propriamente dita, reservo-me para a sua discussão específica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já foram aduzidas as razões que sustentam este diploma, por isso gostaria apenas de dizer, em nome do Grupo Parlamentar do PS, que vamos votar favoravelmente o Pedido de Dispensa de Exame em Comissão.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções, vou pôr à votação este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então à discussão do diploma em si, isto é, da Proposta de Resolução relativa à "Captura de Tunídeos".

Para fazer a apresentação do mesmo tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A captura de tunídeos é reconhecidamente uma actividade económica muito importante e normalmente através desta actividade, muitos são os rendimentos conseguidos por aqueles que se dedicam à pesca do atum.

No entanto, temos também consciência de que as más safras não só prejudicam gravemente aqueles que trabalham neste sector, como poderão ser um desincentivo no futuro a um desenvolvimento normal desta actividade e, inclusivamente, para que novos indivíduos possam aderir à mesma.

Acontece que no ano de 1998 já houve uma redução acentuada de rendimentos para os pescadores do atum.

Em 1999 estas capturas foram anormalmente baixas.

Não se pode esperar que da parte dos armadores exista mais do que aquilo que foi acordado e contratado, tendo já sido cumprido à medida que as contabilidades vão sendo executadas.

Tal como já referi, o período normal de trabalho é de Abril a Novembro, de modo que muitas das empresas já encerraram e inclusivamente já fizeram pagamentos aos que se dedicam a esta actividade.

O que se passa é que relativamente à safra de Abril a Novembro, há pescadores que têm rendimentos de apenas 200 contos, o que é francamente baixo.

De um modo geral, há quem diga que mesmo aqueles que ganharam mais por safra, é manifestamente baixo, aliás até os próprios sindicatos dessa área apontam como rendimento máximo aproximadamente 750 contos, o que de facto é baixo.

Por isso mesmo, entendemos que estes pescadores têm que ser extraordinariamente compensados pela má safra de 1999 e para isso, propomos que sejam estudadas e instituídas as formas extraordinárias de fazer a compensação financeira pelo mau rendimento verificado no ano passado.

Propomos também que os mecanismos de compensação sejam vistos pelo Governo com muita urgência, na sequência da resolução desta situação que realmente é, em nosso entender, necessária ser reposta e premente.

Por outro lado, como também já foi aqui referido, o facto de se compensar extraordinariamente pela má safra de 99 os pescadores, irá permitir que possa haver alguma confiança para aqueles que têm exercido esta actividade até agora o continuem a fazer no futuro e para que, inclusivamente, seja um estímulo para o aparecimento de novas pessoas para esta pesca que é característica e tradicional da nossa Região, desde há longo tempo.

Assim sendo, entendemos que é absolutamente justo aquilo que propusemos e estamos agora a analisar.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No início desta semana, recebemos do Sindicato de Pescadores do ex-distrito da Horta um documento acerca da atribuição de ajuda financeira aos profissionais da pesca do atum.

Temos agora em cima da mesa, uma Proposta de Resolução da Representação Parlamentar do PCP, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, que trata da mesma matéria, recomendando ao Governo que nela intervenha.

Aproveito, no entanto, esta oportunidade para trazer à colação algumas questões que envolvem este assunto e que julgo merecerem, neste caso, aprofundamento e debate.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

No início desta semana recebemos do Sindicato dos Pescadores do ex-Distrito da Horta um documento acerca da atribuição de ajuda financeira aos profissionais da pesca do atum.

Temos agora em cima da mesa uma proposta de Resolução da Representação Parlamentar do P.C.P. que, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, trata da mesma matéria, recomendando ao Governo que nela intervenha.

Aproveito, no entanto, para trazer nesta altura à colação algumas questões que envolvem este assunto e que julgo merecerem aprofundamento e debate.

Com uma enorme Zona Económica Exclusiva, fracamente explorada, no mar e na pesca, continuam a residir grandes oportunidades de desenvolvimento.

Do potencial à concretização prática de angariação de rendimentos por via de um melhor aproveitamento da Zona Económica Exclusiva, vai ainda uma grande distância só ultrapassável se existirem investimentos crescentes em investigação, infraestruturas, formação profissional e fiscalização.

No entanto, se este caminho ainda é longo particularmente para a chamada pesca de fundo, no que toca aos tunideos já existe experiência e investimentos vários.

Sendo certo que os mercados condicionam todo e qualquer produto, é também certo que a propensão para a procura das conservas açorianas é grande por via de promoção externa efectuada e da qualidade intrínseca do nosso produto.

Há contudo um desequilíbrio neste sector na medida em que estando a marca "Açores" bem implantada nos mercados internacionais, a capacidade industrial instalada ultrapassa largamente as safras que temos vindo a presenciar nos últimos anos.

Acontece ainda que, cada vez mais, as indústrias competem na aquisição de tunideos com os compradores em lota, pois que aqui se obtêm melhores preços para o pescado, especialmente em função da qualidade apresentada pelo peixe em fresco.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

A safra de 1999 foi a pior dos últimos quinze anos, representando cerca de metade da de 98, que, entretanto, já foi má.

Acontece que o ponto crítico da fileira do atum não está só na sorte das safras, mas nos pescadores que são o verdadeiro eixo onde roda todo o circuito.

Sem pescadores não se captura peixe;

Sem pescadores os armadores não têm companhas;

Sem pescadores as fábricas não laboram;

Sem pescadores os Açores não exportam conservas "Qualitá Azorre".

Com mais de quinhentos pescadores de atum, cerca de metade apenas são Açorianos, na sua grande maioria Picoenses.

De facto é na ilha do Pico que reside a maior tradição na pesca e transformação do atum, tradição esta já vincada em terras longínquas como San Diego da Califórnia onde os Picoenses têm uma fortíssima presença nesta actividade.

Quem conhece com proximidade esta questão, nomeadamente no Pico, sabe que toda a actividade económica da Ilha se ressentem da crise do atum.

No entanto, o problema não se resume ao Pico ou a umas escassas dezenas de pessoas. Partindo de indicadores conhecidos, por cada pescador de atum, geram-se cerca de seis postos de trabalho a montante e a jusante da pesca em si, o que significará que na Região cerca de 3.000 famílias poderão estar ligadas a este sector, o que acresce acuidade a esta problemática, face à nossa dimensão.

Será superlativo somar explicações às vantagens sociais e económicas de mantermos o maior número de pescadores açoreanos nesta actividade, até porque os de outras paragens que para cá se têm deslocado para pescar já começaram a questionar a sua opção, por via dos baixos rendimentos, consequência de safras demasiado pequenas.

Desde as nossas pequenas comunidades, à economia da região e às actividades dos industriais e armadores é crucial manter e aumentar a quantidade de pescadores açorianos.

Os investimentos dos industriais, dos armadores e de entidades públicas dependem da capacidade de atracção que o sector oferece aos pescadores.

É certo que estes investimentos, a formação profissional, a investigação e a fiscalização são importantes para acrescentar valor e qualidade ao produto global do sector. Contudo, tudo isso é adjectivo face à substantividade do problema que se centra na existência de pescadores.

A atracção e rejuvenescimento dos pescadores passa pela sua "natural escola" que é a pesca local que tem de ser defendida, mas passa, especialmente, pela dignificação da sua profissão e em primeira mão pelos rendimentos.

É decisivo pois garantir um rendimento condigno, que minimize o risco de passar mais de meio ano no mar, não arrecadando no fim com que sustentar a família.

Sendo certo que já estão assegurados rendimentos mínimos através de legislação nacional recente e através de contratos estabelecidos em 96 entre armadores e sindicatos, não é suficientemente aliciante passar meses no mar, longe das famílias, sem horas de descanso, para arrecadar o salário mínimo nacional, subsídio de férias e duodécimos do subsídio de Natal pelo período do contrato que normalmente é de 6 a 8 meses, até porque em terra existem opções de trabalho melhor remuneradas e menos exigentes.

Os sindicatos já vêm apelando para a solução deste problema há algum tempo.

De 95 a 97 já foi inclusivamente instituído pelo Governo um subsídio para fracos rendimentos na sequência de mau tempo.

Por outro lado sabe-se que há pescadores no Continente Português a receber 130 contos por mês por via da quebra do acordo de pescas com Marrocos.

Assim, o que se deve reflectir neste momento - e com uma visão de futuro - são as formas de assegurar um tecto mínimo mensal para a safra de atum.

A proposta de Resolução do PCP que estamos a discutir e o documento do sindicato dos pescadores indicam uma fórmula de resolução do problema para a safra de 99.

No entanto, deve o problema ser visto de uma forma sustentada, de modo a que a segurança se instale e os jovens e os menos jovens se sintam com vontade de embarcar nos nossos atuneiros. Ao Governo cabe a responsabilidade de encontrar uma fórmula que, não sobracarregando mais os armadores (que também sofrem com

as más safras), garanta que, ao salário mínimo já existente, se junte a garantia de que, por cada mês no mar, cada pescador arrecade, pelo menos, no dizer dos sindicatos cem mil escudos, que deverão ser repartidos pelo eventual produto das soldadas e por um fundo público que cubra a diferença.

Note-se que este seria um encargo pequeno e altamente reprodutivo para os dinheiros públicos, não só no curto, como no médio e longo prazo.

Numa altura em que se tenta, através do Rendimento Mínimo, dar dignidade e condições de sobrevivência a certas franjas excluídas da nossa sociedade, faz cada vez mais sentido criar um sistema para que, quem anda no mar anos após anos, possa fazê-lo e se sinta atraído para o fazer, com a garantia de que o seu esforço e da sua família, será compensado, até porque de tal depende toda uma actividade cuja crise se faz sentir desde os agregados familiares, aos industriais e operários do sector, até aos comerciantes e economia das nossas Ilhas em geral.

Disse

(Aplausos dos deputados da bancada do PSD e do Deputado Rui Pedro Ávila)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A frota atuneira regional e o sector empresarial a ela associado, enfrenta na próxima década desafios que nunca conheceu.

De facto, ao contrário do que já hoje se discutiu nesta Casa em relação às quotas leiteiras, neste sector da pesca do atum, nomeadamente para algumas espécies com maior valor comercial, vamos enfrentar o estabelecimento de um regime de quotas similar ao que existe para o sector leiteiro.

Esse estabelecimento do regime de quotas para as espécies com maior valor comercial, será tanto melhor quanto o nível de capturas que a frota regional conseguir atingir nos próximos anos.

Esta é uma preocupação do Governo e das associações empresariais ligadas ao sector.

Segundo creio, há neste momento medidas concertadas, por forma a melhorar a operacionalidade da frota nos próximos anos, com vista a aumentar as capturas.

Há, contudo, uma situação que constrange sobremaneira a operacionalidade das nossas embarcações, ou seja, o facto de lidarmos, ano após ano e cada vez mais, com o problema de falta de mão-de-obra especializada para este sector.

Eu comecei a trabalhar neste ramo - se isto servir para esclarecer alguns Srs. Deputados - em 1989 e, nessa altura, recrutava-se apenas 20% das tripulações.

Na safra de 1999, dez anos depois, este número cifrou-se em cerca de 60%.

Mas se fosse fácil continuarmos a importar tripulações, o nosso assunto estava resolvido. O problema é que também essas tripulações que vinham essencialmente da Madeira e de Cabo Verde para o nosso arquipélago, começaram a ter nas suas terras de origem condições de emprego e de remunerações que não lhes desperta o interesse por essa "emigração" temporária para os Açores.

O caso concreto da safra de 1999, dá-nos um exemplo bem claro disso mesmo. Ou seja, com o incremento do sector da construção civil na Região Autónoma da Madeira, chegámos àquilo que seria o pico da safra do atum nos Açores, e muitos desses pescadores que vinham de fora para aqui, porque tinham condições de trabalho do tipo de ganhar 6 e 7 contos/dia na Madeira, abandonaram as embarcações e regressaram à sua terra de origem.

Tive informação ontem ao fim da tarde que grande parte das embarcações açorianas que tradicionalmente, de há uns anos a esta parte, armam nos portos do Machico e do Caniçal, ainda não têm as suas companhas completas. De resto, um caso sui generis, porque há uns anos atrás, ainda antes do ano novo, já esses contratos estavam pelo menos "de boca" afiançados.

Há realmente uma necessidade de criar incentivos e meios de atracção para o sector de jovens, e não só, que se queiram dedicar à arte da pesca do atum de "salto e vara" que, cada vez mais, acreditamos, é uma das artes de pesca de maior valorização dos tunídeos para comercialização, não só para transformação e conservas, mas essencialmente para consumo em fresco.

Por outro lado, neste momento, e contrariando um pouco o que disse o Sr. Deputado Duarte Freitas, as contas da safra de 99 não estão totalmente fechadas. Falo com

autoridade de quem está a trabalhar nessa matéria, em colaboração com o Governo, porque muito embora tenha existido uma redução de capturas na ordem dos 50%, não houve uma redução de vendas nessa mesma medida. Felizmente, porque senão estaríamos todos aqui - perdoem-me a expressão - "de calças na mão", não a pedir só para os pescadores, mas também para os armadores, para os conserveiros e para toda essa gente.

Eu lembro que foi preocupação das empresas armadoras e da associação empresarial que os representa, no início da safra de 1999 - já porque em 98 tinha sido difícil recrutar tripulações, ficando de facto embarcações por armar por falta delas - negociou em Março, em plena Semana das Pescas, com a Associação de Industriais de Conservas de Peixe dos Açores, os preços a praticar para a safra do ano passado, atribuindo todo o acréscimo que foi negociado às companhias. Ou seja, houve em alguns casos um acréscimo de 1 escudo e 20 e noutro de 1 escudo e meio/quilo de peixe, nas contratações com a indústria, e esse acréscimo foi totalmente transferido para o preço a pagar aos tripulantes.

No final da safra, houve mesmo armadores que, de modo próprio - pois como devem saber o acordo colectivo de trabalho foi cumprido, isto é, aquela garantia que o acordo colectivo de trabalho previa foi satisfeita - pagaram prémios de captura a tripulações que não tinham efectivamente direito a eles, como forma de os cativar para a safra de 99.

Para terminar, até porque já falei demais, uma medida dessas pode sem dúvida trazer grandes vantagens no recrutamento de tripulações para a próxima safra.

Queira Deus que todas as tripulações matriculadas nos portos da Região, com condições de operacioanalidade, sejam armadas a tempo este ano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, vou fazer um pouco de história.

Gostaria de começar por dizer que sou do tempo em que a pesca da albacórea nos Açores, fazia-se como um ritual, isto é, por volta da véspera de Santo Cristo os pescadores procuravam as Ilhas de St^a. Maria e S. Miguel, estavam lá uns tempos e

depois iam "fazendo" as outras ilhas, até acabar nas Flores. No fim de Setembro os barcos varavam e estava a safra feita.

Houve uma evolução acentuada no sector da pesca do atum, um renovação de frota - como todos nós sabemos - houve uma modificação de mentalidade de alguma maneira. Tivemos aqui a pescar traineiras do País Basco e, a partir dessa presença, as nossas traineiras começaram a ir para o mar mais cedo e a sair do mar mais tarde.

Apesar desse esforço, nós consideramos e constatamos que, num passado recente, tem vindo a diminuir o poder de capturar, ou seja, tem vindo a diminuir a possibilidade de obter boas capturas.

Como aqui já foi dito, atendendo ao que se passa em terra, atendendo a que algumas das nossas ilhas não tem desemprego, há oferta a quem trabalha no mar que, é preciso que se perceba, nem sempre é pescador. Isto é, quer na pesca do atum, quer anteriormente na caça à baleia, muitas das pessoas que vão para o mar não são apenas pescadores; quando o barco vara eles fazem outros serviços. E como o ganho é mais aliciante, eles passaram a optar por outras profissões.

Infelizmente, nós que temos aptidão excepcional para este tipo de pesca, começámos a ver pescadores de outros lados - alguns com capacidade, outros sem qualquer capacidade - a entrarem nas nossas traineiras e a fazerem com que as capturas de alguns desses barcos sejam diminutas.

Eu não me quero alongar muito mais, mas gostaria de dizer aqui que estou deveras preocupado, aliás todos nós estamos, com o que se passa em relação à pesca do atum. Por outro lado, gostaria de referir que, neste momento, o fundamental da pesca do atum não é querermos de repente quantidades iguais às que se praticaram anteriormente ou àquelas que se perspectivaram. Está sim, fundamentalmente, como acontece em qualquer parte do mundo, em fazer melhor, em pescar melhor, em arranjar todos os meios para que as capturas sejam melhores.

Eu não posso de maneira nenhuma deixar de, nesta minha intervenção, chamar a atenção nesta Casa para o seguinte: o Governo vai atribuir um subsídio e os deputados que aprovam esse subsídio têm que interceder, forçosamente, junto dos pescadores para que mudem a sua mentalidade.

Os Bascos vieram pescar para aqui com 15 barcos, unidos numa confraria.

Os Srs. Deputados, tal como eu, sabem perfeitamente o significado de uma **confraria**, que subentende fraternidade e unidade entre todos.

Eles apanhavam o peixe e um ou dois desses barcos é que ia colocá-lo vivo no porto e os outros continuavam a pescar. Mas nós não fazemos assim. Por isso, temos que interceder junto dos pescadores.

É que andar a brincar ao jogo do "esconde-esconde" com o atum, não dá, sobretudo quando ele escasseia, por isso de modo algum podemos fazer isso.

Repito: nós não podemos permitir uma coisa dessas!

Reparem bem numa coisa, através de um exemplo: a lota é outro dos problemas, isto é, é muito mais aliciante ir à lota (e há uma lota apetecível na Região que é a de P. Delgada), onde há comprador que paga bem, para colocar o peixe.

Reparem em mais um dado que vos dou: há uma traineira chamada "Pepe Cumbreira" que apanhou 130 toneladas - é uma coisa insignificante. Ao partir a soldada, deu 930 contos, o que foi bom.

Mas porquê?

Porque vendeu na lota 720 contos de pescado, ou seja, vendeu na lota 72 toneladas, porque o peixe fica valorizado.

Agora, meus caros amigos, eu queria que os pescadores também ouvissem isto que estou a dizer com toda a sinceridade. Ou seja, nós não podemos admitir que estejam barcos 2 ou mais dias no porto de P. Delgada, com 4 ou 5 e 12 toneladas dentro e o peixe a passar lá fora.

Se de facto o atum é um peixe altamente migrador - e é! - aquele que está em determinado sítio hoje, não quer dizer que permaneça lá daqui a 3 dias.

Acho que apesar da escassez do atum que possa ter acontecido durante estes últimos anos, nós não estamos a fazer o devido aproveitamento dele.

Eu creio que não é pensável pescar atum nos próximos tempos, sem ser em união - não é possível.

Não será viável pescar atum nos próximos tempos, sem armadores e pescadores se entenderem - não é possível.

Não será possível nós termos capturas desejáveis e, sobretudo soldadas aliciantes ou ordenados bons, se não for em conjugação de esforços e de valores, isto é, se não se

permitir que uns pescam e levam o peixe, e outros ainda ficaram no mar para manter os cardumes. Só assim é que poderá haver rentabilidade, caso contrário, individualmente, nós vamos chegar - como disse o Sr. Deputado Nuno Barata - a dias difíceis, porque surgirão outras apetências, as coisas podem realmente complicar-se e nós podemos vir a ter uma grande crise de um sector que é fundamental, como todos sabem, para a nossa Região.

Relativamente à lota, pode ser que a lota da Praia da Vitória tenha de facto pujança, no sentido de atrair e facilitar mais. E aí, posso dizer que há responsabilidades por parte do Governo e de mais gente, no sentido de que a Horta também pudesse ter uma lota forte, mas aí o mercado é que vai decidir, porém é preciso ter em conta o transporte.

De qualquer maneira, esta é a minha ideia, ou seja, sim senhor, nós vamos ajudar os pescadores, mas eles também têm que ajudar a Região e têm que se deixar ajudar, mudando a sua mentalidade.

Não é mais possível nos Açores pescar sem uma união de todos, pescar sem uma conjugação de esforços, de tal maneira que enquanto uns descarregam, outros pescam e, sobretudo, não façam o jogo de escondidas com um valor substancial e fundamental para a economia destas ilhas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Eu penso que, de um ponto de vista de análise da situação geral, as intervenções feitas até aqui levantam algumas das dificuldades com que o sector se confronta. Dificuldades ao nível da capacidade de atracção de mão-de-obra, face ao dinamismo de outros sectores, porque a atracção pelo sector da construção civil não é um problema meramente madeirense, é também um problema açoriano. De facto, na construção civil paga-se melhores salários hoje em dia, do que aqueles que são auferidos no atuneiro, portanto é normal que quem trabalha, procure melhores salários. Ou seja, do ponto de vista do rendimento do trabalhador, não há aqui propriamente uma questão que tem a ver com a mobilidade de um sector para o outro.

Existe, sim, como foi muito bem posto, uma questão de manter mão-de-obra no sector, de atrair mão-de-obra para o sector e de manter a viabilidade do mesmo.

Esse é que é o problema fundamental aqui, isto é, queremos ou não queremos atrair a mão-de-obra e mantê-la no sector da pesca.

Depois existem - como muito bem colocou o Sr. Deputado Manuel Serpa - problemas dos métodos da cooperação, como por exemplo o caso das confrarias. Mas também não é só por esse facto, embora seja evidente que a cooperação é uma forma de maximizar as capturas de espécies que são migratórias.

Nós sabemos que este foi um ano de boa safra nas outras regiões.

Tivemos recentemente aqui uma conferência da CRPM. Tivemos pescadores franceses que normalmente descem e vêm pescar perto dos Açores e que tiveram uma belíssima safra este ano. Os Bascos tiveram uma belíssima safra e até os próprios irlandeses, utilizando outras artes, tiveram também uma safra extraordinária.

Em conclusão, do ponto de vista do abastecimento do mercado, ao nível mundial, houve de facto boas safras.

Nos Açores houve dificuldades, que têm a ver com métodos, com alguma escassez local que, aliás, é uma dúvida que os próprios cientistas não sabem esclarecer, porque houve atum em praticamente todos os outros sítios, só aqui é que não se pescou como se devia pescar.

Houve, por outro lado, também uma opção pelo pescado fresco que eventualmente terá criado as dificuldades do tipo que levantou o Deputado Manuel Serpa e que nós esperamos venham a ser resolvidas.

Temos, de facto, desafios importantes a colocar ao sector, em termos de métodos de trabalho, em termos de tecnologias, de capacidade de manutenção, de uma dimensão mínima viável para o sector, porque se não a tivermos, é evidente que a mais valia que hoje em dia temos iremos perdê-la. A mais valia da nossa indústria, foi basicamente construída na laboração do atum fresco e é por isso que ele é valorizado nos mercados italianos.

A indústria não teve propriamente um problema de abastecimento, sobretudo de abastecimento para produto no mercado interno. Tem-no para o mercado de exportação, porque é um mercado de fresco. Portanto, este ano não foi genericamente

um mau ano para a indústria, mas sim do ponto de vista do pescador propriamente dito.

No que respeita à questão em concreto aqui trazida pelo PCP, posso dizer que nós recebemos da parte do Sindicato dos Pescadores e das organizações do sector com as quais temos vindo a trabalhar, informação e pedidos de análise, que estão a ser feitos. Tenho, neste momento, aqui na minha frente uma informação que chegou anteontem, recomendando um aprofundamento desse diálogo e a constituição de um grupo de trabalho que nos permita quantificar a situação.

Por outro lado, também alerta para um condicionalismo que às vezes nós não prestamos atenção e que é o condicionalismo do regulamento comunitário.

Como sabem, a quando dos temporais de 1996, o Governo atribuiu uma compensação a determinados pescadores em certas comunidades.

Por via disso, fomos interpelados pela Comunidade, ao abrigo do Artº 92º do Tratado, ou seja, da compatibilidade desse apoio com o regime das ajudas de estado.

É algo que nós estamos a estudar, porque é evidente que temos que procurar funcionar dentro das regras que existem.

Da parte do Governo, existe disponibilidade, como aliás temos vindo a manifestar junto das organizações, no sentido de trabalharmos para termos rapidamente informação suficiente que nos permita tomar uma decisão.

Era só isto que eu tinha para dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas algumas palavras para esclarecer algumas dúvidas, nomeadamente no que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Manuel Serpa.

Eu concordo com a sua intervenção, concordo que haja uma diferença de mentalidades nos pescadores que pescam com a arte do "salto e vara" nos Açores e os outros que, com a mesma arte, pescam noutras regiões da Europa. Mas não posso deixar passar esta oportunidade sem dizer que, felizmente, de há 4 anos a esta parte, pelo menos, há um acelerar desta mudança de mentalidades. Ou seja, os armadores fizeram um grande esforço para se entenderem com as suas companhas e porque

também houve esse papel pedagógico dos nossos amigos Bascos, que vieram cá ensinar "com quantos paus se faz uma canoa".

Lembro, porém, que quando estão a pescar na sua zona de origem, são os próprios Bascos que trabalham com a mesma mentalidade que nós temos aqui.

É fácil, como já foi nos Açores no início dos anos 90, levar navios daqui para a Madeira, em regime de cooperação, a pescarem todos para o mesmo monte, e chegar aos Açores e dividir o dinheiro por todos, como os Bascos fizeram cá. Agora, o que não é fácil é fazer isso cá.

Relativamente à questão da lota de P. Delgada, essa é uma matéria que já deu "pano para mangas", mas que nunca é demais voltar a falar dela.

Eu não creio que pelo facto dos barcos terem parado no porto de P. Delgada por 3 e por 4 dias, e às vezes por 5 dias embora raramente, para efectuarem as vendas em fresco, tentando assim obter um valor mais elevado por quilo de pescado, e vamos aqui falar em ordens de grandeza, para se perceber que um quilo de pescado naquela lota rende entre os 500 e os 600 escudos, enquanto que a mesma espécie vendida à indústria de conservas, rende 120 escudos - sejamos razoáveis - ninguém que tenha um mínimo de bom senso manda um navio descarregar 6 ou 7 toneladas para a fábrica, se as pode vender na lota naqueles mesmos dias.

Há outra situação que deve ser lembrada e que não foi explicada tão pouco pelos cientistas, ou seja, principalmente o cardume de atum patudo - "o big eye" - que passou pelos Açores, desde o início até ao fim da safra, que entrou - como o Sr. Deputado bem diz - pelas festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres, em Maio, pelo sul de St^a. Maria e que saiu no mês de Julho pelo norte das Flores, foi sempre o mesmo cardume. E todos os navios andaram a massacrar aquele cardume, tendo-se acabado quase por trabalhar à força num regime de cooperação, porque um determinado navio chegava junto do cardume, os que lá estavam fugiam e vinham a terra descarregar porque entretanto a lota estava vazia, ficando lá outros a aguentá-lo, seguindo-o desde o sul de St^a. Maria até ao norte das Flores.

Houve outros navios que tentaram a sua sorte e foram mais a norte até encontrar outros cardumes, mais não fazendo do que gastar combustível que é o custo mais caro na exploração duma embarcação atuneira.

A lota de P. Delgada fica também atrofiada e engarrafada, porque como todos sabemos, a entrada em funcionamento da Sata Internacional retirou, em início de safra, uma fatia grande de disponibilidade de carga aérea para escoamento dos Açores para o continente português que é o nosso principal mercado de destino - para que se fique sabendo, Lisboa, Madrid e Tóquio são os nossos três mercados tradicionais - o que levou, em boa hora, a um incremento das vendas no porto da Praia da Vitória, porque tem melhores condições que o porto de P. Delgada. Todos nós sabemos que dos portos de pesca nos Açores, o maior e ao mesmo tempo o pior em termos de condições de operacionalidade, é o porto de pesca de P. Delgada. Aliás, se lhe conseguirem chamar "porto de pesca", porque ele não é nada disso, é uma "coisa" que está para ali e agente vai usando e vai-se safando.

O que me leva a pensar que o facto de haver espaço e disponibilidade de carga aérea no aeroporto das Lajes, facilitou bastante a operação na lota da Praia. Contudo, os preços que foram atingidos na lota da Praia, não são equiparáveis aos preços atingidos na lota de P. Delgada, nem mesmo na lota da Horta, onde este ano também foram vendidas algumas e boas quantidades de pescado. Aliás, o comprador que esteve a operar ao longo de toda a safra no porto da Praia, foi sempre o mesmo e todos nós sabemos que quando não há concorrência, o preço nem sempre é o melhor, chegando mesmo no final da safra, ao preço da venda na lota já ser previamente contratado, isto é, a lota era feita só por simples acto administrativo, porque o armador antes de mandar o navio para a Praia, já combinava com o comprador a quantidade que ia levar, o que é que ia descarregar e a que preço ia ser vendido.

Era apenas estes esclarecimentos que eu queria dar, para que a Câmara fique melhor informada, porque infelizmente é raro termos oportunidade de falar nestas matérias que, como sabem, são-me muito caras.

Muito obrigado.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Era só para complementar alguma informação, nomeadamente sobre a questão do funcionamento das lotas.

Por exemplo, na próxima safra, do ponto de vista físico, nós teremos instalações novas a funcionar na Praia da Vitória que já estão preparadas para isso, também já existe um projecto de lota nova para a Horta que já está adjudicado, existe um outro projecto de lota nova e que já foi apresentado o ano passado para a Madalena. Existe também um projecto de uma lota nova para o saco do porto de P. Delgada. Portanto, do ponto de vista físico, os investimentos estão a fazer-se.

Porém, o que aqui foi dito é exactamente a verdade, ou seja, não basta as infraestruturas físicas. É necessário que haja um mercado a funcionar. E o mercado tem-se vindo a concentrar cada vez mais em P. Delgada.

Portanto, por muito que se evolua, as estruturas não aguentam, precisamente porque o movimento de concentração tem sido muito rápido, porque o mercado funciona melhor ali, porque do ponto de vista do escoamento, se calhar seria mais racional desviar algum deste pescado para a lota da Praia da Vitória, que tem estruturas novas para aguentar e proporcionar melhor serviço. Só que o mercado não funciona sem os compradores. Não bastam somente as estruturas físicas e os armadores, como é evidente e normal, tentam encontrar os melhores rendimentos que estão onde o mercado funciona e onde há vários operadores a trabalhar.

Esta é uma característica que tem-se vindo a acentuar, não só no que respeita ao mercado de atum em fresco, mas também às outras espécies. É o que justifica, por exemplo, os grandes aumentos de preço nas outras espécies que são acima do valor da inflação e que têm proporcionado bons rendimentos no sector da pesca.

Esperemos que no futuro este funcionamento do mercado continue a desenvolver-se e que seja mais eficiente, permitindo-nos sustentar melhor e garantir melhores rendimentos a todos os que investem e aos que trabalham no sector.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que diz respeito a um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre uma Proposta de Resolução que "encarrega a Comissão de Economia de estudar as condições técnicas do espaço aéreo e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago".

Para apresentar o Pedido de Urgência tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta Proposta de Resolução do Partido Popular que tem como objecto encarregar a Comissão de Economia desta Assembleia, de apresentar um relatório sobre as condições técnicas de segurança do espaço aéreo açoriano e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago, bem assim das condições de operacionalidade, em nosso entender é uma matéria que está na ordem do dia e ocupa relevância junto da opinião pública dos Açores. E, por isso, para que o objectivo aqui traçado possa vir a ser atingido, importa que a tarefa a incumbir à Comissão de Economia tenha lugar em tempo útil, atendendo ao facto de estarmos também no último ano da presente legislatura.

Entendemos, portanto, que a urgência é óbvia e a dispensa de exame em Comissão também o é, na medida em que o que visa de facto é atribuir uma tarefa a uma das comissões desta Assembleia.

Por conseguinte, entendemos que há condições para esta Proposta ser apreciada nesta Sessão.

Presidente: Está aberta a discussão sobre este Pedido de Urgência.

Não havendo intervenções, vou pô-lo à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por maioria com 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa abstenção significa apenas que antes da análise da discussão e outra posição quanto ao conteúdo da Proposta de Resolução, reservaremos a nossa posição definitiva para a discussão propriamente dita.

Muito obrigado.

Presidente: Passamos então à discussão da Resolução.

Para proceder à sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O trágico acidente aéreo da SATA - Air Açores, ocorrido no passado mês de Dezembro de 1999, levantou na população suspeitas sobre os meios de segurança de voo no espaço aéreo dos Açores e sobre a segurança dos próprios aeroportos e aeródromos.

O acidente ocasionou também, por parte de técnicos e organizações ligadas à navegação aérea, algumas reacções que, se não puseram em causa a segurança dos aeroportos regionais, pelo menos confirmaram a falta de boas condições de operacionalidade na generalidade dos aeroportos e aeródromos dos Açores.

Percebeu-se então que essas críticas não terão sido mais violentas, dada a conjuntura emocional que compreensivelmente se vivia na Região Autónoma dos Açores.

Perante o ambiente de suspeição que se criou, importa que esta Assembleia, que representa o povo dos Açores, não permanência à margem de tema tão crucial e que, sem dramatismos, nem alarmismos escusados e imprudentes, de forma fria e racional, tenha acesso a todos os elementos sobre as condições técnicas de operacionalidade do espaço aéreo açoriano e de todos os aeroportos e aeródromos regionais e que se apurem as respectivas condições de segurança.

Não pode estar em causa, ou sequer sobre suspeita, a salvaguarda de vidas humanas e a segurança dos meios aéreos, numa Região onde a deslocação por avião não pode ser dispensada.

Acresce que as condições de operacionalidade e de segurança do transporte aéreo assumem também uma importância fundamental para prosseguir, com êxito, uma política de turismo, quer externo, quer mesmo interno, que, de há longa data, constitui um dos objectivos para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Aliás, a primeira medida de política do Programa de Governo, no sector dos transportes e comunicações, aponta para a modernização das infraestruturas aeroportuárias, com vista a melhorar a respectiva operacionalidade.

O Plano para o ano 2000, no capítulo de transportes aéreos, inclui nas principais linhas de força da política a adoptar no sector, a melhoria das infraestruturas aeroportuárias, definindo-se como objectivo final a melhoria de acessibilidade entre todas as ilhas do arquipélago, cuja concretização se consubstancia em apoiar e promover a introdução de melhorias nos aeroportos e aeródromos da Região.

Assim, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Popular, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 23.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, propõem que a Assembleia Legislativa aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve encarregar a Comissão especializada permanente de Economia, competente em matéria de transportes, de ouvir para tanto as entidades públicas ou privadas com competência na área dos transportes aéreos e de apresentar um relatório, contendo todos os elementos necessários à apreciação das condições técnicas de segurança do espaço aéreo dos Açores e dos aeroportos e aeródromos do arquipélago e bem assim sobre as respectivas condições de operacionalidade, habilitando deste modo o Plenário do Parlamento açoriano, se for caso disso, para tomar as medidas que forem julgadas necessárias e úteis.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de afirmar em nome da bancada do PS que nós comungamos desse mesmo objectivo e dessa vantagem para esta Assembleia se inteirar das circunstâncias que vivemos recentemente e das condições de

operacionalidade e de segurança e demais aspectos relacionados com o funcionamento do transporte aéreo na nossa Região.

Duvidamos, porém, de duas coisas.

A primeira é que esta discussão a propósito de um acidente que nada teve a ver com condições de segurança nos aeroportos, prolonga aquilo que nos pareceu um **vício infeliz** e que criou mais preocupações e mais receios que o próprio acidente, prolongando essa tônica e esse tom em que foram feitas as discussões em determinada comunicação social e que levaram a aumentar alguns desses debates que pareceram até ser feitos com essa intenção, ou seja, aumentar essa preocupação, esse receio, essa angústia que acontecimentos tão trágicos como esse, envolvendo perdas de vidas humanas e outros nessas condições, sempre suscitam.

É um primeiro receio que temos, é um primeiro aspecto que queríamos alertar. E esse aspecto de **urgência** que está aqui a ser dado a esta questão, também pode inscrever-se nesse pânico difuso que suscita na sociedade, porque não se sabe bem quem é que tem razão, as discussões são feitas a um nível muito inadequado, muito imperfeito, muito incompleto, sem qualquer conclusão, em que as pessoas por vezes não chegam a dizer tudo o que sabem e aquelas que não sabem, e que se apresentam nesses debates, não sabem e pretendem à viva força demonstrar que determinadas coisas são um drama, como seja não se ir para a Graciosa de avião à noite - como eu vi num desses debates.

Se não houver aparelhos especiais de aproximação, não se poderá operar com condições de segurança, o que nem sempre - como sabemos - é verdade.

Este é um primeiro aspecto que nos suscita algumas dúvidas, mas a situação está criada e há que enfrentá-la, mesmo que esta tônica seja de lamentar.

Há um outro aspecto sobre o qual duvidamos que aquilo que é pedido seja efectivamente a melhor forma desta Assembleia e a Comissão chegarem ao conhecimento que pretendem.

Infelizmente não pertenço à Comissão, no entanto não sinto que tenha capacidade - não pretendendo levantar essa dúvida sobre as pessoas que lá estejam - para, mesmo numa conversa ou numa informação que me seja dada com todas as entidades públicas ou privadas, se o quiserem fazer, (e esta é já a primeira dificuldade com que

podemos contar), que depois sobre esses dados, nós numa simples Comissão, tenhamos capacidade para elaborar um relatório.

Sem pôr em dúvida a capacidade das pessoas para isso, não creio que isso seja fácil, não creio que seja seguro, que leve sobretudo às conclusões que nós desejamos chegar.

Tanto quanto eu percebo destas coisas, e é muito pouco, até não gosto de saber muito nessa área, pois é a minha defesa pessoal para viajar em segurança, elas não costumam ser feitas assim. Costumam ser pedidas análises técnicas a equipas de trabalho especializadas, que depois fornecem a informação, a análise, a investigação, às pessoas que depois fazem juízo sobre essa análise.

Ora, parece-me que pôr a Comissão a desempenhar esses dois papéis, ou seja, ter o papel de analisar, avaliar ou não tecnicamente a informação que é dada, não é o mais correcto. Pode acontecer até que ela esteja abalizada para tal, porém - e esta é a dúvida fundamental - não me parece que consiga desempenhar tal função.

Por outro lado, os pressupostos - e há aqui sempre um risco - que estão contidos nos dois primeiros parágrafos do texto, vão um pouco para além de uma determinada linha em que embora se diga que não se quer criar alarmismos, mas se eu ler com algum rigor o que aqui está dito, verificarei que está expresso que "ficou confirmada a falta de boas condições de operacionalidade na generalidade dos aeroportos e aeródromos dos Açores".

Eu suponho que esta seja uma afirmação que possivelmente não está muito bem medida a nível do peso das palavras que aqui estão.

Suponho que, tecnicamente, há razões para considerar essa afirmação muito complicada, muito perigosa e com muita necessidade de ser fundamentada. O que aqui não é feito e nós não podemos fazer, mas parece dar-se razão à suspeição, ao afirmar-se isso.

Mais ainda, faz-se uma coisa que me parece pior, ou seja, diz-se "que não se teve conhecimento da dimensão dessa inoperacionalidade, apenas em razão da conjuntura emocional que compreensivelmente se vivia na Região Autónoma dos Açores". Só por isso é que essas críticas não terão sido mais violentas.

Ora, isso é o mesmo que dizer que se por um lado não há boa operacionalidade e se não se soube que não só não era boa, mas sim má ou talvez péssima, foi para não criar alarmismos.

Portanto, houve sonegação de informação e de conhecimentos - isso está explícita ou implicitamente dito aqui. O que é uma pior forma de prolongar a tal suspeição do "será que há segurança?" "será que...", quanto à segurança. E isso é mau para quem viaja todos os dias, porque pode ficar nos tradicionais "palpos de aranha" nada confortáveis.

Em resumo, as nossas dúvidas são estas, daí a nossa abstenção quanto à urgência desta questão. Será que é urgente a Assembleia saber e trazer para outro nível aquilo que muito debate trouxe, ou seja, é urgente, não se sabe bem se.

Suponho que se transmite a tal imagem e que se prolonga a tal imagem que não se queria transmitir.

Mas a dúvida fundamental é outra.

Temos conhecimento, e o Governo poderá dar informação melhor sobre isso, que há vários estudos que foram feitos na sequência do acidente, uns pela SATA outros pelo Governo. E eu sugeria que fosse solicitado ao Governo - se quiserem por proposta de resolução, ou através de outro meio qualquer - esses estudos quando estiverem prontos, para que esta Assembleia então faça o seu juízo, mas já com os estudos técnicos feitos por quem tem capacidade de nos transmitir esse conhecimento que nós - continuo a pensar, mas se estiver enganado elucidem-me sobre isso! - dificilmente podemos ter ao nível da Comissão e muito menos ainda ao nível do plenário desta Assembleia.

Estas são, portanto, as dúvidas que o PS tem a expor sobre esta matéria e se não forem resolvidas, votaremos contra a Proposta de Resolução, porque nos parece que ela realmente não lança mão dos meios que poderiam trazer a esta Casa e o conhecimento que ela tem direito a ter.

Nós entendemos que esse conhecimento deverá chegar por outro meio que não este, que não nos parece seja eficaz nem para a Assembleia nem para a imagem que se possa vir a transmitir de um tal relatório, para o qual não temos - segundo nos parece - capacidade de o fazer.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar uma Resolução proposta pelo PP, que sugere que a Comissão de Economia desta Assembleia ouça as entidades públicas ou privadas com competência na área dos transportes aéreos, para apresentar um relatório sobre as condições técnicas e de segurança nos aeroportos regionais.

A verdade é que essa segurança dos aeroportos regionais, em particular, e dos transportes aéreos em geral, tem que estar acima de qualquer suspeita.

Depois do acidente, quer queiramos quer não, a questão foi levantada. E não foi levantada por nenhum de nós, mas sim por quem entendeu que devia fazê-lo. Assim sendo, a questão está no ar, está junto das pessoas.

Nós não podemos ignorar que isso está a acontecer e que essa questão está na ordem do dia.

Portanto, essas suspeições que foram levantadas, têm que merecer desta Assembleia alguma atenção, até para que possamos contribuir para que as pessoas sintam uma maior confiança no sistema de transportes, incluindo aqui os aeroportos.

Isso leva-nos a considerar que esta Resolução é pertinente, porque a questão está em cima da mesa e não podemos ignorá-la.

Espero bem que possamos concluir pela boa operacionalidade, mas se isso não for possível, também podemos, por essa via, ser um factor que motive a ANA, EP, e outras entidades como o Governo Regional - e parto do princípio que este estará muito mais receptivo para fazer aquilo que for necessário - para que elas façam também aquilo que deve ser feito.

Eu bem sei que há vários graus de operacionalidade e de segurança. Mas nós queremos sempre o melhor. Costuma-se até dizer que "o óptimo é inimigo do bom", mas teremos certamente na Comissão de Economia o bom senso de ouvir as pessoas, para podermos chegar a uma conclusão daquilo que é a possibilidade de operacionalidade dos nossos aeroportos, atendendo à sua dimensão e condições, para que se consiga as melhores condições na nossa Região.

Esta Assembleia não pode ter a pretensão de substituir as entidades oficiais e especializadas que estão estudando esta matéria, mas até para essas entidades, o facto de saberem que há uma comissão especializada a estudar esta questão, também é um factor de motivação, para que elas façam o seu trabalho da forma mais rápida possível e para que se consiga melhorar.

Penso que temos que ter presente que isto só pode ser entendido numa atitude construtiva, numa atitude não alarmista, numa atitude de descansar e apaziguar as pessoas, entre as quais estamos nós, que naturalmente têm algumas preocupações quanto a esta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que percebo e acredito na boa intenção que subjaz a esta Resolução, embora me pareça que alguns termos possam ser menos felizes.

A verdade é que estas questões preocupam-nos a todos e não podia o Governo Regional nem a SATA terem ficado parados, apesar deste trágico acidente.

Nessa medida, foi já feita e concluída uma inspecção do Instituto Nacional de Aviação Civil, quanto à segurança, ao modo de operacionalidade, manutenção, cargas e todos os pormenores técnicos que sinceramente me escapam, mas que têm a ver com o próprio funcionamento da empresa ao nível da navegação e segurança.

O que este relatório aponta é que os procedimentos são aqueles que devem ser seguidos. Porém, não satisfeita com isso, a SATA encomendou a uma empresa britânica da especialidade, portanto a uma entidade independente - a "Flight Safety Foundation" - um estudo sobre exactamente esta mesma questão, sobre a qual recaiu também o Instituto que referi atrás.

Por informação do Sr. Secretário Regional da Economia, esse estudo também já foi concluído e reafirma os procedimentos de elevada segurança da Companhia Aérea Açoriana.

Para além disso, e também porque sabemos que segurança e operacionalidade são coisas interligadas mas diferentes, o Governo Regional encomendou a essa mesma

empresa britânica um outro estudo que ainda não está feito e que se prende, relativamente a todos os aeroportos e aeródromos dos Açores, com uma averiguação e levantamento do material existente, ao nível de ajuda à navegação, meteorologia, comunicações com as próprias aeronaves, bem como daquilo que deveria existir, no sentido de aumentar a operacionalidade e segurança.

É também evidente que pensamos que o melhor é escolhermos uma empresa credenciada e independente para fazer esse estudo, pois só assim será possível - como dizia a Sr^a. Deputada Berta Cabral - a Região não só assumir as responsabilidades que tem nesta matéria, como inclusivamente reforçar a sua argumentação junto de outras entidades que não dependam da Região, mas que têm responsabilidades em aeroportos dos Açores.

É isso que o Governo Regional está a fazer.

Salvo o devido respeito, também não sei - e na sequência do que disse o Sr. Deputado Dionísio de Sousa - se, atendendo à tecnicidade desta matéria, uma comissão parlamentar será a forma mais eficaz de nos debruçarmos sobre este problema. Mas V. Ex^{as}. melhor do que eu sabê-lo-ão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar uma Proposta de Resolução em que se propõe que a Comissão de Economia desta Assembleia procure apresentar um relatório, bem como reunir todos os elementos necessários para apreciar as condições técnicas de segurança no nosso espaço aéreo e nos nossos aeroportos e aeródromos.

É evidente que o trágico acidente recentemente ocorrido nesta Região tem a ver com isto, pois terá sido um dos mais importantes móbeis que levou a todos nós termos presente que efectivamente há 1 mês e alguns dias, houve um acidente no nosso espaço aéreo, envolvendo um avião da nossa Região e da Companhia Aérea Regional.

Por outro lado, quer queiramos quer não, apareceram em toda a comunicação social as mais diversas suspeitas.

Eu penso que a continuidade dessas suspeitas no ar, é negativo para as pessoas, para a nossa sociedade, para os nossos agentes económicos, enfim para todos.

Por isso mesmo, consideramos ser positivo aquilo que ainda há pouco foi dito pelo Sr. Secretário, isto é, de que o Governo Regional e a SATA estão empenhados em analisar profundamente esta questão.

Porém, pensamos que também a Assembleia poderá dar o seu contributo, embora não tenha técnicos nessa área.

Quando nós verificamos, por parte dos proponentes, que encarregam a já referida Comissão de coligir todos os elementos necessários, não estamos a ver que apenas os deputados opinem sobre a matéria, porque não vão fazer isso, mas sim coligir fundamentalmente todos os elementos disponíveis e possíveis, inclusivamente através de contacto - se possível - com as entidades necessárias.

Nesse sentido, pensamos que este trabalho poderá ser positivo e um bom contributo.

É óbvio que se trata de um trabalho aturado, específico, mas poderá valer a pena e poderá ser positivo, no que diz respeito a apurar as realidades que nós temos, sem que isto implique que as outras entidades - Governo, SATA, etc. - consigam também estudos que tirem a todos quaisquer preocupações, relativamente às condições técnicas e de segurança, quer do espaço aéreo quer dos nossos aeroportos.

Por isso mesmo, porque pensamos que este contributo da Assembleia agora proposto é positivo e poderá ser importante, votaremos favoravelmente esta Proposta de Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar de julgarmos que esta matéria já está suficientemente esclarecida, gostaríamos de partilhar aqui mais duas ou três reflexões.

Desde logo, queremos referir que compreendemos grande parte das preocupações manifestadas pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, em nome da sua bancada. De resto, reconhecerão que o equilíbrio que tentámos introduzir nesta Resolução e nos seus considerandos, também visa acautelar grande parte das preocupações aqui trazidas pelo Sr. Deputado.

Desde o princípio, fomos inequívocos quanto à não utilização da figura da comissão de inquérito. E se me permitem, aí sim, se o Partido Popular tivesse enveredado por utilizar um instrumento que é nosso, ou seja, deste Parlamento, a comissão de inquérito quanto à matéria que aqui é trazida, eu teria forçosamente que reconhecer que parte das observações do Grupo Parlamentar do Partido Socialista teria razão de ser.

A saber, em duas perspectivas: quer na nossa eventual incapacidade de levar por diante um inquérito nesse domínio, tendo presente também a fase da legislatura em que nos encontramos quer, por outro lado, a responsabilidade que adquiriríamos perante o exterior e perante a opinião pública, ao desencadearmos um processo de inquérito, inclusivamente susceptível de se confundir com os outros processos de inquérito naturais e legais que decorrem desde a hora do próprio acidente.

Era isso que nós gostaríamos fosse reconhecido como primeiro elemento de equilíbrio da nossa Proposta.

Em segundo lugar - e julgo que a Sr^a. Deputada Berta Cabral já referiu em nome da bancada do PSD e o Deputado Paulo Valadão em nome do PCP - não é demais referir que não fomos nós, ilustres deputados, que trouxemos o **alarmismo**, não fomos nós que o criámos. Foram outros que o fizeram.

O nosso papel aqui e agora, é o de reagir e não permitir que o Parlamento fique alheio a uma situação que de facto nos afecta a todos.

De resto, se me permitem que relembre a intervenção do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, na nossa perspectiva, o que V. Ex^a. informou a esta Câmara, vem reforçar a vantagem desta Assembleia ter na sua Comissão Especializada de Economia um dossier de preparação, porque vai beneficiar e ter a capacidade de ouvir, de registar inclusivamente, o resultado desses estudos, pois a prova de tudo isso é que o Governo Regional sentiu agora a necessidade de encomendar estudos de especialidade sobre equipamentos de ajuda à navegação - com o devido respeito, isso mais nos ajuda!

Nós não nos vamos substituir ao Governo, não vamos encomendar estudos. Vamos, sim, na óptica do Parlamento, eu diria até no âmbito da sua obrigação, acompanhar estes problemas, em diálogo com o executivo, em diálogo com todas as entidades e,

porventura, trazer aqui da forma mais aprofundada possível, um documento que contribua para habilitar este plenário.

Mas, Srs. Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e Srs. Membros do Governo, na nossa óptica, não podemos a cada dia que acordamos - pelo menos no passado isso aconteceu com certa frequência - ouvir o Sindicato dos Pilotos dizer que os aeroportos dos Açores têm segurança, **mas não tem operacionalidade** (nós até compreendemos alguns desses aspectos). E basta os colegas Deputados de S. Jorge, do Pico e das Flores, irem ver e comecem a fazer a comparação entre a taxa de cancelamentos que ocorre e vai ocorrer nos aeródromos dessas ilhas, por exemplo, face à média de cancelamentos nos últimos anos.

A opinião pública já se apercebeu disso, por conseguinte, vamos todos - esta ou a próxima administração regional que resultar das eleições de Outubro - ter, quer queiramos quer não, como questão estrutural, como uma prioridade que não estava prevista, e como bem disse o Deputado Paulo Valadão, não fosse o trágico acidente e não estaria efectivamente prevista - dizia eu - vamos ter uma prioridade enorme ao nível da modernização e do equipamento das nossas infraestruturas aeroportuárias.

Portanto, na nossa perspectiva, o Parlamento não pode ficar fora disso. E não estamos dando nenhum contributo menos ponderado para agravar o problema, pelo contrário. Vamos eventualmente com isso, colher os elementos necessários para que o Parlamento melhore a sua informação nesse domínio.

Eu diria mais: nem estamos a criar - e acho que se notou isso em todas as intervenções - nenhuma expectativa excessiva, relativamente ao resultado e ao trabalho a exigir à Comissão de Economia. Agora, podemos e devemos colher esse conjunto de depoimentos, porque não podem vir os pilotos dizer uma coisa e depois a gente ouve o noticiário da tarde e verifica a resposta da administração da SATA a dizer outra e depois aparece o relações públicas da ANA a dizer ainda outra, afirmando que está prevista a aquisição de determinados equipamentos que demoram muito a chegar, mas que talvez dentro de um ano isso seja possível.

É isso tudo que é preciso recolher, são todos esses depoimentos e essas declarações, para nosso sossego, para nossa tranquilidade e para defesa do próprio papel do Parlamento que, de facto, nestas matérias de fundo, não pode ficar apenas confiante

nas acções que o Governo desencadeia por competência própria. E pelos vistos ainda bem que já fez algumas delas, mas nós Assembleia, também temos capacidade e competências próprias atribuídas às nossas comissões, e temos a obrigação de fazer um acompanhamento, o mais exaustivo possível, não só da actividade do Governo nesse domínio, mas também dos contributos daqueles que estão falando directamente para os açorianos e que era bom também falassem particularmente para uma comissão desta Casa.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta matéria, vamos votar a Proposta de Resolução oriunda do Partido Popular.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução do PP foi aprovada por maioria, tendo registado 23 votos a favor do PSD, 3 a favor do PP, 1 a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de acentuar nesta declaração de voto um aspecto que não foi muito frisado na discussão de há pouco. É que a Comissão vai ter que apresentar um relatório. E nós já sabemos as vicissitudes da preparação e discussão de um relatório, bem como da sua chegada até esta Assembleia.

Eu penso que se devia ter ponderado talvez um pouco mais esse aspecto e neste contratempo que por vezes tem surgido entre o nascer o relatório e a aprovação do mesmo, para não correremos um risco que poderá ser não só político, mas ter outra gravidade.

Presidente: Passemos a outro Pedido de Urgência, desta feita relativo à Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Sistema de Incentivos ao Turismo na RAA".

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pretende interpelar a Mesa?

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, se tenho bem presente, havia uma outra Proposta de Resolução.

Presidente: Sr. Deputado, eu estou a dar sequência consoante a entrada.

Portanto, a Proposta do Governo entrou no dia 18 e essa Proposta de desratização deu entrada no dia 19.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Muito bem, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Comissão de Economia reuniu para dar parecer, dada a urgência que vinha a acompanhar. E como tinha 5 dias para dar parecer - os cinco dias acabavam Terça-feira - a Comissão decidiu que a urgência, neste caso, não tinha razão de ser, uma vez que dada a natureza da matéria em causa e por não estar cá o Sr. Secretário Regional da Economia, foi deliberado não se dar parecer.

Não dei conta disso à Mesa, porque como ainda se estava dentro do prazo da urgência, ainda dá para ser discutido no outro plenário.

De qualquer maneira, a Comissão pretende ouvir o Sr. Secretário da Economia que quando estiver disponível o fará, para então emitirmos a nossa opinião.

Presidente: Eu gostaria de informar a Câmara que as coisas não podem ser feitas assim.

Eu tenho um Pedido de Urgência do Governo Regional em que tenho que colocar ao plenário o seu carácter urgente. Por isso, é que ele foi agendado para esta Sessão.

Assim sendo, o que se pretende agora é que formalmente seja retirado o Pedido de Urgência e o diploma baixa à Comissão...?

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, não foi pedido...

Presidente: Ninguém pediu dispensa. Eu é que estou pondo à consideração do plenário este Pedido de Urgência e sou obrigado a fazê-lo, a não ser que seja retirado, baixando à Comissão e virá para o próximo plenário.

(Pausa)

Portanto, com este entendimento, baixa à Comissão para parecer. Mas eu formalmente tenho que pô-lo à votação.

(Aparte inaudível do Deputado João Cunha)

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, eu queria responder àquele ignorante que está ali!

Presidente: Oh Sr. Deputado...!

Diga lá.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria dizer que o Pedido de Urgência foi em relação ao parecer da Comissão.

Eu posso estar enganado, mas se bem entendi, será a Comissão que dará, dentro do prazo respectivo, o parecer.

Neste caso, não chegou a tempo deste plenário, por isso eu acho que isto não tem que ser discutido agora e aqui.

Presidente: É precisamente o contrário, Sr. Deputado. Mas a gente não vai discutir isso, porque não vale a pena.

Passemos então ao ponto seguinte que se prende com o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que "recomenda ao Governo que promova diligências para a desratização".

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para proceder à sua apresentação.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular, ao apresentar a sua Proposta de Resolução que "recomenda ao Governo Regional que promova as diligências necessárias para a desratização nas Ilhas dos Açores com a maior celeridade possível", é de entendimento de que estão criadas condições para a urgência, dado que trata-se de um tipo de problema que em algumas ilhas desta Região está efectivamente em fase já de decisão, pensamos nós, por parte de entidades que devem estar subordinadas ao conteúdo da Resolução que ora apresentamos.

Por outro lado, a sua dispensa de exame também resulta para nós clara, porque realmente a urgência se deve sobrepor nesta matéria, por forma a que, em caso de aprovação, a própria Resolução possa ter eficácia.

Presidente: Está aberta a discussão sobre este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Não havendo qualquer intervenção, vou pô-lo à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o mesmo, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor do PSD, 3 a favor do PP, 1 a favor do PCP e registou 23 contra do PS.

Presidente: Passemos à discussão da Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

É ao Governo Regional que incumbe tomar medidas estruturais que propiciem o bem estar das populações e o desenvolvimento económico e social dos Açores.

Em circunstância alguma o Governo pode alhear-se do compromisso fundamental que contraiu perante a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e perante o seu Povo.

Neste momento, vive-se nos Açores particular e concretamente na Ilha Terceira, uma situação anómala e grave que se prende com uma praga de ratos, causadora de enormes prejuízos.

É bom ter presente que esses prejuízos estão causando impacto, nomeadamente nas culturas agrícolas e silvícolas.

Acresce ainda, que estes roedores são transmissores de doenças que afectam a própria saúde pública.

Na ausência de uma política concertada por parte do Governo Regional, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo preparou descoordenadamente uma campanha de desratização para o seu concelho, enquanto que a Câmara Municipal da Praia da Vitória, por exemplo, se propõe desenvolver apenas medidas avulsas, no âmbito de acções de rotina.

Tendo em conta que a não existência de uma entidade que coordene com eficácia uma campanha de desratização a nível de ilha, não só acarreta o insucesso da medida, como suscita situações ridículas que neste momento são alvo de comentários abundantes da população desta Região, em que especificamente é de referir que, neste caso, os visados da campanha de desratização desconhecem a própria divisão administrativa da ilha.

Ora, tendo nós conhecimento, como foi o caso do I Governo Regional dos Açores, se bem nos lembramos em 1978/79, que uma das medidas que maior impacto teve na altura na Região no sector agrícola, julgo eu conduzida pelo Eng. Germano Domingos, foi de facto uma campanha de desratização, a nível Açores, que veio ao encontro das preocupações dos sectores económicos, das populações. Nessa altura, essa campanha conduzida cientificamente, com os cuidados e as condições que uma campanha desta sensibilidade deve rodear, mesmo assim, os resultados foram muito bons, mas não impediram que ao longo dos anos viesse a haver uma recuperação do número de ratos por estas 9 ilhas da Região.

Entendemos que a discussão que se tem feito ao nível das diversas autarquias da Região Autónoma dos Açores, deve conduzir a que o Governo Regional, tal como nós propomos na nossa Resolução, através dos seus serviços competentes, assumam a prioridade de desencadear um programa de desratização a nível de toda a Região, em colaboração com as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, bem como demais entidades que possam estar relacionadas ou interessadas na resolução deste problema. Portanto, trazemos esta matéria, com a consciência de que é uma questão prioritária, é matéria economicamente recomendada e é também, na óptica da saúde pública, um objectivo que deve ser perseguido.

Deixar a actual situação a decorrer, sem qualquer coordenação, com Câmaras da mesma ilha, umas a fazer campanhas de desratização e outras praticamente a não actuarem nesse domínio, as próprias que o fazem - o caso da Câmara Municipal de Angra - é numa atitude esforçada, é um sacrifício que envolve uma taxa financeira relevante. Mas, a par do ridículo que ainda há pouco nos chamava a atenção, de se fazer desratização em 19 freguesias da ilha e não se fazer em 10, além de ser ridículo, há a componente técnica, isto é, o êxito de uma campanha feita numa determinada

zona de uma ilha, à partida, está condenada. E, portanto, só por isso, tratando-se de dinheiros públicos, mereceria que o Governo Regional pusesse um pouco mão nessas situações.

De resto, a própria Câmara Municipal de Angra do Heroísmo dá como justificação para ter arrancado com essa campanha, o facto do Governo Regional se ter negado a colaborar e a assumir por si o objectivo da desratização. Ou seja, a Câmara Municipal de Angra, em última instância, é que se dispõe a avançar com esta medida, quando aguardava que o Governo colaborasse.

Desculpem o exemplo mais flagrante que dei do caso da Ilha Terceira, que é o meu círculo eleitoral, mas tenho conhecimento dele e esta Resolução foi feita após uma auscultação de que o problema é ao nível dos Açores e que há nos Municípios desta Região, os agricultores e a população em geral, anseios de que o Governo efectivamente dê prioridade a este objectivo.

Isso integra-se perfeitamente nos objectivos do programa do Governo, integra-se no compromisso que a administração regional tem para com a nossa população, logo, se esta Assembleia partilhar connosco, tal como nós somos aqui porta-vozes do sentir das nossas populações, estou convencido de que poderemos ter o nosso papel de alerta e de sensibilizar o executivo para isso, para que daqui resulte algo de positivo.

Caso contrário, o problema permanecerá e agravar-se-á.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura está aqui presente e sabe melhor do que eu o drama que se vive no sector, face à propagação dessa espécie, na área de labuta diária dos lavradores, aliás esta deve ser a opinião das associações agrícolas sobre esta matéria. Portanto, penso que não vai ser difícil obtermos um consenso sobre a prioridade a dar ao conteúdo desta Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos presente uma Proposta cuja matéria tem sido muito falada na Ilha Terceira, concretamente no que diz respeito à desratização no Concelho de Angra e à não desratização no Concelho da Praia da Vitória.

Trata-se de uma questão que interessa à produção agrícola, às nossas zonas urbanas e, por variadas vezes, tem sido referida também aqui.

Eu venho de uma ilha onde, diga-se em abono da verdade, existe uma prática de desratização que é feita em colaboração entre os Serviços de Desenvolvimento Agrário, da responsabilidade da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, e as Juntas de Freguesia. Ou seja, o Desenvolvimento Agrário fornece o isco e as Juntas fazem a distribuição do mesmo.

Este sistema tem funcionado, com uma ou outra vicissitude, mas tem funcionado.

A realidade é que, quer os Serviços de Desenvolvimento Agrário quer as Juntas de Freguesia, estão muito vocacionados para as zonas urbanas e para as suas proximidades, isto é, para as zonas agrícolas.

Acontece que no ano passado, um professor da Universidade dos Açores que passa algum do seu tempo na Ilha das Flores, dizia-me que tinha visto os mais belos exemplares de ratos da sua vida na área central da ilha, ou seja, na área que é da responsabilidade pelos serviços da administração florestal - usei exactamente os termos que ele usou.

Enquanto que os agricultores, as Juntas de Freguesia e os Serviços de Desenvolvimento Agrário na sua área de competência vão fazendo desratização e matam ratos, na zona onde ninguém faz, eles têm o mesmo defeito que os ratos da Terceira, isto é, não conhecem a divisão administrativa.

(Risos da Câmara)

Portanto, esta é a realidade.

Daí resulta aquilo que o professor da Universidade disse, "os mais belos exemplares" (ele usou o termo científico da espécie e tudo), que ele viu na zona central da Ilha das Flores.

Trago este assunto nestes termos aqui, porque realmente trata-se de uma matéria que nos afecta, sobre a qual temos que pensar com seriedade, até pelos problemas que causa e que estão referidos na Proposta de Resolução, e a que já me referi no passado, que se prendem com a transmissão que, infelizmente, nas nossas ilhas se tem

verificado, relativamente a doenças transmissíveis, fundamentalmente através da urina do rato.

É, por isso, uma matéria a que temos que estar atentos, que tem que nos preocupar, porque é no fundo uma questão também de saúde pública. Não é só económica, mas sim que entra no campo social.

Por isso, pensamos que é um assunto que tem que estar na nossa mente, em que há um encaminhamento - Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e administração regional - mas não se pode cingir, como tem acontecido na Ilha das Flores, apenas àqueles que estão ligados à zona urbana ou um pouco para além dela.

No que diz respeito às nossas ilhas, ela tem que ser vista na globalidade, total e geral, para que efectivamente amanhã, depois de se matar os ratos que vivem na zona baixa, não apareça algum cientista a dizer que viu "belos exemplares" da espécie na zona alta da ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O aumento da população de ratos é algo que a todos nos preocupa e tem vindo a acontecer em todas as ilhas da nossa Região, devendo-se a uma conjugação de factores que são do conhecimento geral, nomeadamente nesta sociedade de consumo em que o aumento dos resíduos de alimentação são cada vez maiores, a diminuição de aves de rapina, tanto diurnas como nocturnas, o próprio facto de haver menos cães vadios - que são caçados impiedosamente - o facto da gente nas nossas casas os alimentarmos com latinhas e com boa comida, não os deixando ir ao quintal apanhar o seu ratito - no caso dos gatos - tudo isso faz com que os ratos proliferem em quantidade preocupante.

É um problema que causa prejuízos económicos muito graves. É um problema de saúde pública, porque já houve na Região pessoas vítimas, nomeadamente da leptospirose, portanto isso é algo que tem que ser encarado de uma forma que nunca pode ser aligeirada.

O que eu queria dar aqui como testemunho, prende-se com base na minha experiência como Presidente da Assembleia Municipal de Angra.

No caso concreto desta cidade, levantou-se na Assembleia Municipal o problema, face à entrada em funcionamento da nova estação de tratamento de águas residuais. Com a bombagem rápida e eficiente da água e de todos os dejectos para a central de tratamento, a população de ratos existente no subsolo da cidade, que se alimentava desse manancial de dejectos, passou a não ter esse alimento, vindo cá para cima para a superfície, procurar o alimento que passou a faltar no subsolo.

É por isso que as pessoas em Angra passaram a encontrar ratos de todos os tamanhos nos seus quintais, a entrarem nas casas e começaram a ficar alarmados.

Eu tenho conhecimento de que a Direcção dos Serviços Agrários, no último trimestre do ano passado - isto para repor aqui a verdade em relação a algo que foi referido - fez uma reunião com os veterinários das Câmaras Municipais de Angra e Praia da Vitória, tendo ficado acordado que, como é habitual, as Câmaras munir-se-iam de uma determinada quantidade de isco para proceder-se à operação que é habitual.

A Câmara Municipal da Praia fê-lo, a Câmara Municipal de Angra não o fez.

Alertada na Assembleia Municipal, e face ao protesto que foi feito, agora está a fazer isso, muito embora o Sr. Presidente nos tenha dito que gostaria de fazer isso noutros moldes, de uma maneira mais eficaz, mas a operação seria muito cara e só seria possível com a cooperação e a colaboração do Governo Regional.

Este programa, se for feito a nível da Região, tem que ser muito bem pensado, não estou aqui a dizer novidade nenhuma, é algo que tem que ter um acompanhamento devido, depois tem que ter uma fiscalização e toda uma sequência para ver se os resultados são efectivamente aqueles que são pretendidos, a fim de que não surjam deficiências nas próprias cadeias alimentares e no equilíbrio biológico. E, portanto, só com a colaboração do Governo e através de um programa à escala regional, é que isto se pode debelar da melhor forma e em condições.

Ciente de todos estes problemas e questões, o Partido Social Democrata vai votar favoravelmente esta Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Inicialmente partimos para a análise desta Proposta de Resolução, com base nos elementos que ela própria fornece e depois com base nos elementos que a apresentação nos trouxe e ainda depois com base nos casos que aqui foram citados.

Em relação à apresentação da Proposta, ela não acrescentou nada ao documento, ou seja, parte daquilo que sem exageros se pode chamar de uma **petição de princípio**.

Entendo que há uma situação grave, que se diz que é específica na Ilha Terceira, mas que se vive por todos os Açores, que é anómala, que é uma praga, causando enormes prejuízos. Sobre isso nada se fez, ou se deu a menor informação concreta, nem a dimensão dessa enormidade, dessa praga, dessa anomalia e dessa gravidade.

São afirmações feitas que são a repetição de outras afirmações que todos os dias surgem nalgum jornalismo que também acha que é sensacional utilizar esse tema para dar essa informação.

Parte-se do pressuposto de que o que está sendo feito pelas duas Câmaras - e não sei bem em que é que se baseia esse pressuposto - é descoordenado, é avulso, está condenado ao insucesso.

Eu chamo apenas a vossa atenção para a apreciação que há nessa informação em relação à Câmara de Angra, em que esta acaba no Domingo.

Ora, já está aqui classificada hoje, Quinta-Feira, como um insucesso.

Porquê esse insucesso?

Porquê a afirmação desse insucesso, dessa descoordenação, dessas medidas avulsas?

Sobre nada disso se dá qualquer informação. Não se dá qualquer nota sobre os meios que foram utilizados nessa campanha e nas outras que se fazem.

Não se diz que na Terceira se gastaram, nos últimos 3 anos, 52 toneladas de isco, que se gastaram em S. Miguel 123 toneladas, que se gastou 34 mil contos em 97, 31 mil contos em 98, 33 mil contos em 99.

Este quadro, em face destes números, parece confirmar uma de duas coisas: ou que essa prioridade já está assumida - e é aqui que se recomenda os casos concretos que foram referidos em relação à Terceira - ou há aqui outro saldo que também parece abusivo, não só naquilo que foi dito na letra do texto, mas naquilo que aqui está traduzido de que Terceira é igual a Açores, na praga, no prejuízo, nas culturas prejudicadas.

Nada se faz para confirmar no texto. E lembro que se isto estivesse a ser apreciado numa comissão, estas questões podiam ser estudadas, debatidas, analisadas e chegar-se à conclusão pelo fundamento ou não de tudo isso.

Entendeu-se fazer isso com uma urgência, que não resolverá nenhum dos problemas que entretanto as Câmaras da Terceira e o Governo Regional, pelos números citados, estão resolvendo.

Então onde está a urgência? Onde está a necessidade de se recomendar uma prioridade que, pelos números que se conhece, já está assumida? Onde está a necessidade de tudo isso?

Eu sei que é interessante nós sermos a Assembleia **Resolutiva** Regional, mas só isto é capaz de não bastar.

É interessante dizer aqui que os visados não sabem a divisão administrativa, mas as duas Câmaras estão fazendo isso, embora com métodos diferentes, como aqui foi referido, se bem que em tempos diferentes, provavelmente adequados - porque não foi demonstrado que eram inadequados à situação - daí, qual a urgência e a necessidade de uma nova prioridade, para além daquela que já está assumida, que já está sendo feita e que envolve o Governo e as Câmaras, as Juntas de Freguesia e tudo o mais que se comenta, será preciso esta Assembleia dizer ao Governo para se envolver?

Afinal, para que é que serve esta Resolução?

Para obrigar o Governo a fazer aquilo que já está sendo feito? As Câmaras a fazer aquilo que já estão a fazer? E as Juntas também?

Parece-me que não é bem esta a função desta Casa - mesmo em relação a ratos - e que se deve propor a esta Assembleia.

Portanto, parece-nos que há afirmações a mais, confirmações a menos, provas insuficientes e efectivamente catastrofismo que não vai resolver e não vai eliminar as ratazanas, mas que é uma forma desta Assembleia, um tanto ou quanto aligeiramente, se pronunciar sobre esta matéria.

Daí a nossa ideia de que, salvo melhor confirmação e comprovação sobre a validade dos objectivos propostos, será de deixar os ratos entregues a quem até agora tem cuidado deles e não invadir áreas que esta Casa não consegue ajudar a resolver.

Quando nos abalançamos a uma resolução, devia ser esta a preocupação, resolver alguma coisa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Segui com atenção a apresentação desta Proposta de Resolução pelo Partido Popular, esperando encontrar nela informação adicional, definição de objectivos, análise do problema. Mas, infelizmente, nem na Proposta nem na intervenção do Sr. Deputado que a apresentou encontrei esses elementos.

De qualquer forma, eu penso que é útil que esta Casa seja informada do que se está fazendo e que se reponha, como aliás um dos Srs. Deputados da Terceira já aqui disse, alguma da verdade do que efectivamente está a ser feito.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a Região, no âmbito de um projecto de cooperação luso-alemão no domínio da agricultura, aderiu já ao projecto denominado "Combate aos roedores de campo", que permitiu aqui identificar as espécies de roedores - porque há várias espécies de roedores da mesma família na Região - para além da vulgar classificação de "ratões", "ratos da cidade" ou de "ratos do campo", há de facto classificações científicas. E conforme o tipo de ratos - neste caso três espécies - se determina a estratégia, o habitat onde vivem, etc..

Nos Açores temos, como é do amplo conhecimento, por um lado o "rato ratus", a chamada "ratazana preta", que é responsável pelos estragos, nomeadamente em povoamentos de criptomérias; temos o "mus-musculus", que é o rato caseiro de todos nós conhecido e que é também o pequeno ratinho responsável por estragos na agricultura, nos armazéns e às vezes nas próprias habitações; e, por outro lado, o chamado "ratus norvégicus", também conhecido por "ratazana dos esgotos".

O caso de que se falou aqui, o da Ilha Terceira, é realmente um caso de proliferação e subida à superfície das chamadas "ratazanas dos esgotos". Há outros ratos que por vezes aparecem, mas neste caso foram mais estas ratazanas que apareceram.

A função da Secretaria, através da Direcção de Serviços de Protecção das Culturas, é o de combater estes roedores, na medida em que afectam, por um lado a saúde pública em cooperação com outras entidades, e por outro a produção agrícola.

Isso tem sido feito ao longo do tempo pela Direcção de Serviços das Culturas. E tem sido feito através da aquisição e composição de veneno, bem como através da distribuição às autarquias, aos seus diversos níveis, nomeadamente às Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia ou até aos próprios particulares, quando o solicitam aos serviços.

Quem está atento à divulgação da Secretaria, nomeadamente os "spots" que passam na televisão, deve ter reparado que tem havido uns programas sobre combate aos roedores, que também faz parte da estratégia de informação.

Neste caso aqui, em termos quantitativos, penso que o Deputado Dionísio Sousa já falou de alguns números, mas nunca é demais fazer mais algumas referências.

Em 1997, na Ilha Terceira, foram utilizadas 20 toneladas de raticida, em 1998, 12 toneladas e em 1999, também 20 toneladas - isto no que respeita ao raticida disponibilizado pelos serviços competentes. O que contrasta com os 140 quilos, por junta de freguesia, que a Câmara de Angra neste momento está a distribuir. Julgo que são 15 freguesias no Concelho de Angra...

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): São 19.

O Orador: ... de qualquer modo, isto não se deve afastar muito dos 2 mil e tal quilos, ou seja, 2 toneladas, comparativamente com o esforço da Secretaria, dez vezes menos do que está.

Temos, de facto, aqui um problema de coordenação com as autarquias e de assunção por parte delas - e não me refiro apenas à Terceira, mas sim a todas as ilhas - desta cooperação.

Posso dizer que temos programas de cooperação com várias Câmaras, a saber: na Ilha de S. Miguel com a Câmara de P. Delgada, Vila Franca do Campo e nas outras ilhas também.

O que é importante é que as entidades estejam disponíveis para cooperar, porque se nós tomamos as acções na nossa área de intervenção, é evidente que as populações de

ratos tendem a deslocar-se para áreas onde não há combate. E se nas zonas urbanas esse combate não se verifica, também é uma das razões para aparecer mais ratos.

Portanto, isso não quer dizer que o Governo Regional não esteja a cumprir o seu papel.

Por isso, sob o ponto de vista da utilidade da recomendação ao Governo, chamo-o a atenção para fazer uma coisa que ele já está fazendo, isto é, o Governo está fazendo o que deve ser feito, está ciente, tem técnicos a trabalhar, porventura poderá aqui e ali fazer algum ajustamento, mas não está alheio a este problema, tendo continuamente, ao longo de todos os anos, vindo a fazê-lo.

É preciso é que as outras entidades, quer no que respeita à saúde pública quer as entidades autárquicas, colaborem de uma forma articulada com os departamentos governamentais, neste caso com a Secretaria e com a Direcção de Protecção das Culturas, nestas campanhas.

É basicamente isso que é necessário e se alguma utilidade poderá advir desta discussão, será apenas a de alertar e chamar a atenção de todos que é mais fácil controlar o desenvolvimento das populações de roedores, se isso for feito simultaneamente e com estratégias concertadas para atacar em todos os sítios.

Era só isto que tinha para dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que a intervenção do Sr. Secretário Regional foi, em razão da matéria, uma intervenção séria, porque apesar de quando se está a falar nos ratos poder haver ambiente para muita graça, a questão é que o problema não deixa de ser grave.

Da maneira como o Sr. Deputado Dionísio de Sousa traçou o assunto - com o devido respeito - eu não vou desenvolvê-lo, porque acho que ele teve uma intenção que não foi a de partilhar a nossa reflexão sobre o problema real e sério que é o problema do combate à praga de ratos que existe nos Açores, e neste preciso momento, com mais incidência, com mais expressão pública e visibilidade, na Ilha Terceira.

Como é óbvio, ninguém pode esperar, nem tem legitimidade disso, que seja o Partido Popular a trazer aqui estudos e levantamentos estatísticos.

Eu até compreendo, sob o ponto de vista teórico, algumas das afirmações do Sr. Deputado, mas novamente com o devido respeito, elas são feitas para tentar fundamentar a posição do Partido Socialista nessa matéria que, na minha óptica, também não tem fundamento possível por essa via, pois o problema é mais do que óbvio, é do domínio público.

Com o devido respeito, eu agradeço os elementos que o Sr. Secretário Regional da tutela trouxe aqui relativamente às toneladas. Mas serão mais de carácter técnico do que outra coisa, aliás como veremos mais adiante.

Neste momento, eu não quero saber que tipo de isco é que o Governo Regional compra, qual é a marca do isco... eu não quero saber nada disso!

O que eu quero saber é que a política do Governo, nesse domínio, não funcionou, não teve resultado, a situação presente tem-se agravado, em vez de estar controlada e, portanto, é preciso mudar.

O que esta Resolução quer dizer, e o que nós temos ouvido dos Srs. Deputados em geral, é que é preciso mudar.

Ora bem, o Partido Socialista só demonstra que não quer mudar, acha que está tudo muito bem!

Nós achamos que não está bem!

Nós tentámos trazer a esta Casa a leitura - digamos - das preocupações, a ansiedade daqueles que, no dia-a-dia, estão sofrendo as consequências de uma praga, para a qual o Governo - nem para isso! - é capaz de ter resolução!

É isto que nos preocupa.

Diz o Sr. Secretário Regional que comprou 20 toneladas de isco para a Ilha Terceira, que não se sabe se ele foi bem utilizado ou não - como diz o meu companheiro de bancada **compraram...!**

Bem, se a Câmara de Angra agora compra 2 toneladas, então nós ficamos seriamente preocupados!

Uma campanha de 30 e tal mil contos, mobilizando a opinião pública, apelos de cooperação e será que a Câmara de Angra agora é que iria com 2 toneladas fazer um combate sério ao rato?!

O Sr. Secretário acaba de me dizer que ela representa 10% em material, isto é, em isco, comparado com aquilo que o Governo "espalha" todos os anos naquela ilha... bom, então é pior ainda!

V. Ex^a. - e muito bem - chamou a atenção daquilo que nos preocupa, que é a questão da coordenação. Ou seja, o Sr. Secretário começou por dar conta de alguns aspectos teóricos sobre a matéria - muito bem!

Mas eu julgo que o Sr. ainda não andava por cá, quando houve uma campanha séria, feita na década de 70.

Olhe, Sr. Secretário, que o Povo dos Açores - os meus colegas confirmarão isso - reconheceu o esforço que foi feito na época por um dos governantes.

É isso que se espera, algo de eficaz, algo que venha fazer um combate sério e certo aos roedores. Agora, isto é complexo e nós sabemos disso. E por ser muito complexo, é que requer um programa preparado, eu até lembro que naquela altura isso foi feito por laboratórios da especialidade, vieram técnicos e tudo, enfim uma coisa como deve ser. E se calhar, em termos económicos e dada a relação custo/benefício, compensa fazer esse tipo de campanhas de vez em quando, tecnicamente fundamentadas, com os serviços de saúde envolvidos, em vez de se estar a gastar milhares e milhares de contos todos os anos do orçamento, porque todos os anos vem o veneno para todas as ilhas, para os seus serviços agrícolas. Só que - Sr. Secretário - isto não resolve nada!

Nós queremos uma campanha, queremos que se mude de política, quer fazer-se um trabalho sério nesse domínio que já é preocupante, assim tê-lo-ão percebido.

No caso presente não se trata de alarmismo, porque as coisas já estão bastante alarmadas!

Isto não tem dignidade de tratamento nesta Assembleia?

Não merece uma reflexão?

Não merece que o Parlamento diga ao Governo "mudem de política, assumam isso como prioridade, trabalhem nos Açores, com vista à eliminação desta praga. Aproveitem a boa vontade das Câmaras Municipais!"

Eu reconheço - Sr. Secretário - que possivelmente poderão ter surgido ocasiões em que o Governo tenha tido o desejo, a consciência, de querer fazer uma desratização e não tenha encontrado sensibilidade por parte das entidades. Mas se eu neste momento tenho as autarquias ansiosas, então que se aproveite essa pré-disposição, aproveite-se as pessoas estarem conscientes do drama que é a praga dos ratos, para tal o Governo dê o impulso, coordene e crie as condições e não permita que se gaste dinheiro que eventualmente não tenha eficácia.

Eu chamo a atenção que a Câmara de Angra está a fazer neste momento uma primeira fase do seu plano e, portanto, não está a terminá-lo, e melhor argumento do que o meu foi aquele que o Sr. Secretário da Agricultura acabou de confirmar na sua intervenção, ou seja, de que nada serve.

Está a fazer um esforço voluntarioso com muitos quilos disto e toneladas daquilo, só que se isto não for feito no plano científico, se não for uma campanha feita por quem sabe e com regras... depois vão ser as "danças" da Terceira que vão trazer as histórias no carnaval. Vamos esperar por Fevereiro, pois quando chegarmos lá é que vamos ver. E o "rato" da freguesia de S. Sebastião - que é a freguesia do Sr. Deputado Dionísio Sousa - comparado com o "rato" do Cabo da Praia - que é onde eu vivo - ou ainda comparado com o "rato" da Fonte Bastardo - que é a freguesia vizinha - as danças vão dizer que o rato tem diferença da Vila para a Fonte Bastardo e este come "à grande e à francesa", vão dizer que os socialistas é que mataram o rato da Vila e para os outros dois a Câmara esqueceu-se de pôr o isco... enfim, vai ser uma galhofa.

(Risos da Câmara)

Entretanto, são milhares de contos atirados por aí abaixo e os ratos continuam a crescer e o Governo não dá solução à questão dos ratos.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura nem sequer ouve as associações agrícolas e a preocupação que elas têm nesse domínio.

Portanto, o nosso apelo é de que a Assembleia dê de facto uma indicação ao Governo Regional, porque trata-se de uma matéria prioritária, na qual o Governo deve ter um papel importante, muito superior àquele que teve.

Basta ir aos arquivos para ver o que foi feito em 78 ou em 79, pois pode ser útil pelo menos para começar a preparar os contactos com alguma empresa capaz de montar um combate real, a nível Açores, com bases científicas e com resultados positivos, à semelhança do que aconteceu naquela época.

Talvez 20 anos depois seja necessário arrancar com uma coisa de jeito.

É exactamente isso que se está pedindo com esta Resolução.

Presidente: Srs. Deputados, tenho ainda algumas inscrições na Mesa para participarem neste debate, mas como já estamos sobre a nossa hora regimental de terminar os trabalhos, eu pediria aos líderes das diversas bancadas para que se aproximem da Mesa, no sentido de conferenciarmos um pouco sobre o acerto dos nossos trabalhos.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos dar continuidade à nossa Sessão.

Assim sendo, para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretário Regionais:

Eu gostaria de intervir nesta discussão, porque parece-me que há alguns pontos que merecem esclarecimento.

É certo que nos Açores, praticamente em todas as ilhas, temos uma infestação de ratos relativamente alta, motivada em grande parte pela disponibilidade de alimentos que os roedores têm.

Eles têm alimentos nas partes mais baixas da ilha, junto às casas, como também nas pastagens, nas rações que os agricultores levam para as suas manadas, têm inclusivamente nos matos daninhos que estão abandonados, nas zonas de florestação, etc..

Por isso, é necessário fazer uma desratização de forma global, devidamente ordenada e não pode ser, como aqui tem sido discutido e dito pelo Sr. Secretário, como tem sido feita até agora, pois o programa que existe neste momento do Serviço de Desenvolvimento Agrário dar o isco, distribuí-lo pelas Câmaras e Juntas de Freguesia, tem alguma valia, porém não tem a valia necessária para, em determinadas zonas, desinfestar-se os ratos.

Nessas zonas, os agricultores, isto é, aqueles que vão buscar raticida às autarquias, distribuem-no apenas na sua propriedade, deixando as confinantes, como ribeiras, matos, propriedades dos Serviços Florestais, etc., desprovidas dessa desratização. Portanto, os roedores desenvolvem-se nesses locais à sua vontade.

É verdade que os actuaes matam alguns ratos nas suas propriedades, mas o resto vai sendo invadido pelos outros, porque à medida que uns vão morrendo, há sempre a reprodução suficiente para se transformarem em autênticas pragas.

Não é por acaso que nós hoje em dia, por exemplo em S. Jorge, fundamentalmente à noite quando transitamos por estradas do mato, encontramos frequentemente ratos a atravessar o caminho. O que demonstra, cabalmente, o problema dos ratos.

Por isso, Sr. Secretário, sem haver um processo determinado com alguma técnica, com uma grelha devidamente estudada para se erradicar o problema de uma vez por todas, desratizações pontuais não servem de modo nenhum os interesses da Região.

Já se falou aqui em saúde pública, mas é preciso que tomemos atenção ainda a outros aspectos, ou seja, sob o aspecto da saúde pública, presentemente, o rato vai aos sítios das rações, mas também vai aos lugares onde estão as batatas, as couves e muitos outros produtos. Eles entram dentro das arrecadações, sem sequer as pessoas darem por isso, vivem lá muitas vezes à vontade, portanto, tudo isso constitui problemas muito graves para a nossa sociedade.

É preciso tomar consciência disto. É preciso deixar de fazer desratizações pontuais.

Já aqui foi focada uma desratização feita há uns anos atrás, com um método devidamente correcto e que deu bons resultados. Mas isso já foi há muitos anos e nunca mais se fez uma verdadeira desratização.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Gostaria de dar-lhe uma explicação muito simples daquela "grande campanha" que se fez nos anos que aqui referiu.

Nessa época eu também participei na dita campanha, porque era Presidente da Junta de Freguesia da Maia.

A grande desratização de então era feita assim: à Segunda-feira passava o camião dos serviços, levando um saco com 30 quilos de isco e nós na Junta vendíamos a 5\$00 quem quisesse levar um saco. Quando ficávamos com 6 ou 7 sacos, telefonávamos para o serviço a pedir mais. Foi sempre esta a grande técnica desta campanha.

Deputado Eugénio Leal (PSD): E o resultado está à vista!

O Orador: Vá ver se hoje ainda há ou não há lá ratos!

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não é verdade. Só se for na zona da Maia!

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Eu penso que a intervenção do Sr. Deputado Francisco Sousa foi bastante esclarecedora da "grande técnica" dessa campanha e também da técnica de algumas propostas.

Por outro lado, queria dizer que de facto me espanta que se façam aqui afirmações de que "não interessa saber nada sobre o assunto", que "não interessa saber os dados", o que interessa é dizer que há ratos. E logo a seguir, acusa-se os serviços de ineficiência, de incapacidade.

Meus senhores, sejamos coerentes!

Não se pode, por um lado, dizer que se desconhece, que não se sabe e que não se quer saber, e por outro, acusar os técnicos que realmente são eficientes e sabem o que é que estão a fazer.

Como eu disse, penso que houve algumas intervenções em que o senso comum prevaleceu, porque o fundamental de tudo isto não é a grande tecnicidade. A técnica basicamente é fazer uma distribuição regular e o mais abrangente possível. Daí, a necessidade de colaboração e de coordenação de todas as entidades.

Da mesma forma que os serviços intervêm directamente nalgumas áreas, noutras não pode. Só o pode fazer em cooperação com outras entidades e com os particulares, pois como sabem, entrar numa propriedade privada é vedado aos serviços, a não ser que haja autorização dos particulares e aí eles também têm que colaborar.

Portanto, é preciso utilizar algum bom sendo, quando se acusa o Governo de ineficiência, da forma leviana como eu vi aqui fazer o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que sob o nosso ponto de vista, já demos os contributos que tínhamos que dar. Acho que não vamos desenvolver mais sobre esta matéria, porquanto começamos a perceber que pode haver alguma intenção, quer por parte do Governo quer por parte de quem se opõe a esta Proposta, no sentido de desfocar o que está aqui em análise com o objectivo da sua desvalorização ou esvaziamento.

Portanto, nessa perspectiva, reiteramos o nosso entendimento de que a matéria está esclarecida.

Gostaria apenas de dizer ao Sr. Secretário Regional que da nossa parte não houve qualquer leviandade em fazer nenhum tipo de ataque ao Governo Regional, pelo contrário.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Nem aos técnicos, pelo amor de Deus!

Que eu saiba, o Governo Regional tem técnicos especializados nessa matéria.

O Orador: Porém, aconselho o Sr. Secretário no seguinte: se o Governo Regional tem técnicos especializados nessa matéria, então eles têm que rever os seus processos, porque se o problema da desratização é crescente, se essa praga vem

assumindo contornos cada vez maiores, e o Sr. Secretário diz-nos aqui que tem técnicos e que o Governo Regional já deu o que tinha a dar nesse domínio, estamos conversados!

Julgo eu que estamos conversados e está o povo conversado quanto à expectativa de um dia a Região, por todas as razões que já foram aqui aduzidas, poder ter efectivamente uma situação de maior sanidade, até pela vergonha de todos nós, do que se passa numa Região como a nossa, pois devíamos ter mais um bocadinho de vergonha, até mesmo quando se aposta no turismo e coisas desse género.

Portanto, tenhamos nós juízo, não vejam nisso ataques políticos, porque ninguém veio para aqui com intenções dessas!

É preciso é que fique claro que o Governo é insensível a esta matéria, não tem perspectivas de corrigir a sua actuação nesse domínio, logo, desgraçadamente, provavelmente vamos continuar com esta situação lamentável que se vive na Região Autónoma dos Açores!

Pela parte do Partido Popular, Sr. Presidente, estamos prontos a votar quando entender.

Presidente: Concluído o debate, vou pôr à votação a Proposta de Resolução sobre "Desratização".

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por maioria com 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 23 votos contra do PS.

Presidente: Passamos agora à Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 11/99 - "Cria a Sociedade de Desenvolvimento dos Açores, SGPS, SA".

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

A presente Proposta de criação da SODESA, enquadra-se na política de investimento do Governo Regional, tal como consta do seu próprio programa, no qual se diz - e

passo a citar - "A associação do investimento público e privado em projectos estruturantes da nossa capacidade de oferta no sector agro-pecuário, turístico, energético, entre outros, permitirá baixar substancialmente o custo de entrada em determinadas actividades.

As formas institucionais de colaboração possíveis para estes projectos, terão que ser definidas em concreto para cada caso, mas todas elas devem procurar não atribuir ao estado uma posição de accionista dominante ou o gestor principal.

São muitas formas de associação no sector público e privado, sociedades de desenvolvimento, sociedades de capital de risco, contratos-programa de exploração, protocolos, etc."

Neste caso específico, a Proposta em discussão pretende que se crie um instrumento, como é dito no preâmbulo, essencial para a dinamização das estruturas empresariais regionais, apoiando reestruturações empresariais, disponibilizando apoio e serviços técnicos de administração e gestão e promovendo a angariação de parceiros estratégicos indispensáveis para a dinamização de estruturas empresariais regionais.

Este projecto assume a forma jurídica de uma sociedade SGPS - Sociedade de Gestão de Participações Sociais - como forma indirecta do exercício de actividades económicas, de sociedades cuja sede se situem na Região Autónoma dos Açores, ou cuja actividade tenha, ou possa ter, relevância no desenvolvimento e consolidação da economia dos Açores.

Esta Proposta governamental, foi discutida em sede da Comissão de Economia e Finanças, e conforme consta do relatório presente nesta Assembleia e também em sede da mesma Comissão, foram levantadas algumas questões que nós consideramos pertinentes.

Em primeiro lugar, sobre a clarificação dos objectivos da sociedade e em segundo lugar, sobre a forma como esses objectivos estão contemplados no próprio diploma.

Como foi aqui dito por mim, esses objectivos aparecem contemplados no preâmbulo e um dos parceiros sociais, nomeadamente a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, sugere que os mesmos sejam contemplados no corpo do articulado da Proposta.

No que respeita a essa posição da Câmara do Comércio e Indústria, nada temos a obstar, pois consideramos que se a forma de esclarecer convenientemente delimitar e dar segurança no que respeita à apreciação daquela Câmara é o incluir esses objectivos no articulado, então isso só poderá beneficiar o diploma agora presente.

Também do ponto de vista técnico, foram apresentadas algumas propostas de alteração, nomeadamente no que respeita ao capital social, que passaria a ser de 50 mil euros, no que nada temos a opor.

Por outro lado, a própria Câmara do Comércio e Indústria propõe que a participação na SGPS seja aberta a entidades privadas de utilidade pública, nomeadamente a pessoas colectivas de direito privado e de utilidade pública.

Pensamos que a própria Comissão avança com uma alteração ao Artº 2º que é uma proposta construtiva, como tivemos oportunidade de manifestar em sede de Comissão.

Desse ponto de vista, pensamos que com estas possíveis alterações é dada resposta a algumas das preocupações, às principais preocupações que foram manifestadas pelos parceiros sociais em sede de Comissão, bem como através da audição que a própria Secretaria fez.

Queria dizer ainda, que há outro tipo de críticas e de objecções que derivam não da substância e do conteúdo deste diploma, mas de práticas de anteriores administrações nesta Região.

Quanto a isso, nós não temos nenhuma resposta possível, porque evidente se torna que não podemos estar aqui a argumentar no domínio do hipotético. Outros o fizeram, agora também poderá ser feito.

A única e principal forma de evitar e de criar garantias que os mesmos erros não sejam cometidos no futuro, é a de assegurar a maior transparência possível aos actos e à constituição desta sociedade.

Por isso mesmo, o Governo Regional procurou que a formação desta sociedade fosse um acto legislativo desta Assembleia e que a sua composição fosse aqui discutida.

Podê-lo-ia ter feito de outra forma, ou seja, através de uma escritura normal em notário. Mas escolheu não fazê-lo nesta fase, porque pensou ser útil que fosse garantida uma maior transparência. Da mesma forma que também procurou discutir,

com algumas limitações como é apontado pelos parceiros sociais, de forma aberta em sede de Comissão de Economia, bem como com os parceiros.

Queria também chamar a atenção de que, como é evidente, cada qual tem a possibilidade de apresentar interpretações pessoais sobre o que deveria ser. Há quem defenda que não deveria ser uma SGPS, mas sim uma sociedade de capital de risco. Há quem defenda que deveria ser uma outra forma jurídica.

Penso que compete ao Governo, neste momento, escolher o tipo de instrumento mais útil para este caso.

Pensa o Governo que, de facto, é a SGPS um bom instrumento nesta altura.

É um instrumento útil, eficaz, para atingir estes propósitos.

Disse também eu, em sede de Comissão, que este instrumento destina-se, como é dito expressamente, a apoiar processos de reestruturações empresariais, processos de angariação de parceiros estratégicos indispensáveis para a dinamização das estruturas empresariais regionais. Ou seja, este é mais um instrumento na política de investimentos do Governo. É um instrumento complementar a outros, isto é, não se substitui aos sistemas de incentivos, não se substitui a outro tipo de intervenções. Procura, sim, que haja um quadro perfeitamente claro e definido, em que as intervenções do Governo se façam.

Um quadro que possibilite, por outro lado, um enquadramento no domínio da legislação comunitária, nomeadamente aquela que se refere às ajudas de Estado.

Pensamos - e dissemo-lo em Comissão e reafirmamo-lo agora - que a Região já discutiu durante muito tempo, muitos anos, a utilização de instrumentos deste tipo ou de outro. E, infelizmente, eles têm vindo progressivamente a atrasar a adopção e utilização destes instrumentos.

Outras regiões, outros países, já o fizeram, já os utilizam, concretamente, a Região Autónoma da Madeira já o tem feito. E, aliás, fê-lo de uma forma extremamente ampla, por despacho do Sr. Presidente do Governo Regional, que na preparação do próximo Quadro Comunitário de Apoio, deu uma orientação muito específica em despacho para a criação de diversas sociedades tipo SGPS, sociedades de desenvolvimento, etc..

Isto, porque a Região Autónoma da Madeira entende que este é mais um instrumento disponível ao nível do que tecnicamente às vezes é classificado como "engenharia financeira", mas penso que não é a melhor expressão para o caso, que permitiria utilizar também fundos comunitários de forma eficiente.

Do nosso lado, do lado do Governo, pensamos que é a altura correcta de discutir este projecto, antes da entrada em vigor do III QCA, é a altura ideal para que a Região não se atrase, mais uma vez, como já aconteceu no passado.

Temos exemplos disso, eu próprio tenho aqui projectos que ficaram na gaveta de anteriores administrações regionais, pensados em conjunto com instituições bancárias.

Queria ainda acrescentar que, no domínio da sua actividade, esta sociedade não se pretende - e por isso mesmo adopta esta forma - substituir às sociedades bancárias, nem às sociedades para-bancárias.

Contrariamente a outros projectos do passado que definiam intencionalmente como objectivos a realização de operações bancárias ou para-bancárias, nós pensamos que o sistema financeiro já evoluiu suficientemente e que não há necessidade, da parte do Governo Regional, estar a criar esses instrumentos, pois eles já existem no domínio da iniciativa privada.

Finalmente, queria referir que quando se adopta a forma de sociedade de participações sociais, é claramente dito que o Governo, ao intervir através da participação do capital de sociedades ou de outras formas de participação, não se pretende constituir em accionista maioritário, ou seja, nem em accionista permanente, o que quer dizer que não pode nem deve iniciar um processo de estatização, como às vezes se pretendeu fazer crer.

Por outro lado, e para concluir, esta sociedade também não é, nem pretende ser, uma sociedade gestora das empresas públicas existentes, porque isso seria entrar em contradição com a política de privatizações do Governo Regional.

Daí que, também isso é dito claramente no próprio preâmbulo, se a Câmara do Comércio entender que será considerado útil introduzir essa limitação no articulado, nós não temos nada a opor.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Antes de entrar na discussão filosófica do diploma em questão, eu queria fazer uma breve reflexão sobre as palavras que acabámos de ouvir do Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e...Ambiente - ainda.

Que belo exemplo o Sr. Secretário nos deu, da Região Autónoma da Madeira!

Eu começo a ter a garantia de que, afinal, hoje, são iguais aos outros.

Eu sempre desconfiei disso, sempre disse isso. E começo agora a ter a confirmação.

O Sr. Secretário também nos disse que este é um diploma que vem de encontro a uma promessa do programa do Governo.

De facto, é uma promessa do vosso programa, só que ele não reflecte então aquilo que saiu do contrato para a Nova Sautonomia.

Eu ouvi, e li, escrito e dito, por um dos coordenadores da área da economia da Convenção para uma Nova Autonomia, que esta não seria uma boa resolução para os problemas que o Governo queria resolver.

Não me parece também que o Governo tenha grandes convicções nessa matéria.

Eu vou explicar ao Sr. Secretário porquê, a não ser que o senhor tenha uma explicação mais clara.

É que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional se fosse de grande convicção para a reestruturação e consolidação da estrutura económica e empresarial dos Açores, certamente estaria a ser defendida pelo Sr. Secretário da Economia e não por si. Ou quando muito, estaria a ser defendida pelo Secretário-Adjunto para as Finanças e Planeamento, que é quem a vai tutelar no futuro. Ou pelo Presidente do Governo, que ainda hoje fez declarações aos órgãos de comunicação social, aquando de uma visita a uma exposição de artes plásticas numa escola de P. Delgada, dizendo que isto era quase crime de "lesa" Região não se aprovar uma coisa destas, porque é um instrumento importantíssimo e seria gravíssimo para a nossa Região a não aprovação desta Proposta, o que só acontece porque "nós não temos maioria absoluta". Só faltou pedi-la no ano 2000, para ter uma sociedade de gestão de participações sociais que permitisse o Governo fazer o que quisesse e entendesse.

É disso que estão à espera. Estão à espera de ter uma maioria absoluta, para fazerem, à semelhança do exemplo que o Sr. Secretário Regional aqui nos deu da Região Autónoma da Madeira, aquilo que quiserem e entenderem.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente:

O senhor também disse aqui que este diploma não pretende isto, ou aquilo.

Mas o senhor ainda não conseguiu dizer o que é que se pretende com ele!

Passando à base filosófica do diploma, não será certamente uma surpresa para esta Câmara, nem para os açorianos em geral, que a filosofia subjacente a este diploma encalhe na doutrina económica defendida pelo meu partido.

Todos sabem que defendemos um maior liberalismo na área económica.

Este é realmente um mecanismo intervencionista que pode, inclusivamente, criar alguns constrangimentos nalguns dos sectores relevantes e nas empresas de grande importância de que o articulado e o preâmbulo do diploma falam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se se pretende financiar, reestruturar, reorganizar e consolidar algum sector específico da economia açoriana, nada melhor do que um sistema de incentivos direccionado para este sector. E um sistema que possa, facilmente, ser utilizado por todas as empresas que se encontrarem a operar nesse sector, até como forma de regular o mercado e a existência de uma livre concorrência. Aliás, norma hoje muito falada ao nível da União Europeia. Nada melhor do que criar este pacote de incentivos. Caso contrário, a dinâmica pode ser inversa.

Se é para intervir ao nível de empresas com dificuldades financeiras, permitam-me que vos diga que, neste momento, o mercado tem resposta para essas situações, o sector financeiro, felizmente, em Portugal está em franca expansão e em grande dinâmica. Basta ver as notícias diariamente nos jornais da especialidade e nos programas televisivos, em que aparecem novos produtos, novas concentrações de bancos e novas soluções para quem precisa de recorrer a esses mecanismos de financiamento.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, parece-nos que, ao contrário do sistema de incentivos canalizado para um determinado sector, um sistema de incentivos que desse a possibilidade a todos os empresários naquele

sector de recorrerem a esses incentivos, seria muito mais abrangente e não seria tão complexo como este pode ser, não seria tão obscuro como este pode ser, nem seria tão arbitrário como este poderá ser.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente o Projecto de Decreto Legislativo Regional que pretende criar a SODESA, porque consideramos que este pode ser um instrumento útil para a sociedade açoriana, desde que bem utilizado. Aliás, um dos fundamentos diz e apresenta a necessidade e o objectivo do fortalecimento do nosso tecido económico.

Acreditamos, efectivamente, que são necessárias reestruturações empresariais, é necessário que se procure, conjuntamente com outros parceiros, implementar cada vez mais um tecido económico mais racional e forte.

Pensamos também que poderá ser positiva uma perspectiva de cooperação entre o sector público e o sector privado, se se estiver a pensar e a trabalhar para uma modernização da nossa estrutura empresarial.

Entendemos que, inclusivamente, uma sociedade deste tipo, pode ser útil para o próprio sector privado. E ainda para fortalecer mais a nossa posição, achamos que têm interesse os pareceres que estão no relatório que vieram da Câmara do Comércio e Indústria, da Federação Agrícola, salvo erro, portanto, de várias entidades que se pronunciaram sobre esta matéria.

Também reconhecemos que uma sociedade deste tipo mal orientada, pode ter um papel negativo. No entanto, temos consciência de que ao propor-se a criação desta sociedade, será no sentido de dar uma boa orientação ao serviço da nossa sociedade e da nossa comunidade.

Por outro lado ainda, penso que é legítimo esta Câmara dar oportunidade ao Governo Regional de ter um meio novo, diferente, para a sua orientação económica.

Assim sendo, são razões mais do que suficientes para o nosso voto favorável a este Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Élavai.

Deputado Augusto Élavai (PS): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A SODESA, tal como diz no diploma que a cria, vem na sequência de um profundo processo de reforma do sector empresarial regional, que visa criar as condições para a sua adaptação a um contexto de mudança acelerada, designadamente a capacidade de resposta a novas e complexas solicitações e também à crescente internacionalização da concorrência de mercado.

Neste quadro, a SODESA constitui um instrumento essencial à dinamização das estruturas empresariais regionais, apoiando reestruturações empresariais, disponibilizando os serviços técnicos de administração e gestão e promovendo a angariação de parceiros indispensáveis para a dinamização das estruturas empresariais regionais.

Pensamos que estes três objectivos que estão no preâmbulo da Proposta, a dinamização das estruturas empresariais, a reestruturação empresarial, a disponibilização de serviços técnicos, são importantes para as pequenas e médias empresas, muitas delas com falta destes serviços e ainda, a angariação de parceiros estratégicos, pensamos que estes três objectivos podem ser feitos pelo Governo Regional, com as empresas regionais, no sentido do tecido empresarial regional poder ser mais competitivo.

A criação desta SGPS, constitui assim, um instrumento essencial para o reforço da estrutura empresarial açoriana.

Também tal como está no diploma, e passando um pouco da generalidade para a especialidade, numa primeira fase, esta sociedade tem apenas capitais públicos, No entanto, e numa segunda fase, é aberta a capitais privados.

Nessa abertura a capitais privados, a própria Câmara do Comércio e Indústria dos Açores admitiu a possibilidade, tendo sido mesmo ela quem sugeriu, que fosse incluída uma alteração no diploma, no sentido de que as pessoas colectivas de direito privado de utilidade pública, pudessem também entrar no capital social desta sociedade. A Comissão achou por bem fazer esta alteração, estando assim no relatório da mesma.

Poderá ter interesse, assim, esta sociedade, se for para o Governo ajudar, por exemplo, o aparecimento de alguns negócios que, por terem alguma dimensão, o sector privado não tem ainda meios para os desenvolver. Isto insere-se também nas chamadas "parcerias" estratégicas que o Governo está mais vocacionado e tem mais elementos para poder promovê-las.

Portanto, mesmo que esta fosse uma situação transitória, pode e deve ser justificável a criação desta sociedade.

O objectivo da SODESA, visa promover parcerias com empresários regionais, como já referi, o que é um bom instrumento de política económica, até porque é esta a vocação do Governo Regional.

O executivo regional deve promover o desenvolvimento económico. E com esta sociedade pode promover esse desenvolvimento. Ou poderá promover mais ainda o mesmo. Com esta sociedade poderá haver, inclusivamente, mais coordenação, como também já foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, e uma maior simbiose com os empresários regionais, o que é importante.

Tem esta sociedade, ainda, como objectivo, apoiar empresas privadas que se achem de extraordinário interesse para a economia regional.

Servirá para apoiar algumas empresas que estejam realmente em situação económica difícil e que, mercê de uma entrada de capital por parte da Região, possam ser viabilizadas. No entanto, devem ser casos pontuais, na nossa opinião. Aliás, o diploma diz isso e cria as sociedades gestoras de participações sociais, em que é dito que esse capital social tem que estar pelo menos um ano. O que vai dar à empresa uma capacidade de gestão que não tinha, podendo depois o capital sair quando ela já estiver viabilizada.

Isto vai fazer com que as pequenas e médias empresas, que são a fonte de riqueza da Região, nalgumas ilhas e nalguns sectores, fiquem protegidas, fazendo também com que elas se tornem mais competitivas e possam ser viabilizadas.

Exemplo, aliás, como sabem, do que já tem sido defendido na União Europeia, para estas pequenas e médias empresas e esta matéria.

Esta sociedade é também um instrumento financeiro importante para estar à disposição das empresas, sobretudo as pequenas e médias que, como já referi, são o

verdadeiro tecido económico regional que, ao dispôr de uma actividade lucrativa, não têm condições de obter capital através dos sócios ou accionistas, para assegurar investimentos estratégicos indispensáveis ao seu desenvolvimento e ainda não tenham capacidade para aceder ao mercado financeiro, por implicar às vezes níveis exagerados de encargos da dívida.

Portanto, ao entrar a SODESA no capital social dessas empresas, poderá fazer com que elas possam ser viabilizadas e manter o emprego que a Região bem precisa.

Pode ainda reforçar os capitais próprios das sociedades. E, como toda a gente sabe, esse reforço de capitais próprios é importante para que as empresas sejam cada vez mais estáveis, criem cada mais emprego e a Região se desenvolva cada vez mais.

Em suma, a SODESA - quanto ao Grupo Parlamentar do PS - é de facto um investimento necessário, útil e é um instrumento que pode fazer e conseguir aqueles três objectivos que eu referi logo no início, isto é, a dinamização das estruturas empresariais e as reestruturações empresariais, a disponibilização dos serviços técnicos de administração e gestão e a promoção e angariação de parceiros estratégicos indispensáveis para a dinamização destas estruturas empresariais.

Falou-se também, e o Sr. Secretário já referiu isso, que poderia eventualmente ser uma sociedade de capital de risco, na audição que teve a Comissão de Economia com a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. Disse, inclusivamente, esta Câmara de Comércio que era favorável à criação da SODESA, dando aquelas sugestões até para que ela pudesse entrar no capital social dessa empresa. E, disse mais: se aqueles objectivos que estão no preâmbulo do diploma estivessem no corpo do mesmo, seria aquela Câmara totalmente favorável.

Quanto ao Grupo Parlamentar do PS, podem perfeitamente aqueles três objectivos ir para o objecto social da sociedade, mas para nós isso não é necessário, isso é inócuo, porém se for por causa desta proposta que os partidos possam não votar este diploma, nós estamos abertos a introduzir e a propor que os objectivos constantes do preâmbulo do diploma entrem no objecto social e no corpo do artigo que cria a SODESA.

Por outro lado, as sociedades capital de risco são de mais difícil constituição.

Não se pode criar uma sociedade capital de risco, como se cria por exemplo uma sociedade gestora de participações sociais.

As sociedades capital de risco têm mais exigências, desde logo, têm que ter a autorização do Banco de Portugal. Mas mais. São pequenas sociedades bancárias, são sociedades financeiras e, essas sim, iriam competir com os bancos e com as empresas bancárias que existem na Região.

Esta sociedade gestora de participações sociais não vai competir, mas sim, ajudar e vai ser um instrumento necessário, para que as empresas em dificuldade nalgum sector e ocasionalmente, possam competir, possam ganhar mais competitividade e possam dinamizar o tecido económico regional.

Vejam, por exemplo, nos prospectos dessas sociedades capital de risco quais são as características das empresas onde elas querem intervir.

Dizem logo: "Situações com interesse para uma sociedade capital de risco - acentuado crescimento provisional das vendas".

Ora, logo isto à partida, se de facto uma empresa tem um acentuado crescimento provisional das vendas, não necessita de uma intervenção de uma sociedade capital de risco.

As empresas que têm, efectivamente, alguma capacidade para serem viabilizadas, precisam de uma entrada de capital, de uma sociedade que não vise apenas e só o maior lucro possível, que vise apenas ajudar com a entrada de capital para que essa empresa possa ser mais competitiva.

Por outro lado, a Comissão de Economia ouviu também a Federação Agrícola dos Açores, que foi favorável à criação da SODESA e disse "nós estamos favoráveis, porque isso trará uma estratégia de desenvolvimento", propondo até que num eventual conselho consultivo, a Federação queria estar presente, no sentido de que os problemas agrícolas não passassem para segundo plano. Dizem eles que se estivessem no conselho consultivo poderiam dar uma opinião e fazer com que os problemas agrícolas fossem também tidos em conta nessa sociedade de desenvolvimento.

Assim sendo, temos já agricultores a favor, através da Federação Agrícola, temos a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores também com as suas propostas já

viabilizadas em sede de Comissão no corpo do artigo, faltava um outro parceiro a quem nós pedimos parecer, a Associação de Municípios que, como está em anexo ao relatório da Comissão de Economia, mandou um parecer a dizer que não tinha nada a opor. E não tinha, porque na Comissão o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas disse que havia uma eventual acção conjunta com a Associação de Municípios, nomeadamente no domínio das águas.

Portanto, temos a sociedade civil toda - Câmaras, Associação de Municípios, Câmara do Comércio, Federação Agrícola dos Açores - aliada ao Governo Regional, para a constituição desta sociedade de desenvolvimento regional, capaz de fazer com que os Açores possam ser mais desenvolvidos, capaz de fazer com que as empresas importantes da Região possam ser viabilizadas quando estiverem em situação económica difícil, capaz de fazer com que o emprego na Região cresça cada vez mais, no sentido de que a taxa de desemprego que está sempre a crescer - como já foi aqui debatido nesta Assembleia, já vai em 2,7% - desça ainda mais, para que esta Região tenha cada vez melhor qualidade de vida, tenha cada vez mais emprego, para que as empresas sejam mais competitivas e que se internacionalizem. Inserindo aqui a internacionalização, como factor exterior à Região, no sentido de que se criem parcerias com empresas do continente, de Cabo Verde e S. Tomé, que são os países com que o Governo Regional tem tido mais contactos e tem sido até elogiado por isso.

De maneira que a sociedade civil está aliada ao Governo para a constituição desta sociedade, porque quer participar no capital social da SODESA, para poder também intervir na economia regional. É, de facto, um mecanismo e um instrumento necessário e útil, para o desenvolvimento da Região, para que nós possamos ter uma economia mais competitiva, uma melhor qualidade de vida e uma sociedade com cada vez maior bem estar, que todos nós desejamos.

Disse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa:

Apenas uma nota prévia: já vai ver que não somos iguais.

O diploma agora apresentado pelo Governo Regional, é uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que cria a Sociedade de Desenvolvimento dos Açores - SGPS.

Com este diploma, o Governo Regional quis criar a ilusão de que estava a propor a esta Assembleia a criação de uma sociedade de desenvolvimento dos Açores, quando na verdade, o que está a propor é uma sociedade anónima, gestora de participações sociais.

A isso o povo chama "vender gato por lebre"!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Isto é o cúmulo!

É o expoente máximo da demagogia!

Se querem criar uma sociedade de desenvolvimento regional, adoptem a designação e à frente põem **SDR!**

Se querem criar uma sociedade gestora de participações, adoptem uma situação que entendam e devem registar no serviço competente.

Isto era como se eu criasse uma sociedade anónima e pusesse à frente **Limitada.**

Isto é o expoente máximo da demagogia!

Esta é, para já, a primeira questão de forma.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sim, não passa de forma!

A Oradora: A segunda questão, prende-se com o facto do PSD defender a iniciativa privada. Defende a autonomia das empresas. Defende que o estado deve fazer aquilo que lhe compete e os empresários devem fazer aquilo que lhes cabe, ou seja, a actividade económica directa.

O estado não tem que se meter nas empresas privadas, nem mesmo para as reestruturar. Há mecanismos financeiros no mercado e há outras formas de cooperação, aliás, o Sr. Secretário foi o próprio a enunciá-las como constantes do

programa do Governo, que não passam pelo Governo se tornar accionista das empresas.

A isso, eu chamo nacionalização indirecta. E, hoje, nós não estamos nesse tempo. Não estamos no tempo das nacionalizações. Estamos, sim, no tempo das privatizações.

Nós não aceitamos uma sociedade dominada pelo Governo Regional. E isto é um "cheque em branco", passado ao Governo, para dominar a seu bel prazer as empresas que quiser.

Não há limitações de sectores, não há limitações de percentagens de capital, não há limitações temporais, não há limitações de ordem nenhuma!

Não há a fiscalização de ninguém, porque isto não é uma RDR - como deveria ter sido, se fosse essa a sua intenção - não está sob a fiscalização do Banco de Portugal, isto é uma sociedade anónima, uma "holding", como qualquer um de nós pode ter. E o estado não existe para isso, pelo menos **na nossa concepção de estado.**

Se a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, que é o proponente desta Proposta, tem algum problema para resolver, tem que o pôr em cima da mesa, com transparência e com certeza de que o mercado tem mecanismos para resolver isso. E se não tiver, então encontraremos a solução adequada. Mas nunca uma solução que passe pela participação no capital do Governo.

Isso é uma coisa que não se compatibiliza com os tempos de hoje.

Nos tempos de hoje, já nem sequer há muito espaço para as sociedades de capital de risco.

Ao contrário do que diz o Sr. Deputado Augusto Élavai, e sobre o qual eu nem sequer me vou preocupar porque ele até se dignou opinar sobre as exigências que o capital de risco devia ter, quando o que parece é que o capital de risco - que são empresas lucrativas - entre em empresas sem viabilidade, o que significa que o Governo se está preparando para entrar em empresas sem viabilidade. É o que se conclui da sua afirmação.

Eu parto do princípio de que o Governo quereria entrar em empresas com viabilidade. Mas a verdade, é que com viabilidade ou não, não é essa a vocação do Governo. Se o Governo tem problemas, resolva-os de outra forma. Se tem empresas para sanear,

apresente aqui um decreto legislativo regional para fazer o saneamento das empresas que entender e nós analisaremos esse diploma.

Saber porquê, Sr. Secretário?

É porque ao criar esse tipo de mecanismos, o senhor põe a iniciativa do lado das empresas, porque cria o mecanismo para todos. E todos tomam a iniciativa de concorrer ou não a esses mecanismos.

Com esta sociedade, o senhor pôs a iniciativa do seu lado, do lado do Governo. O Governo é que toma a iniciativa de participar ou não, quando quiser, onde quiser e se quiser. E não é isso que se pretende, porque isso continua a ser descricionário. Para isso, pode fazer sociedades com as empresas directamente, não precisa de criar um mecanismo que é geral e abstracto e que lhe põe nas mãos um instrumento para o qual nem está a ver - porque eu acredito que não seja um defensor da estatização - o que é que isto pode dar, porque hoje são os senhores que estão aí sentados, mas amanhã a gente não sabe quem é. Ou seja, isto não é feito para os governos de hoje, nem é feito para as empresas de hoje. Isto é feito para vigorar abstractamente. E, abstractamente, isto não é coisa que se proponha. Muito menos a esta Assembleia Regional, que não está na disposição de dar ao Governo este tipo de mecanismo.

Outra questão: o estado é o único accionista desta empresa.

É um ponto que eu também punha à consideração.

As sociedades podem ser constituídas por um único accionista?! Desde quando?!

Não pode haver e o código das sociedades diz que não pode haver.

É uma questão que fica à discussão, mas que não é essencial. Essencial foi o que eu acabei de dizer, isto é, a forma como nós entendemos que deve funcionar a economia, que deve funcionar o sector privado.

A propósito de sector privado, eu perguntava o seguinte:

Onde estão os vossos propósitos consagrados no programa do Governo, aprovado por esta Assembleia e amplamente difundido antes de ganharem as eleições, de privatizar serviços públicos? Onde é que isso está?!

Onde é que está a transferência do parque de máquinas para a iniciativa privada que aqui foi tanta vez falada?!

Os parques de máquinas das obras públicas.

Onde é que estão as iniciativas para privatizar serviços de limpeza, serviços de jardinagem, serviços de conservação?!

Onde é que estão essas iniciativas ?!

A que é que se assiste?!

Assiste-se ao engrossar da máquina administrativa.

Assiste-se à permanente contratação de pessoal directamente dependente das Secretarias Regionais, para fazer aquilo que pode ser feito pela iniciativa privada!

Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*): O que é que privatizou enquanto foi Secretária?!

A Oradora: Eu já lhe respondo!

Onde é que estão os negócios emergentes e as oportunidades para a iniciativa privada?!

É com este mecanismo?! É com isto se que vai privatizar?!

É com isto que se vai libertar a economia do peso do estado, da tutela do estado?!

Nós queremos empresas livres, não tuteladas. E isto é uma tutela que nós não aceitamos!

Apesar da discussão ser paralela, não me custa nada dizer ao Governo Regional e aos que já não se recordam, que as privatizações foram iniciadas em 1996, com a venda do Banco Comercial dos Açores.

Eu estive na Secretaria Regional das Finanças **um ano**, não foram três, como os senhores já estão!

Um ano que eu estive na Secretaria Regional das Finanças.

Venderam-se participações sociais nas empresas turísticas. Privatizou-se o Banco Comercial dos Açores. E nos serviços privados, para além da concessão de vários serviços, privatizou-se a Cooperativa de Angra do Heroísmo dos Funcionários Públicos, que foi integrada no Modelo, quando ele abriu na cidade de Angra do Heroísmo. Foi o Refeitório do Hospital e a Cooperativa.

Isso é que é indesmentível!

Num ano fizemos isso. E os senhores em três, o que fizeram?!

Num ano, o BCA e alguns serviços públicos.

E o que é que os senhores fizeram?

Apresentam uma Proposta de SGPS, confundindo com desenvolvimento regional coisas que, nem uma nem outra, fazem sentido nos tempos que correm.

As sociedades de desenvolvimento regional são da década de oitenta, já lá vai muito tempo.

As SGPS's são de agora, para empresas privadas resolverem os seus problemas de concentração e de parceria, não para o Governo resolver esses problemas. Esses, resolvem-se de outra maneira.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Começaria pela primeira questão aqui colocada, que tem a ver com o nome da sociedade. O nome que aqui vem referido é Sociedade de Desenvolvimento Regional dos Açores - SGPS, SA. Está dito no anexo, portanto, ninguém está aqui a fazer passar "gato por lebre", porque está expressamente referido. Quem quer confundir, tenta fazê-lo da forma que melhor entende.

Depois, porque é que não queremos, nesta fase, o tipo de sociedade referido pela Sr^a. Deputada Berta Cabral?

De facto, o anterior Governo Regional em 1992 defendeu a criação de uma Sociedade de Desenvolvimento Regional, a SODAR - era só para dar!

Quais eram as operações activas dessa sociedade?

"Operações de crédito a médio e longo prazo, clássicas ou sindicadas."

É evidente que para isso existem hoje em dia as instituições financeiras.

Por outro lado, disponibilizar recursos financeiros a empresas funcionando em sectores reconhecidamente interessantes, do ponto de vista regional.

"Facultar recursos financeiros a profissionais livres" - era este o estudo do Governo Regional de então.

Proporcionar o investimento em capital fixo, cuja finalidade seja a modernização ou extensão dos equipamentos.

Prestação de garantias bancárias destinadas a assegurar o bom cumprimento de obrigações contraídas por instituições de crédito.

Tomada firme e colocação ou aquisição de obrigações emitidas por entidades de direito público-privado.

Intervenção nos mercados inter-bancários nas condições permitidas pela autoridade monetária".

De facto, este Governo Regional não pretende fazer nada disto.

Deputado António Meneses (PSD): Isso já foi feito!

O Orador: Não pretende, por não se querer fazer substituir, e aqui é que está a questão das nacionalizações ou privatizações, à iniciativa privada. Não pretende nacionalizar e é dito claramente que as posições a tomar aqui seriam posições minoritárias.

Depois vem a questão das limitações de sectores e de participações.

Bom, é evidente que se o objectivo é a dinamização das estruturas empresariais, apoiando reestruturações empresariais, estamos numa óptica empresarial e não numa óptica sectorial.

Essa óptica sectorial fazia e fez sentido em tempos anteriores, quando se pretendia andar em processos de nacionalizações e se definiam sectores estratégicos e sectores em que o estado se devia fazer substituir à iniciativa privada.

Este Governo não pretende fazer isso. Não consta do seu programa. Está lá dito expressamente.

Por outro lado, importa dizer, mais uma vez, que da parte dos parceiros sociais, que já foram referidos aqui, todos eles deram pareceres positivos, fazendo sugestões que são construtivas.

Portanto, também desse ponto de vista, não temos nada a esconder.

Finalmente, gostaria de dizer relativamente a outra questão aqui levantada e que se prende com o carácter geral ou particular de alguns instrumentos, o que é dito pelo Governo é que há vários instrumentos disponíveis, cujo leque deve ser alargado. Ou seja, que simultaneamente com um sistema de incentivos, deve haver a utilização de

outros instrumentos. Não deve haver um único instrumento na política de investimento, porque as situações são diferentes, porque os objectivos - do ponto de vista de política - são diferentes.

É evidente que se se pretende incentivar o investimento e a modernização das empresas, se se pretende investir em capital fixo, como por exemplo se dizia naquele documento, então nessa altura o instrumento mais adequado é realmente os sistemas de incentivos e eles existem. Mas, isso não impede que outros instrumentos sejam utilizados, nomeadamente os instrumentos fiscais, alguns dos quais foram aprovados nesta Assembleia, no âmbito do desenvolvimento da Lei de Finanças Regionais. Ou seja, esta própria Assembleia, e os Srs. Deputados aqui presentes, alguns dos quais intervieram hoje, defenderam também em outras ocasiões o alargamento do leque de instrumentos disponíveis. Hoje, vêm dizer o contrário.

Haja quem os entenda!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a: Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quando pedi a palavra, foi porque pensei que o Sr. Secretário Regional queria discutir aqui o Projecto de 80 e então queria esclarecer que não era isso que estava em discussão.

A verdade é que ele depois passou à frente e, só para esclarecer esta Câmara, acho que esse Projecto nunca viu a luz do dia, eu pelo menos não o conheço e se conhecesse, e se ele fosse apresentado hoje, continuava a não concordar com ele, porque se essas coisas se justificavam na década de 80, hoje não se justificam.

Não se justificam, porque se é necessário um leque de instrumentos, esse leque existe. E se mesmo assim não são suficientes, criam-se mais.

Agora, uma SGPS não é um instrumento financeiro, desde logo, não é uma sociedade especial de crédito, não é uma sociedade para-bancária, não é uma sociedade financeira, não é uma sociedade para resolver esse tipo de problemas.

Esta é uma forma "encapotada" do Governo intervir na economia. É talvez uma forma aligeirada do Governo resolver alguns problemas.

Mas nós não estamos aqui para isso.

Nós estamos aqui para actuar com transparência, estamos aqui para decidir, decide-se sabendo para que é que se quer e o objectivo concreto que nos traz aqui.

Sem objectivos concretos, sem sectores concretos, sem situações concretas - eu volto a repetir - "cheques em branco", nós não damos!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Concluído o debate vou pôr o diploma à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 3 votos contra do PP e registou 23 votos a favor do PS e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Assim sendo, queria submeter à Câmara a seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da ALRA propõe que se declare findo o Período Legislativo de Janeiro".

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, boa noite. E uma boa viagem de regresso a casa.

(Os trabalhos terminaram às 21 horas e 15 minutos).

(Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José **Élio Valadão** Ventura

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Manuel **Herberto** da **Rosa**

João Luis Sanchez dos **Santos**

Rui Pedro Lopes Machado **Ávila**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

Ana Carolina Gomes **Silva**

António Manuel Silva **Almeida**

António Manuel Goulart Lemos de **Meneses**

Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**

José Manuel Avelar **Nunes**

Manuel da Silva **Azevedo**

Sidónio Manuel Moniz **Bettencourt**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro)**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Documento Entrado

Projecto de DLR sobre "Planeamento Familiar e Educação Sexual" (PS)

Considerando que as leis n.ºs 3/84, de 24 de Março, e 120/99, de 11 de Agosto, tem por objecto a educação sexual e o planeamento familiar;

Salientando que estas matérias estão intrinsecamente relacionadas e saca de importância relevante para a promoção da saúde nomeadamente da saúde sexual e reprodutiva, e para a prevenção da doença;

Tendo presente que urge a definição de uma política regional de planeamento familiar, bem como a implementação da educação sexual nos estabelecimentos de educação na Região;

Considerando ainda que estes objectivos implicam a dinamização de acções e a preparação de técnicos por forma a fornecer as respostas adequadas a diversidade de situações que se apresentam nesse domínios;

Os deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 20º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ao abrigo da competência prevista na alínea c) do nº1 do artigo 32º do já referido Estatuto, aprove o seguinte Projecto de Decreto Legislativo Regional:

Capítulo I

Planeamento Familiar

Artigo 1º

Objecto

O presente diploma estabelece a regulamentação da Lei nº 3/84, de 24 de Março, e da Lei nº 1 20/99, de 11 de Agosto, no que respeita a efectivação do planeamento familiar e da educação sexual.

Artigo 2º

Âmbito

1 - O presente decreto aplica-se a todos os Centros de Saúde e Hospitais do Serviço Regional de Saúde, bem como as demais estruturas de saúde, nas condições adiante previstas.

2- A aplicação deste diploma a outras estruturas de saúde que não as incluídas no Serviço Regional de Saúde depende de protocolo a celebrar entre a instituição em cause e a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Artigo 3º

Consulta de Planeamento Familiar

Em todos os Centros de Saúde da Região e nos Serviços de Ginecologia e Obstetrícia dos Hospitais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta serão implementadas consultas de planeamento familiar.

Artigo 4 °

Âmbito das Consultas de Planeamento Familiar

As consultas de planeamento familiar abrangerão as seguintes áreas:

- a) Informação sobre os direitos sexuais e reprodutivos do indivíduo bem como a detecção e lute em relação aos fenómenos de violência e abuso sexuais;
- b) Informação sobre todos os métodos contraceptivos que permita uma decisão livre e responsável sobre o numero de filhos e intervalo entre o seu nascimento;
- c) Fornecimento gratuito de meios contraceptivos;
- d) Detecção e orientação dos indivíduos com problemas de infertilidade e genéticos;
- e) Promoção da saúde sexual, nomeadamente através da informação sexual, aconselhamento conjugal, rastreio do cancro genital e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis nomeadamente as transmitidas pelo HIV e pelos vírus das hepatites B e C;
- f) Informação sobre a adopção, em colaboração com os serviços especializados.

Artigo 5 °

Tratamento da Esterilidade

1- Compete aos Centros de Saúde a detecção e encaminhamento para os serviços e consultas especializadas das situações de esterilidade ou de doença de transmissão hereditária.

2- Sempre que se constate a insuficiência dos recursos humanos técnicos e científicos existentes na Região, os indivíduos serão encaminhados para Centros ou Serviços especializados, de acordo com as regras instituídas para os restantes cuidados de Saúde.

Artigo 6º

Divulgação do Planeamento Familiar

1- A Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, promoverá a elaboração e apresentação anual de informação eficaz sobre o planeamento familiar, bem como sobre os locais, horários e regime de funcionamento das respectivas consultas.

2 - A Direcção Regional de Saúde e a Comissão Consultiva Regional para os Direitos da Mulher deverão colaborar em acções e campanhas de divulgação dos métodos e meios de planeamento familiar.

A Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais instalará progressivamente nos Centros de Informação Juvenil ou Centros de Saúde um gabinete técnico de atendimento de jovens na área do planeamento familiar e sexualidade.

Artigo 8º

Formação

1 - As acções de formação para o pessoal a exercer funções nas Consultas de Planeamento Familiar e Atendimento de Jovens deverão contemplar a abordagem de temas, nomeadamente relacionados com:

- a) Anatomia e fisiologia da reprodução;
- b) Mecanismos de actuação dos métodos contraceptivos, grau de eficácia e efeitos secundários;
- c) Informação sobre a sexualidade humana;
- d) Aspectos psicológicos e sociológicos do planeamento familiar;

- e) Noções gerais de infertilidade conjugal e doenças de transmissão genética;
 - f) Doenças transmitidas sexualmente comportamentos para as prevenir;
 - g) Técnicas de informação, educação planeamento familiar.
- 2 - Para além dos temas constantes dos números anteriores, as acções de formação para o pessoal a exercer funções no Atendimento de Jovens deverão incluir ainda:
- a) Desenvolvimento psicológico do adolescente;
 - b) Desenvolvimento psico-social;
 - c) Desenvolvimento e comportamento sexual;
 - d) Problemas de comportamento social dos adolescentes.
 - e) Prevenção de comportamentos sexuais de risco.

Capítulo II

Promoção da Saúde Sexual

Artigo 9

Educação Sexual

1 - A Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais promovera experiências piloto com vista a aplicação na Região do artº 2º da Lei nº 120/99, de 11 de Agosto.

2 - A definição do procedimento necessário para a implementação dos mecanismos previstos no artigo 3º da Lei nº 120/99, de 11 de Agosto e da competência da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais através das Direcções Regionais da Saúde e da Educação.

Capítulo III

Disposições Finais

Artigo 10 °

Regulamentação

O Governo regulamentara o presente diploma no prazo de 120 dias após a sua entrada em vigor.

Artigo 11 °

O presente diploma entra em vigor no dia a seguir à data da sua publicação.

Horta, sala das sessões, 19 de Janeiro de 2000.

Os Deputados Regionais do PS

A Redactora Principal: Ana Paula Garcia de Lemos Nazaré